

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/INSTITUTO**  
**MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e  
vassalagem (segunda metade do século XVIII)**

**Ariane Carvalho da Cruz**

**2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/INSTITUTO  
MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MILITARES E MILITARIZAÇÃO NO REINO DE ANGOLA:  
PATENTES, GUERRA, COMÉRCIO E VASSALAGEM (SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XVIII)**

**ARIANE CARVALHO DA CRUZ**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Roberto Guedes Ferreira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Nova Iguaçu, RJ  
Julho de 2014

967.37

C957m

T

Cruz, Ariane Carvalho da, 1985-  
Militares e militarização no Reino de  
Angola: patentes, guerra, comércio e  
vassalagem (segunda metade do século  
XVIII) / Ariane Carvalho da Cruz - 2014.  
176 f.: il.

Orientador: Roberto Guedes Ferreira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de  
Pós-Graduação em História.  
Bibliografia: f. 168-176.

1. Angola - História - Século XVIII -  
Teses. 2. Comando de tropas - Angola -  
Teses. 3. Guerra - Angola - Teses. 4.  
Patentes - Angola - Teses. 5. Militarismo  
- Angola - Teses. I. Ferreira, Roberto  
Guedes, 1970-. II. Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/INSTITUTO  
MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

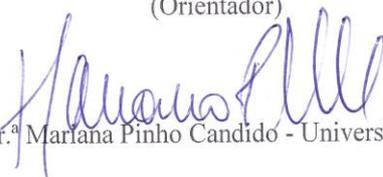
ARIANE CARVALHO DA CRUZ

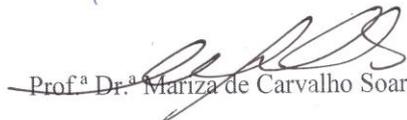
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História,  
no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Relações de Poder,  
Trabalho e Práticas Culturais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23 / 07 / 2014

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira - UFRRJ  
(Orientador)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilana Pinho Candido - University of Kansas

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariza de Carvalho Soares – UFF

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Barreto de Souza - UFRRJ

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Rodrigues – UNIRIO (Suplente)

Prof. Dr. Carlos Leonardo Kelmer Mathias – UFRRJ (Suplente)

*Para a minha avó, Ignês e minha prima Eliane,  
que tantas saudades deixaram.*

## AGRADECIMENTOS

Concluir uma dissertação não é fácil e durante este processo muitas vezes nos sentimos sozinhos, principalmente nos momentos de pesquisa, de reflexão, escrita e também de desespero. Mas que bom que nos enganamos e por isso sou muito grata a algumas pessoas que me apoiaram ao longo desses dois anos de mestrado.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu orientador e amigo, Roberto Guedes. Sem ele essa pesquisa não seria possível ou seria no mínimo menos divertida. Aprendi muito desde a graduação, nas aulas, nos momentos em que sentava comigo para ler fontes, banco de dados, sempre com toda a paciência do mundo. Se hoje posso começar a ser chamada de pesquisadora, é graças a você que me formou. No mestrado não foi diferente. Foi generoso com as fontes, com dicas indispensáveis e sempre arrumando um horário na sua atribulada agenda para me atender. Além disso, nunca deixou de me motivar, de acreditar, de se preocupar, mesmo que debochando, fazendo piadas e mostrando a realidade nua e crua sem dó nem piedade. Guedes, o ambiente acadêmico é muito melhor, e divertido com você. Muitíssimo obrigada por sua amizade.

Às professoras Adriana Barreto, Mariza Soares e Mariana Cândido que compõem a banca avaliadora desta dissertação. O momento da qualificação foi um divisor de águas para esta pesquisa. Aprendi muito, recebi sugestões fundamentais e principalmente confiança para prosseguir. Pude contar com o auxílio destas professoras no envio de materiais e na leitura de meus textos iniciais. Agradeço à professora Mariana Cândido por se empolgar junto comigo com o meu objeto, por ler, sempre que pôde, meus textos, pelo envio de diversos materiais e sugestões bibliográficas, enfim, por toda a sua gentileza comigo.

Em cada disciplina do mestrado, de congresso que participei ou conversas nos locais de pesquisa, fui recebendo importantes contribuições para que eu juntasse as peças deste quebra cabeça. Por isso, deixo aqui meu agradecimento aos professores Carlos Gabriel, João Fragoso, Ítalo Santirocchi e Vânia Losada. À professora Regina Wanderley, do IHGB, sou grata por possibilitar o acesso às principais fontes com que realizei este trabalho e, principalmente, pela amizade construída.

Ao apoio financeiro concedido pela CAPES, sem o qual seria difícil desenvolver este trabalho.

Nessa jornada de graduação e pós-graduação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro conheci pessoas especiais e que gostaria que sempre estivessem presentes na

minha vida. No renovado grupo de pesquisa do Guedes fui acolhida por Juliana, Daiane, Carla Surcin e Flávia Carvalho. Vocês são demais, acabam com a monotonia da academia e conciliam estudos, banco de dados com tortas e docinhos. Juntas com Malu, Tatiana e Guedes não deixaram que meu último aniversário, que eu esqueci por não parar de pensar em dissertação, passasse em branco e me deram a festinha surpresa mais bonita que já tive.

E a Malu? Como dividimos angústias, refletimos, reclamamos, falamos bobagens e nos ajudamos. Somos quase moradoras do IM (você mais do que eu, claro!) e por isso construímos uma grande amizade. Muito obrigada por me abrigar no CEDIM quando eu não tinha um espaço sossegado para escrever, pelo bom e velho café, pela sua preocupação comigo, enfim, por tornar esse momento um pouco mais descontraído. Falta pouco para concluirmos mais uma etapa desta nossa caminhada.

E meu último ano de mestrado não seria o mesmo se minha querida amiga Tatiana Castro não tivesse me arrumado um casamento para eu amadrinhar. Fui caloura dessa veterana, acompanhamos a caminhada uma da outra sempre de perto, mesmo que muitas vezes a rotina atrapalhasse. Amiga, você foi um dos melhores presentes que a Rural me deu. Seguimos crescendo e celebrando nossas conquistas.

E para aqueles que me aturam de perto, pois não têm alternativa, palavras não irão conseguir expressar a infinita gratidão por me darem apoio neste momento da minha vida. Meu querido Ricardo, mesmo não sendo da mesma área profissional, sempre procurou me dar apoio da forma que pôde. E reconheço seu esforço para que eu concluísse essa etapa, afinal como eu conseguiria sair de Itaguaí e estar em Nova Iguaçu em menos de uma hora para as aulas do mestrado? Ou quando esquecia aquele livro fundamental em casa. Brincadeiras à parte, quando batia aquela insegurança, ou quando eu ia apresentar alguma comunicação e ficava nervosa, você sempre se lembrava de citar o velho ensinamento de Mestre Jedi: “que a força esteja com você.”

Na base de tudo, aquelas que são parte de mim, minha mãe Alda e minha irmã Cintia. Nada foi fácil para nós e que bom que prosseguimos juntas até aqui. Sei que conviver comigo não é fácil, ainda mais durante estes dois anos em que muitas vezes estive aérea pensando em tudo o que eu tinha que fazer. O amor incondicional que recebo de vocês, o carinho e o apoio são o que movimentam a minha vida e o que me dão disposição para prosseguir sempre. Continuamos passando por provações, ultrapassando obstáculos, mas seguimos firmes, fortes e unidas.

E por fim, e não menos importante, agradeço a Deus por me dar forças para concluir o mestrado, por permitir que eu tenha ótimos amigos e uma família maravilhosa.

*“(...) em que por total falta de Guerra Preta, tendo-lhe toda desertada, sendo sem ela impraticável qualquer ação nos sertões de África (...).”*

Paulo Martins Pinheiro de Lacerda – 30 de setembro de 1793

## RESUMO

CARVALHO, Ariane. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. 2014. 176 p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2014.

Este trabalho analisa as formas de organização das tropas militares em Angola, na segunda metade do século XVIII, momento de reformas no vasto Império ultramarino português. Em Angola, os militares foram importantes para a implementação das reformas, sobretudo no que concernem as políticas de territorialização. No entanto a realidade africana impôs limites a esse projeto e diversos fatores, como a presença de africanos nas tropas militares, provocou a inserção de diversos elementos próprios da cultura local, seja na organização das tropas ou nos cargos militares. Além da distância, as especificidades da região impediam uma uniformidade de critérios e ação. Por isso, é possível afirmar que o sistema administrativo apresentava várias fórmulas, já que a legislação do Reino não foi fielmente seguida nas possessões ultramarinas, sendo adaptada à realidade local. Por conseguinte a constituição dos exércitos em Angola não seguiam um padrão uniforme e as táticas e armas de guerras revelavam a adoção da cultura militar local.

**Palavras-chave:** militar, Angola, Império português ultramarino, territorialização, reformas pombalinas

## ABSTRACT

CARVALHO, Ariane. **Military and militarization in the Kingdom of Angola: patents, war, trade and vassalage (second half of the eighteenth century)**. 2014. 176 p. Dissertation (Masters in History, Power Relations, Labour and Cultural Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2014.

This paper analyzes the way of organization in Angola's troops during the second half of the eighteenth century, a period of reforms in the vast Portuguese Empire overseas. In Angola, the military were important for the implementation of reforms, especially about the politics of "territorialização". However the African reality established limits on this project and different factors such as the presence of Africans in military troops, caused the inclusion of many local culture aspects, whether in the organization of the troops or in military posts. Besides the distance, the specificities of the region prevented the uniformity of the criteria and the action. Therefore, we can say that the administrative system had several formulas, considering that the Portugal Kingdom legislation was not faithfully followed in the overseas possessions, being adapted to local realities. Therefore, the constitution of the armies in Angola did not follow a uniform pattern and the tactics and the war weapons revealed the adoption of local military culture.

**Keywords:** Military, Angola, Portuguese Empire overseas, territorialization, Pombal's reforms.

## **Listas de tabelas, quadros e figuras**

### ***QUADROS***

Quadro 1 - Locais contemplados nas cartas patentes (1753-1772)	p. 11
Quadro 2 – Local de exercício das tropas (1758-1772)	p. 63
Quadro 3 – Militares nas Notícias de Presídio de Benguela	p. 66
Quadro 4 – Militares nas Notícias do Presídio de Massangano	p. 69
Quadro 5 – Militares nas Notícias do Presídio de Cambambe	p. 70
Quadro 6 – Tropas Pagas de Luanda (1799-1800)	p. 98
Quadro 7 - Tropas Auxiliares de Luanda (1799-1800)	p. 98
Quadro 8 – Mapa do exército de Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda - 1793	p. 100
Quadro 9 – Nomeações por governos (1753-1772)	p. 114
Quadro 10 – Tipos de nomeações em relação aos governadores	p. 116
Quadro 11 – Nomeações dos governadores para a Tropa de Primeira Linha	p. 117
Quadro 12 - Nomeações dos governadores para as Tropas Auxiliares/Outros	p. 119
Quadro 13 - Nomeações dos governadores para as Tropas de Ordenança	p. 120
Quadro 14 - Nomeações dos governadores para as os cargos locais	p. 121
Quadro 15 - Tempo no serviço militar (1758-1772)	p. 134
Quadro 16 – Tropas e a naturalidade (1758-1772)	p. 137
Quadro 17 – Governadores e a naturalidade dos militares	p. 140
Quadro 18 – O local de exercício dos postos e a naturalidade dos ocupantes	p. 140
Quadro 19 – Militares que receberam mais de uma nomeação (1753-1772)	p. 142
Quadro 20 - Militares com pais que possuíam títulos (1753-1772)	p. 152

### ***FIGURAS***

Figura 1 - Mapa do interior de Angola	p. 24
Figura 2 - Projeto da Fortaleza que se há se fazer no Presidio de Benguela	p. 43
Figura 3 – Exército em marcha, por Elias Alexandre da Silva Corrêa	p. 107

## **Listas de abreviações**

**AHA** – Arquivo Histórico de Angola

**AHU** – Arquivo Histórico Ultramarino

**CCU** – Coleção Conselho Ultramarino

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**PADAB** – Projeto Acervo Digital Angola-Brasil

## Sumário

<b>Agradecimentos</b>	p. 5
<b>Introdução</b>	p. 14
<b>Capítulo 1 - Reino de Angola: espaço, comércio e polícia militar (século XVIII)</b>	p. 21
1. O Espaço em Angola e áreas de influência	p. 22
2. Guerra, tráfico e militarização	p. 28
3. Propostas reformadoras para Angola na segunda metade do século XVIII	p. 32
3.1. O comércio de escravos e a disciplina no sertão	p. 35
3.2. A situação dos militares	p. 45
3.3. A política de povoamento	p. 49
<b>Capítulo 2 - Militarização, comércio e vassalagem</b>	p. 56
1. O território no comércio e na militarização	p. 57
2. O portfólio “militar”	p. 64
3. Escravização, guerra e violência	p. 72
4. “ <i>Sempre vassalo fiel de Sua Majestade Fidelíssima</i> ”: Autos de vassalagem, violência ou negociação?	p. 77
<b>Capítulo 3- Organização militar e tropas</b>	p. 92
1. A organização das tropas no Reino	p. 93
2. As tropas militares em Angola	p. 95
2.1.As tropas militares nos mapas e relações	p. 98
2.2.A africanização da guerra	p. 104
2.3. O quantitativo das tropas nas cartas patente	p. 113
<b>Capítulo 4: Militares do Reino de Angola</b>	p. 125
1. Naturalidade, disciplina e alianças.	p. 126
2. A naturalidade dos nomeados nas cartas patentes	p. 136
3. Paulo Martins Pinheiro de Lacerda: Guerra Preta, mercês e mobilidade social	p. 154
<b>Considerações finais</b>	p. 164
<b>Fontes e Referências bibliográficas</b>	p. 168

# *Introdução*

Esta pesquisa possui uma pequena trajetória que se iniciou com a manipulação de fontes administrativas para Angola da segunda metade do século XVIII. Observamos que categorias sociais eram criadas para inserir os diversos agentes na estrutura do Império Português. O questionamento sempre feito era: quem eram as pessoas que ocupavam cargos importantes, que possuíam bens, que participavam ativamente do tráfico de escravos, dentre outros aspectos? Esta experiência inicial de pesquisa e a possibilidade de trabalhar com militares nos trouxeram a curiosidade: quem eram os homens que ocupavam postos militares em Angola neste período?

Neste quadro, o Reino de Angola, ponto fundamental no funcionamento do tráfico de escravos, pode ser visto como um microcosmo social do império, que congregou diferentes habitantes oriundos do reino, da América portuguesa e, evidentemente, da própria África. Como o tráfico atlântico de cativos em meados do século XVIII representava uma das mais importantes fontes de receitas da Coroa portuguesa, seu peso orientou as políticas para Angola, bem como a atuação de africanos.

Levando tais aspectos em consideração, esta pesquisa pretende entender a participação dos militares em Angola, sobretudo porque, permeando a conjuntura de crescimento do tráfico, a partir de meados do século XVIII, vigorou uma política de manutenção territorial e a substituição de uma administração tida como pouco sólida.

Contudo, se havia uma relação umbilical entre guerra, tráfico de cativos e territorialização, cabe indagar quem eram os militares em Angola, assunto pouco explorado pelos estudiosos. Até onde pesquisei, as tropas militares em Angola eram constituídas por uma diversidade de pessoas, desde habitantes do Reino, da América portuguesa e também de africanos, no que tange à naturalidade. Tais homens, além de militares, exerciam outros papéis, incluindo a participação no tráfico de escravos. Portanto, a negociação da Coroa portuguesa com os militares ligados ao tráfico era inevitável.

Os militares foram parte importante do objetivo de implementar a territorialização<sup>1</sup>, no entanto a realidade africana impôs limites a esse projeto. A própria composição das tropas, com muitos africanos, exigia uma maior flexibilidade a essa proposta de origem reinol, ou

---

<sup>1</sup> De acordo com a autora Catarina Madeira Santos, na segunda metade do século XVIII, necessitou-se construir uma colônia de povoamento em Angola que deveria estar associada a um programa de territorialização. Desse modo, “a política da segunda metade do século XVIII se revestiu de uma dimensão social bastante inovadora que se traduziu, por um lado, na regularização do povoamento, imprimindo-lhe os traços de uma sociedade portuguesa e, assim ‘polida’, por outro, pela promoção do povoamento branco.” SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005, p. 136.

melhor, uma readaptação dos moldes propostos, ajustando a organização militar às práticas locais. Igualmente, os africanos souberam se apropriar de códigos do império português para conseguir privilégios, inclusive cargos militares. Para além do choque entre duas formas distintas de guerra e organização militar, houve distintas apropriações.

O período escolhido, a segunda metade do século XVIII, se deve ao fato de cobrir o momento das reformas administrativas do período pombalino, sobretudo no período dos governos de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758), Antônio de Vasconcelos (1758-1764) e D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), governadores que tiveram maior empenho na tentativa de implementar reformas administrativas em Angola. O período posterior ao governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi analisado em alguns momentos, a fim de dimensionar como ainda eram tratadas as questões militares após o término do período pombalino (1750-1777).

A Coroa almejava uma maior centralização administrativa, mas as políticas de Antigo Regime ainda estavam muito presentes. Ademais das rupturas e continuidades na prática governativa, é importante entender as apropriações locais das políticas existentes, principalmente no que diz respeito aos militares. A análise das nomeações dos cargos militares pode contribuir para melhor observar a apropriação dos serviços militares, ou seja, as apropriações de códigos e exercícios de poder e de hierarquia social, dentre outros aspectos ainda a desvendar.

Nesta pesquisa, ao analisar o contexto da época, suas relações com a guerra, a militarização e a economia, percebemos que em sociedades pré-capitalistas as práticas econômicas estavam subordinadas às relações sociais, a aspectos políticos e culturais, estas fortemente influenciadas por interesses familiares e/ou de grupos, antes de vontades individuais<sup>2</sup>. Os princípios básicos de comportamento eram a reciprocidade e a redistribuição, e não a maximização do lucro e a acumulação de riqueza. A reciprocidade e a redistribuição asseguravam o funcionamento do sistema econômico<sup>3</sup>, uma vez que as “leis” econômicas tinham “um alcance espacial e temporal limitado, geralmente circunscrito a um determinado sistema socioeconômico”<sup>4</sup>. Para Karl Polany, os “costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais,

---

<sup>2</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 61.

<sup>3</sup> POLANYI, *A grande transformação*, p. 69

<sup>4</sup> KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 9

eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico”<sup>5</sup>. Em Angola no século XVIII, o tráfico, as guerras dele decorrentes e o acesso a postos militares estavam mais associadas a questões políticas do que a um suposto mercado autorregulado. A apropriação e reconhecimento de práticas africanas nas políticas reinóis e, da mesma forma, a apropriação dos africanos da malha administrativa portuguesa demonstram a operacionalidade destas noções de economia pré-industrial.

## Fontes e metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizaremos um *corpus* documental diverso, a saber: registros de cartas patentes, notícias dos presídios, documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, autos de vassalagem, e a obra de dois cronistas militares de fins do século XVIII, Elias Alexandre Corrêa da Silva e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda.

Os registros de carta patente possuem uma estrutura comum, quase invariável, que fornecem informações como data, local da nomeação, nomeador, agraciado, título do agraciado, a naturalidade, filiação, cargo para o qual é nomeado, argumentos a favor da nomeação, data da nomeação, o local que vai exercer o cargo, dentre outros aspectos. Os códices trabalhados contemplam os anos 1753-1758, 1758-1764 e 1772. Os registros de carta patente se encontram no AHA, mas há cópias digitalizadas sob guarda do IHGB<sup>6</sup>.

Também estou fazendo uso das Notícias dos Presídios de Massangano, Benguela e seus distritos, e de Cambambe. Essa documentação informa data, nomes, títulos, patentes, qualidades de cor (branco, preto, pardo, etc.), propriedades, etc. Dos moradores dos presídios e de sua jurisdição. Alude-se a atividades econômicas, a registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, a autoridades políticas da jurisdição dos presídios, etc. A maior parte dessa documentação contempla a última década do século XVIII, o que demonstra que orientações do período pombalino ainda eram executadas em finais da centúria. Essa documentação também se encontra arquivada no IHGB e faz parte da coleção África.

Como fontes complementares, lancei mão das correspondências do Arquivo Histórico Ultramarino referente à Angola entre os períodos de 1750 a 1799. Para conseguir trabalhar com um volume tão grande de fontes que contemplam assuntos diversos, inserimos informações em um banco de dados o que viabilizou aferir o assunto das correspondências, a

---

<sup>5</sup> POLANYI, *A grande transformação*, p. 69

<sup>6</sup> A digitalização dessa documentação é parte do *Projeto Acervo Digital Angola-Brasil* (PADAB). Agradeço a professora Regina Wanderley do IHGB por possibilitar o acesso a essa documentação.

natureza dos ofícios, etc. Os assuntos que dizem respeito aos militares foram filtrados para analisar aspectos relevantes a este trabalho.

Utilizaremos algumas fontes publicadas, a exemplo dos dois volumes da obra *História de Angola*<sup>7</sup>, do militar Elias Alexandre da Silva Corrêa. Natural do Rio de Janeiro, era um militar que serviu em Santa Catarina. Foi alferes de infantaria de linha em Lisboa e, posteriormente, em 1782, aceitou ir para Angola. Por meio de sua obra podemos entender um pouco da realidade do serviço militar em Angola, apesar das críticas e ambiguidades na sua escrita. Ainda consultamos as obras *Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependencias* e *Demonstração Geographica e Politica do Territorio Portuguez na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguella e suas Dependências, causas da sua decadência e atrasamento, suas conhecidas produções e os meios que se podem applicar para o seu melhoramento e utilidade geral da nação*, ambas de autoria de Joaquim Antônio de Carvalho. Publicada nos Anais Marítimos Coloniais, a *Notícia da campanha, e paiz do Mosul*, de autoria de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, também foi utilizada neste estudo.

Pesquisamos também os dados dos *sites* Trans-Atlantic Slave Trade Database, sobre o tráfico de escravos, e *Iuslusitaniae*, no qual coletamos os Alvarás de 11 de janeiro de 1758 e de 25 de janeiro de 1758, sobre a proibição dos contratos em Angola. Além disso, para embasar a pesquisa, utilizamos ainda alguns autos de vassalagem, para entender as relações de subordinação, violência e negociação entre súditos portugueses e autoridades políticas africanas locais.

Parte das fontes mencionadas é de natureza serial, o que leva a um tratamento quantitativo, mas a análise qualitativa das fontes será feita para complementar os objetivos propostos, a fim de abordar os militares e sua relação com a sociedade.

Para investigação das características, origens, dentre outros aspectos, dos militares, lançamos mão do método prosopográfico. A definição clássica da metodologia de pesquisa prosopográfica é feita por Lawrence Stone, que afirma ser a investigação de características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas. Com isso, se estabelece o universo a ser estudado com um conjunto de questões uniformes. Dessa forma, os vários tipos de informações serão examinadas para aferir variáveis significativas, a fim de

---

<sup>7</sup> CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937. Nota prévia pp., VIII, IX, X

identificar a realidade social, suas estruturas e o nível dos movimentos em seu interior<sup>8</sup>. Uma das matérias-primas apresentadas por Lawrence Stone como favoráveis ao estudo prosopográfico são “as listas simples de nomes de ocupantes de certos cargos(...)”<sup>9</sup> Ainda segundo este autor, a compreensão de quem os atores foram explicará o funcionamento da instituição a que pertencem<sup>10</sup>. Por isso, investigar as características dos militares pode nos auxiliar na compreensão do Reino de Angola no período em questão.

## **Estrutura da dissertação**

Para dar coerência e sentido aos *corpora* documentais e debater questões historiográficas, dividimos a dissertação em quatro capítulos.

No primeiro, tratamos do contexto do império português com foco nas diversas políticas propostas para Angola. Inicialmente, faz-se um panorama sobre o Reino de Angola<sup>11</sup> no século XVIII, considerando o processo que determinou seus espaços e fronteiras, bem como as possíveis diferenças entre os espaços de Luanda e seu interior e o de Benguela. Em seguida, aborda-se o contexto político de Angola no segundo quartel do século XVIII, salientando as diversas propostas de reforma para esta “conquista portuguesa”, especialmente as políticas de territorialização, de povoamento, de questões referentes ao comércio de escravos e, por fim, das tropas. Enfatiza-se a grande importância dos militares para a implementação das reformas propostas.

O tráfico de escravos é analisado com maior profundidade no segundo capítulo. Mapeamos os principais portos e presídios que serviam como ponto de apoio para o tráfico de cativos na África Central, relacionando-os à presença dos militares. O tráfico de escravos e a exportação atlântica eram beneficiados pela guerra entre africanos, ou melhor, eram processos intrinsecamente ligados. Por isso, podemos supor que os militares agregavam a esta função, outras, como a realização do comércio. Outro aspecto analisado neste capítulo é o da associação da guerra e suas relações políticas com os chefes locais (sobas e dembos), muitas vezes usadas como recurso ao desenvolvimento dos interesses comerciais em Angola.

---

<sup>8</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011, p. 115,116.

<sup>9</sup> STONE, *Prosopografia*, p. 117.

<sup>10</sup> STONE, *Prosopografia*, p. 120.

<sup>11</sup> Similarmente a Reino de Benguela, muito provavelmente Reino de Angola alude a uma forma de nomeação de autoridades portuguesas, não necessariamente a uma estrutura de organização política africana. Cf o excelente texto de CANDIDO, Mariana. Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII, 2014 (no prelo).

Para refletir sobre a carreira militar em Angola, é necessário compreender a organização das tropas militares, tendo em conta a realidade local, o que leva a analisar a estrutura das tropas militares no Reino de Portugal e sua adaptação no contexto angolano. O cruzamento da análise da historiografia sobre as tropas militares portuguesas com a obra do cronista militar Elias Alexandre da Silva Corrêa, que se encarregou de escrever dois volumes da *História de Angola*, nos auxiliam a entender a realidade do serviço militar em Angola e as possíveis apropriações existentes. Ao realizar um debate sobre os militares, dimensiona-se o que é ser militar (*ethos militar*) em Angola, quais as aptidões necessárias e se vigorava um modo específico de ser militar ou de realizar a guerra. No plano institucional, observamos como o governo português lidou com os militares de Angola. A análise das nomeações dos cargos militares pode contribuir também para constatar a adequação dos serviços militares à realidade angolana, ou seja, as apropriações de códigos e exercícios de poder e de hierarquia social.

No quarto e último capítulo, o objetivo é traçar um perfil dos homens que ocuparam os postos militares em Angola, principalmente em relação à naturalidade. Com isso, afere-se se havia relação entre a naturalidade e o local de ocupação dos postos, além das alianças entre súditos portugueses e africanos por meio da ocupação dos postos militares. Deste modo, analisa-se o que era partilhado ou negociado em Angola por meio dos postos militares. Alguns personagens serão analisados no final do capítulo para compreender a prática, a militarização, os modos de guerrear, as alianças estabelecidas no Reino de Angola, inclusive a participação dos africanos nas tropas e as principais motivações dos militares em Angola.

# *Capítulo 1*

*Reino de Angola: espaço, comércio e polícia militar  
(século XVIII)*

## ***1 - O Espaço em Angola e áreas de influência***

Realizar uma descrição do território do Reino de Angola na segunda metade do século XVIII não é tarefa fácil, pois se tratava de um espaço dinâmico com fronteiras flexíveis que obedeciam a inúmeros critérios para a sua definição, que podiam ser circunstanciais. No entanto, para melhor aludir ao que se trata, apresentaremos o que convencionalmente se denomina de Reino de Angola<sup>12</sup>.

Conforme o memorialista Joaquim Antônio de Carvalho e Menezes, natural de Angola, que escreveu e publicou em 1834 a *Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependências*, o Reino de Angola e Benguela apresentava a sua fronteira ao Norte, no rio Dande, e estendia-se até o Cabo Negro. Ao norte confinava-se com as terras do Marquês de Mossul<sup>13</sup>. O Cabo Negro lhe servia de limite marítimo, sendo o Oeste banhado pelo Oceano Atlântico. Os rios mais notáveis são o Cuanza, que corta o Reino de Leste a Oeste, Dande e Bengo, que estão ao Norte. Longa é o rio que fica ao Norte de Benguela e perto de sua foz fica Benguela, a velha. Ao sul, encontra-se o rio Cuvo, e, mais ao sul, aquém da cidade de São Felipe de Benguela, o rio Catumbela<sup>14</sup>. Mariana Candido afirma que a povoação de Benguela

---

<sup>12</sup> O reino de Angola no século XVI estendia-se principalmente entre os rios Cuanza e Lukala (ou Bengo) sem que fronteiras políticas, culturais e linguísticas coincidissem. A região era habitada pelos Mbundu, um grupo etnolinguístico da região do centro-norte de Angola, mas o Ndongo apenas abrangia uma parte da população de língua quimbundo. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 171, 172; PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola. (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 59. O Reino do Ndongo era descrito pelos europeus como reino de Angola e os limites de seu território, entre os rios Cuanza e Lukala, foi exatamente a área designada pela coroa portuguesa para ser explorada por Paulo Dias Novaes. Em 1571, foi criada a capitania de Angola, baseada no sistema de capitania hereditária, cujo donatário era Paulo Dias Novaes. OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: A construção do discurso de Giovanni Antônio Cavazzi*. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2011, pp. 19, 20. Ver também BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870: Zambézia, Zaire e o Atlântico Sul*. Angola: ENDIPU, 1992. Para Benguela, CANDIDO, *Jagas e sobas no "Reino de Benguela"*, 2014.

<sup>13</sup> O rio Dande deságua ao Norte e faz a barra do rio Lifune pequeno. Por sua vez o rio Lifune pequeno desagua também ao norte e faz a barra do rio Onzo. Ao sul da barra do rio Onzo, encontram-se as primeiras povoações dos Mossuis. Cf. a Notícia da campanha, e paiz do Mossul, que conquistou o Sargento Mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até princípio do anno de 1791. Annaes Maritimos e Coloniaes redigidos sob a direção da Associação Maritima e Colonial, Sexta parte, parte não oficial, 1846, Lisboa na Imprensa Nacional.

<sup>14</sup> MENEZES, Joaquim Antônio de Carvalho e, 1791 - *Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependências*. / por Joaquim Antônio de Carvalho e Menezes. Lisboa: Typografia. Carvalhense, 1834. - 41 p. ; 20 cm, pp. 1-3. Cf. MENEZES, Joaquim Antônio de Carvalho e (1848). *Demonstração Geographica e Politica do Territorio Portuguez na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguella e suas Dependências, causas da sua*

estava situada entre os rios Catumbela e Kaporolo. A princípio, a presença de súditos portugueses se limitou à costa, mas, posteriormente, algumas fortalezas foram erigidas no interior, a exemplo da Caconda<sup>15</sup>. Luanda se encontrava em uma planície costeira e possuía o maior porto da costa ocidental africana, onde com maior frequência se estabeleciam as relações de forças entre súditos portugueses e africanos. Alguns historiadores defendem que no século XVIII a estrutura populacional e a disposição do espaço em Luanda obedeciam a critérios políticos influenciados por Lisboa. A costa de Luanda estava resguardada por uma linha de fortalezas militares, e a fronteira da cidade com o interior não constituía preocupação para o domínio português<sup>16</sup>. Apesar de, na maioria das vezes, Luanda ser descrita como cidade portuguesa colonial, pelo cotidiano desse espaço urbano a princípio ser delimitado por traçados europeus, as relações tecidas entre súditos portugueses e africanos possibilitou a formação de uma rede urbana com raízes próprias<sup>17</sup>.

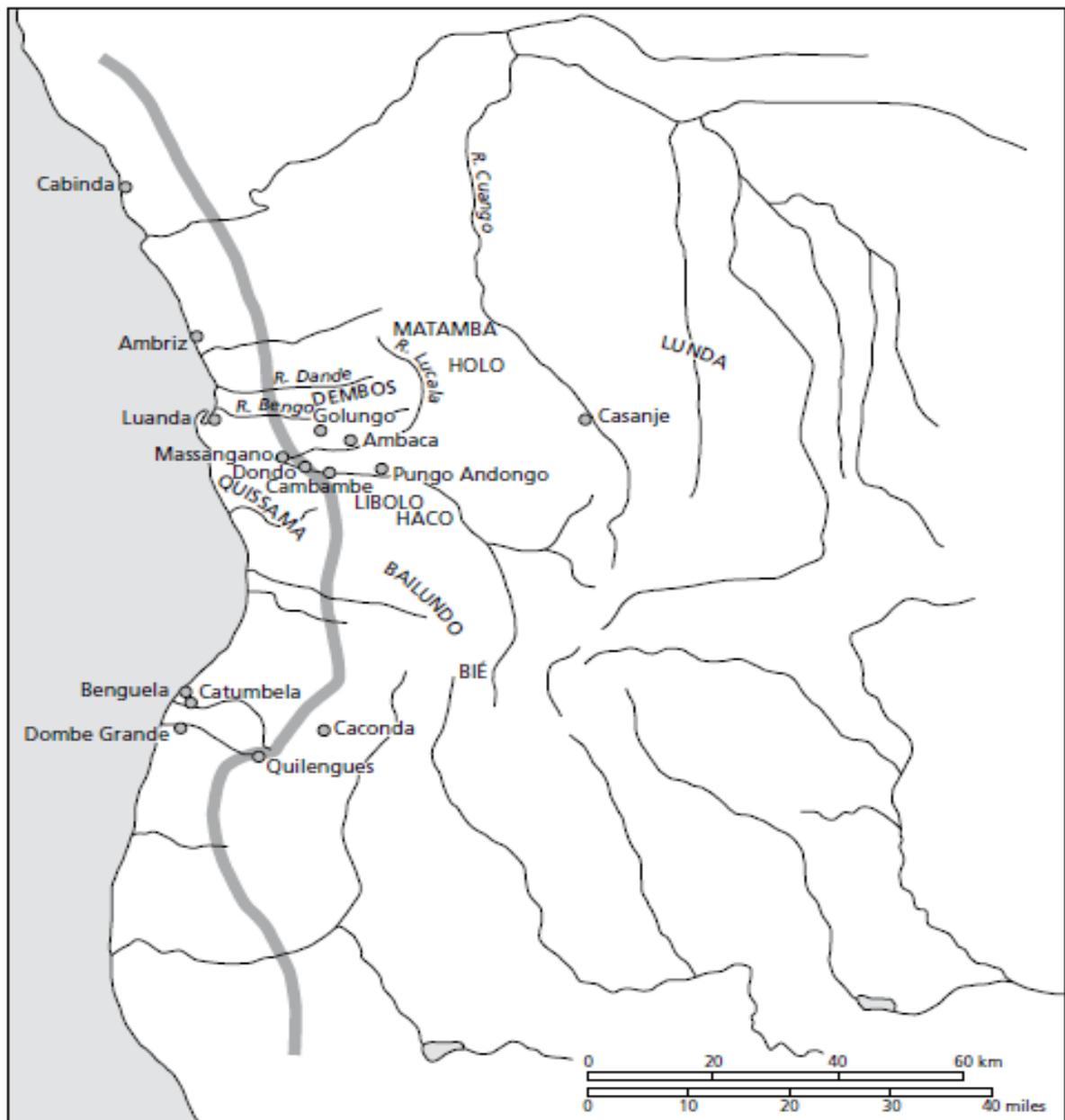
---

*decadência e atrasamento, suas conhecidas produções e os meios que se podem aplicar para o seu melhoramento e utilidade geral da nação.* Lisbon: Typographia Classica. Nesta obra o autor afirma que escreve suas obras pelo bem da nação a que pertence e que descreve fatos alguns por ele observados, outros colhidos de fragmentos históricos e alguns transmitidos pela voz pública.

<sup>15</sup> CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de Esclavización: Esclavitud, Comercio e Identidad en Benguela, 1780-1850*. Mexico: Colegio de Mexico Press, 2011, p. 15.

<sup>16</sup> VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII : um estudo de sociologia histórica*. Lisboa : Editorial Estampa, 1996, p. 31, 32.

<sup>17</sup> PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos, São Leopoldo, v. 14, n. 3, p.237-242, 2010. p. 237.



**Figura 1** - Mapa do interior de Angola. FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 21.

Carlos Couto salienta que a linha de penetração portuguesa no sertão foi realizada por meio do rio Cuanza e, assim, surgiram alguns presídios ao Norte deste rio, em suas margens. O primeiro a ser fundado foi o de Massangano, em 1583, seguindo-o o de Muxima, em 1599, o de Cambambe, em 1604, o de Ambaca, em 1614, e o das Pedras de Pungo Andongo, em

1671. Ao sul do Cuanza, no século XVII, fundaram-se os presídios de Benguela, em 1617, e o de Caconda, em 1682. No século XVIII, mais dois presídios foram levantados, o de São José do Encoge, em 1759, e o de Novo Redondo, em 1769<sup>18</sup>.

Todos os presídios eram guarnecidos por forças militares e governados por capitães-mores, à exceção de Novo Redondo, que era comandado por um regente. O governo de militares foi importante, pois, exageros à parte, a *“força militar foi, a par dos missionários e dos sertanejos, o elemento impulsionador da colonização e a grande responsável pela perenidade da presença portuguesa em Angola.”*<sup>19</sup>

Além dos presídios, Angola possuía oito distritos, denominados Icolo e Bengo, Dande, Golungo, província dos Dembos de Luanda, Barra do Bengo, Barra do Dande e Barra de Calumbo, e em Benguela havia os distritos de Bailundo, de Galangue, do Zenza, de Quilengues, do Huambo, dos Sambos, do Bié e o do Dombe Grande<sup>20</sup>.

A situação de Benguela em relação ao Reino de Angola é peculiar. Sua situação de autonomia ou subalternidade sempre esteve em discussão. Segundo Mariana Candido, em 1612, um decreto instituiu Benguela como reino independente de Angola, tendo seu próprio governador. Em 1648, após a expulsão dos holandeses, passou a ser governada por um capitão-mor, que teria que ser indicado pelo governador de Angola e aprovado pelo Conselho Ultramarino em Lisboa. Somente em 1779, a Coroa portuguesa resolveu retomar ao sistema de governador em Benguela com a nomeação de Antônio José Pimentel de Castro e Mesquita. Mesmo subordinado a Angola, o governador tinha prerrogativas de administrar fortalezas que estavam em pontos chaves para a realização do comércio. Candido afirma que o governador de Benguela fiscalizava a função dos capitães-mores que administravam os presídios no sertão. Como em Luanda, em Benguela, os territórios do interior não estavam sob o controle dos “portugueses” e sim dos sobados<sup>21</sup> avassalados ou não<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> COUTO, Carlos. *Os capitães-mores em Angola no século XVIII. Subsídio para o estudo da sua actuação*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 104.

<sup>19</sup> COUTO, *Os capitães-mores*, p. 104.

<sup>20</sup> COUTO, *Os capitães-mores*, p. 117. Outros autores como Catarina Madeira Santos e Roquinaldo Ferreira destacaram os militares como agentes centrais para a governabilidade em Angola. SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005; FERREIRA, Roquinaldo A. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003.

<sup>21</sup> Termo utilizado para nomear a terra ou lugar e localidade que convencionalmente é dirigido por um soba. TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cacahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002, p. 439.

Desse modo, devemos sempre considerar a situação de certa autonomia em relação a Angola e de suas especificidades locais. Em relação aos militares porém, não há uma divisão específica dos que serviam em Angola ou em Benguela, já que os homens circulavam pelos cargos em diversas partes do Reino de Angola<sup>23</sup>.

Não havia uma fronteira geográfica definida, pelo contrário, estas fronteiras eram flexíveis, muito influenciadas pela interação entre diferentes sociedades e culturas, com a recriação e sobreposição de identidades<sup>24</sup>. Eram as condições políticas locais que definiam as fronteiras internas e por isso os territórios políticos não tinham um contorno claro e estavam em constantemente mudança. As fronteiras também eram definidas pelo fluxo contínuo de pessoas que chegavam de diversas partes do Reino<sup>25</sup>. A própria fronteira da escravização estava em permanente mudança<sup>26</sup>. Devemos observar, também, que a expansão do comércio de escravos reorganizou o território e as áreas de influência africana e “portuguesa”, tanto na costa, quanto no interior. Mesmo com a presença da administração portuguesa, os poderes africanos continuaram a ostentar seus marcadores territoriais, e o estabelecimento de presídios e feiras em territórios avassalados possibilitou a participação dos africanos nas atividades comerciais. Ou seja, havia uma sobreposição ou mescla institucional, jurídica e jurisdicional<sup>27</sup>.

Ao analisar Portugal, Ana Cristina Nogueira da Silva atesta que, no século XVIII, nos territórios, não faltavam fatores de confusão, diversidade institucional e incoerência administrativa, da mesma forma que a tradição e o respeito pelos poderes constituídos eram os critérios que presidiam a divisão do espaço, com a jurisdição aderindo ao território<sup>28</sup>. Assim, também em Angola, o poder político português foi durante muito tempo nominal e a precariedade de sua ocupação permitiu a coexistência de vários poderes, com a existência de diversas soberanias. A autoridade portuguesa estava confinada ao litoral e em alguns presídios no interior, no entanto os diversos potentados indígenas que não eram vassalos da Coroa portuguesa tinham sua autoridade fora da jurisdição dos presídios. Todavia, mesmo que

---

<sup>22</sup> CANDIDO, Mariana Pinho. *O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico*. *Afro-Ásia*, 47 (2013), 239-268.

<sup>23</sup> Trataremos dessas especificidades mais adiante.

<sup>24</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 16.

<sup>25</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, p. 158.

<sup>26</sup> MILLER, Joseph, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 1988, p. 140-155. CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*.

<sup>27</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola...*, p. 134.

<sup>28</sup> SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *O Modelo Espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 49-51.

alguns sobas<sup>29</sup> não fossem vassallos dos portugueses, reconheciam o governo da capital, Luanda. Por outro lado, em locais onde os chefes não se submetiam ao avassalamento, o governo português não interferia<sup>30</sup>. Em suma, apenas uma diminuta parcela do território poderia ser considerada sob jurisdição da administração portuguesa, o que definia a precariedade do domínio reinol português na África<sup>31</sup>.

É importante destacar que o espaço político condiciona a vida humana em vários aspectos, sendo ele múltiplo e construído. Os espaços podem ser construídos e a realidade pode ser manipulada em função de projetos ou de práticas e interesses sociais. Para a segunda metade do século XVIII, podemos considerar que havia um projeto para a transformação do território em Angola. Supõe-se a ideia de que, com o advento do Estado Moderno de fins do século XVIII, houve a fundação de uma ordem territorial que se sobrepôs a uma ordem de natureza pessoal ou comunitária. No entanto, a realidade de Angola neste período nos mostra o contrário, pois já existiam formas de organização no território pré-estabelecidas e que não foram aniquiladas com a presença portuguesa. Territórios, aliás, que se definiam politicamente e podiam ser alterados. Ademais, como culturas e noções de espaço se modificaram, as representações sociais do espaço podiam ser complexas e contraditórias<sup>32</sup>.

Nesse sentido, também em Angola, a reconfiguração iluminista possuía relativa autonomia. Catarina Madeira Santos afirma que Angola, no século XVIII, era:

(...) um espaço extremamente dinâmico, em construção e de fronteiras flexíveis, determinadas por razões militares, comerciais ou simplesmente culturais. A fronteira esta em constante construção, obedece a avanços e recuos, causados por interesses convergentes entre a colônia e os poderes africanos, ou pelas guerras entre si<sup>33</sup>.

O que a Coroa portuguesa pretendia na segunda metade do século XVIII era uma regularidade e fidelidade nas relações entre centro e periferia. Intentava-se a unificação do espaço, com um território de uma só legislação e fiscalidade. Por isso, o investimento em três meios fundamentais para alcançar este objetivo: a produção de conhecimentos sobre o

---

<sup>29</sup> Autoridade principal que exerce jurisdição sobre pessoas e bens dentro de uma determinada área geográfica e política. PARREIRA, *Dicionário glossográfico*, p. 100. Título político dos Mbundu. Os portugueses utilizaram o termo para designar o chefe de uma tribo. É inferior na hierarquia ao Dembo e superior ao Quilamba. TAVARES, SANTOS, *Africae Monumenta*, p. 439. CURTO, Álcool e Escravos

<sup>30</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 102.

<sup>31</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 102, p. 105.

<sup>32</sup> SILVA, *O Modelo Espacial do Estado Moderno*, pp. 17, 18.

<sup>33</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p.16.

território, a construção de infraestruturas comunicacionais e o investimento de equipamento político-administrativo do território<sup>34</sup>. Em tempo, nada disso alterou, necessariamente, noções africanas de exercício do poder sobre pessoas, antes que pelo domínio do espaço<sup>35</sup>. Ao que parece, os poderes portugueses em Angola não raro confirmavam tal perspectiva. A toponímia em fontes portuguesas tinha como referência autoridades africanas. Exemplo clássico é a designação Angola, que deriva de *ngola* ou *ngola a kiluanji*, título dos reis do antigo reino do Ndongo<sup>36</sup>. Outro exemplo é o da fortaleza de Muxima, que recebeu este nome por situar-se nas terras do soba *Muxima Aquitamgombe*<sup>37</sup>. Ou seja, os portugueses nomeavam os territórios com base nas autoridades africanas. A construção do Reino de Angola, portanto, levou em conta poderes locais.

## 2 - Guerra, tráfico e militarização

Estes poderes locais foram afetados pelo tráfico, que por sua vez, relacionava-se à guerra, o que foi abordado pela historiografia. Segundo Paul Lovejoy, a escravidão, por ser uma instituição central em muitas regiões da África, tornou-se fundamental para a economia-política africana e o papel dos escravos na economia e na sociedade resultou na transformação da ordem social, econômica e política. A posição do escravo na economia e na sociedade era significativa, o que transforma a escravidão em uma instituição. Quando a escravidão sai da marginalidade da sociedade e se converte em uma instituição fundamental e produtiva, há a consolidação de um modo de produção baseado nesta atividade. Esse modo de produção integra a escravização, o tráfico de escravos e a utilização interna de cativos, ou seja, há uma interação estrutural entre escravização e comércio<sup>38</sup>. Para o autor, o impacto decisivo na evolução da escravidão na África foi a expansão do atlântico europeu de escravos pelo Atlântico<sup>39</sup>. O impacto do mercado de cativos fez com que os escravos fossem cada vez mais

---

<sup>34</sup> SILVA, *O Modelo Espacial do Estado Moderno*, pp. 17-19.

<sup>35</sup> Na África era essencial a aquisição de escravos para cultivo das terras, proteção da família, e para carregar mercadorias. O investimento em escravos nas sociedades africanas gerava riqueza e por isso a escravidão estava enraizada nas estruturas legais e institucionais. Esta noção de domínio sob as pessoas já existia antes dos contatos dos africanos com europeus. Cf. THORNTON, J. *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

<sup>36</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 171.

<sup>37</sup> PANTOJA, Selma Alves. *Inquisição, Degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII*. Revista Portuguesa de Ciência das Religiões, Lisboa, v. 01, 2005. p. 128.

<sup>38</sup> LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 29, 39,40,41.

<sup>39</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, p. 51.

utilizados no governo, no comércio e no serviço militar. A escravização fora quase sempre iniciada pela guerra, pois o conjunto das “guerras, os ataques em busca de escravos e o sequestro, foram responsáveis pela maior parte dos escravos na história<sup>40</sup>”. Complementarmente, Mariana Candido afirma que a deficiência no pagamento de soldo aos militares foi uma das razões que motivaram o envolvimento dos militares no tráfico de escravos mesmo com a existência de formas paralelas de escravização para além da guerra. Os sobas e macotas<sup>41</sup> estabeleciam suas próprias regras e castigos para os membros de sua comunidade e com base em seus princípios poderiam escravizar as pessoas<sup>42</sup>.

Por meio de mecanismos de Estado, como com a condenação pelo não pagamento de dívidas, os sobas também poderiam escravizar. Roquinaldo Ferreira afirma que a guerra em si não rendeu grande número de escravos, já que a maioria dos capturados eram mulheres, crianças e idosos<sup>43</sup>. Fica-se por se saber, porém, se mulheres, crianças e idosos não seriam “espólio de guerra”, ainda que vingassem formas não-guerreiras de suprimento de cativos.

Contudo, Lovejoy afirma que no período compreendido entre 1600 e 1800 havia uma incapacidade de os líderes militares e políticos consolidarem grandes áreas em estados centralizados. Mesmo assim, a escravização de pessoas era resultado da guerra, e os avanços tecnológicos na organização militar no período, como a fabricação/importação de armas de fogo, contribuíram para isso. A guerra era, de longe, a fonte mais importante de escravos e à medida que aumentava a demanda por escravos, a região de captura era empurrada para o interior, por meio de uma série de corredores comerciais. Assim, é possível afirmar que, com o crescimento do tráfico, houve mudanças estruturais na região<sup>44</sup>.

Para John Thornton, a escravidão já era difundida na África e se desenvolveu de forma relativamente independente ao comércio no Atlântico, sendo este comércio de escravos resultado da escravidão interna, com a participação das sociedades africanas. Os africanos conseguiram tirar proveito dessa incompleta dominação europeia e negociaram segundo seus próprios termos, ao passo que europeus tiveram que fazer ajustes para conseguir vantagens. A Coroa portuguesa negociou seus direitos e foi prejudicada até mesmo pelos comerciantes que

---

<sup>40</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, p. 32.

<sup>41</sup> Conselheiro ou ministro do soba, dembo ou jaga. TAVARES, SANTOS, *Africae Monumenta*, p. 412

<sup>42</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, pp. 55, 159.

<sup>43</sup> FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003, pp.1, 176, 177. Em trabalho recente, o autor enfatiza formas de escravização não militares, derivadas, sobretudo, do impacto do tráfico atlântico de cativos. FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

<sup>44</sup> FERREIRA, *Transforming Atlantic Slaving*, pp. , 99, 119, 121, 143.

consideravam mais lucrativo o trato direto com os africanos, não raro sendo assimilados por comunidades comerciais dominadas por africanos. O comércio permaneceu competitivo, não favorecendo nenhum ator estrangeiro, “nacional” ou regional<sup>45</sup>. Diferente de Paul Lovejoy, que defende a tese da transformação, John Thornton afirma que os escravos que cruzavam o Atlântico foram mais comprados do que capturados. Assim, o comércio de gente gerou riquezas e não foi totalmente destrutivo. A escravidão também serviu para fortalecer a elite local, política e economicamente, tanto em termos estatais, como individuais<sup>46</sup>.

Sobre as guerras, John Thornton salienta que podem ter sido realizadas para adquirir escravos, mas que devem ser explicadas pela dinâmica interna africana e não apenas por influências externas ou por desenvolvimento tecnológico. Embora os portugueses contassem com uma frota armada, nem sempre sua presença foi decisiva, além de as campanhas precisarem ser apoiadas por africanos. Militarmente, aliás, as armas europeias eram pouco eficazes em termos tecnológicos, os homens não tinham domínio do terreno e barcos europeus não subiam rios africanos, etc.<sup>47</sup>. Mas parece que as técnicas de guerra e o efetivo militar saído do Brasil pesaram significativamente nas estratégias militares em Angola. As tropas brasileiras seriam mais aptas a resistirem ao ambiente epidemiológico africano, e o uso de cavalos também auxiliou nas funções militares das guerras na África<sup>48</sup>.

Por sua vez, ao analisar Benguela, que se constituía um dos pontos mais importantes de saída de escravos na costa Atlântica da África, sobretudo em fins do século XVIII, Mariana Pinho Candido também acredita que as transformações impostas pelo tráfico provocaram um efeito devastador. A participação ativa da povoação de Benguela nas redes atlânticas fez com que valores do mundo atlântico fossem adotados, tendo o comércio de escravos afetado as relações sociais e políticas<sup>49</sup>. Então, os luso-africanos<sup>50</sup> eram mercadores que facilitavam o comércio de escravos nos portos da costa, beneficiavam-se dele e obedeciam aos decretos portugueses. Os governantes africanos se tornavam vassalos dos portugueses e conseguiam um acesso fácil a mercadorias como tecido e álcool, em troca de escravos. Com o pagamento

---

<sup>45</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, pp. 83,84, 107, 121,124.

<sup>46</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, pp. 87,89, 142,145.

<sup>47</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, pp. 158,174.

<sup>48</sup> FERREIRA, Roquinaldo. *O Brasil e a Arte da Guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, 39, 2007, p. 4.

<sup>49</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, pp. 14, 20, 239.

<sup>50</sup> De acordo com Mariana Candido, pode ser considerado luso-africano, à revelia da naturalidade, aquele identificado com o mundo lusófono, pela aceitação do cristianismo e pela lealdade aos portugueses. CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, p. 44.

de tributos, os vassallos contavam com o apoio militar “português” e permitiam que o exército atravessasse seus territórios<sup>51</sup>.

Mariana Candido salienta que poucos negociantes dominavam o tráfico em Benguela, mas a maior parte deles também era formada por militares que se beneficiavam dos contatos que possuíam no interior. Durante expedições militares, na prática, qualquer um poderia sequestrar homens livres e transformá-los em cativos, o que fazia com que os povos que vivessem no interior fossem constantemente ameaçados pelas guerras, resultando em escravização e ameaça à estabilidade social<sup>52</sup>. Assim como Lovejoy, a autora assevera que a fronteira da escravização era ampliada, neste caso, para o interior de Benguela, mas a demarcação das fronteiras internas derivava das condições políticas locais e não da demarcação territorial dos europeus (interiorização do tráfico), ou seja, os fatores políticos locais eram priorizados, e as fronteiras, superpostas politicamente<sup>53</sup>.

José Carlos Venâncio analisa a economia da cidade de Luanda e do seu *hinterland* no século XVIII, também integrando a economia atlântica à sua análise. O oceano Atlântico era o palco das relações estabelecidas entre Europa, África e Américas e o denominador comum dessa relação era o comércio externo. Nesse sentido, Luanda foi caracterizada pelo autor como uma sociedade híbrida, pois estava entre as articulações dos princípios de mercado atlântico e o modo de produção tradicional africano<sup>54</sup>. Mas a disposição do espaço e a estrutura populacional de Luanda eram ditadas por Lisboa, pois, naquele período, houve uma maximização do poder político na figura de Marquês de Pombal. No interior da cidade, a arquitetura militar sobressaía e o militarismo estava bem consolidado. Os homens que exerciam postos com alta patente, e também os subalternos, viam no comércio de escravos a única forma de sobrevivência. Esses mesmos capitães-mores utilizavam o tratado de vassalagem com chefias africanas para conseguir homens que realizassem serviços nos presídios e feiras<sup>55</sup>. Assim, militares praticavam o comércio escravista em uma posição de vantagem, incentivando as guerras que moviam contra chefias africanas, conseguindo ainda exportar escravos também com maior facilidade pela posição que ocupavam. Portanto, como Paul Lovejoy e Mariana Candido, para José Carlos Venâncio a guerra e comércio estão interligados. Para este último autor, a diferença é que, já em meados do século XVIII, os

---

<sup>51</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, pp. 43,44.

<sup>52</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, pp. 46,55,171.

<sup>53</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, p. 158.

<sup>54</sup> VENÂNCIO, *A economia de Luanda*, pp. 17, 20, 26.

<sup>55</sup> VENÂNCIO, *A economia de Luanda*, pp. 31,152.

meios militares foram substituídos pelos econômicos<sup>56</sup>, o que levou a dissociar a economia da política.

Não obstante diferenças entre os autores mencionados, todos, ao tratar do tráfico de escravos em Angola, enfatizam a importância dos militares para a consolidação desta atividade, até mesmo porque a guerra era parte da dinâmica de escravização dos homens. Sendo assim, devemos relacionar isto às políticas mais amplas propostas para os militares em Angola.

### ***3 - Propostas reformadoras para Angola na segunda metade do século XVIII***

O Império Ultramarino português passou por importantes transformações na segunda metade do século XVIII. O ponto de viragem importante foi a coroação de D. José I como rei de Portugal, em 1750, e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como Secretário de Estado do Reino (Primeiro-ministro) no mesmo ano. Este momento é marcado por uma redefinição do campo de atuação do Estado, com a tentativa de incluir todos os setores sociais na esfera da soberania, freando tendências desagregadoras do Estado. Tais transformações também foram importantes em Angola, que desempenhava papel crucial na manutenção da influência portuguesa na África.

Para Catarina Madeira Santos, a Coroa portuguesa, preocupada com a manutenção do tráfico de escravos e das ameaças constantes da presença de estrangeiros (ingleses e franceses, sobretudo), desenvolveu o programa pombalino de povoamento<sup>57</sup>. No mesmo sentido, conforme Ana Paula Wagner, com a reorientação da política portuguesa, a valorização do controle dos territórios ultrapassa em importância a do controle das rotas marítimas: “(...) o Império Português assumia novas tendências, em que era necessária a efetivação da posse dos territórios, além da eficaz exploração e controle das riquezas nele existentes”<sup>58</sup>. Neste período, emerge o valor da *polícia*, que se caracterizava como um projeto racional que visava introduzir, por meio de uma administração ativa, uma nova forma de disciplina social, contrário ao valor da *justiça* do Antigo Regime como modelador da ação política<sup>59</sup>. As formas

---

<sup>56</sup> VENÂNCIO, *A economia de Luanda*, p. 175.

<sup>57</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*

<sup>58</sup> WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História: Curitiba, 2009, p. 19.

<sup>59</sup> Ao se tratar das concepções de Antigo Regime e da noção de justiça, Antônio Manuel Hespanha afirma que a perfeição da Criação estava na heterogeneidade das coisas, já que o mundo era um reino de diversidade, de

de organização e relacionamento tomam novos rumos, considerando as reformas e novas estratégias de controle político<sup>60</sup>.

Desse modo, Catarina Madeira Santos enfatiza o fato de, no período pombalino, a administração em Angola se caracterizar pela política de territorialização, no intuito de materializar a posse efetiva dos domínios da Coroa portuguesa. O ponto de viragem na recepção das correntes de pensamento europeu também se observa em Angola, onde teve início um movimento reformista no qual militares e “burocratas”, formados com novos parâmetros, intervieram no processo. Apesar das particularidades existentes, o conjunto não deve deixar de ser pensado, pois as ações reformistas possuem um sentido comum. Polir e civilizar eram os novos ditames para os rumos da colonização<sup>61</sup>.

Conforme José Subtil, o modelo setecentista de administração ativa obrigou a Coroa a assumir um posicionamento de melhor ordenamento para o aperfeiçoamento das condições materiais, realizada por meio de programas políticos<sup>62</sup>. Catarina Madeira Santos defende que as medidas de Pombal em relação à Angola remetem a um projeto, pois as medidas legislativas possuem um sentido comum. Segundo a autora, administrar “*exige método e o método supõe o projeto e o projeto supõe a disponibilidade de informação sobre o território que se quer administrar*”<sup>63</sup>. A polícia, a aritmética política e o racionalismo na administração são aparelhos conceituais que fazem parte do projeto que Pombal elaborou para Angola, mas, para além de um modelo universal de reformas em outros espaços ultramarinos, o que determinava sua aplicação eram as especificidades locais<sup>64</sup>.

---

diferenças e estas diferenças eram hierarquizadas. A sociedade era composta por partes autônomas e desiguais que são hierarquizadas de acordo com a função que cada um possuía. Tratava-se na noção corporativa da sociedade, ou seja, “*a criação era como que um corpo, em que cada órgão competia uma função, e que estas funções estavam hierarquizadas segundo a sua importância para a subsistência do todo.*” Esta percepção de uma sociedade como um todo ordenado de partes autônomas e desiguais era utilizada como moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais, sendo traduzida pela autonomia política e jurídica dos corpos sociais. Dentro do paradigma corporativo da sociedade, o rei representava a cabeça do corpo, sendo responsável por manter a harmonia entre as demais partes e realizar a justiça, atribuindo a cada um aquilo que lhe era devido de acordo com a sua função. O estado do indivíduo era algo natural, um direito adquirido pelo tempo e com o reconhecimento do estatuto pelo público. Este estatuto comportava direitos e deveres. A classificação social era entendida como decorrente da natureza das coisas. HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010; Cf. também HESPANHA, A.M. e XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: editorial Estampa, s/d.

<sup>60</sup> SANTOS. *Um governo "polido" para Angola*

<sup>61</sup> SANTOS. *Um governo "polido" para Angola*, pp. 19, 38

<sup>62</sup> SUBTIL, José. *Os poderes do centro*. In: HESPANHA, A. M. (coord.), *História de Portugal Antigo Regime*. vol IV, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, p. 143.

<sup>63</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 47.

<sup>64</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 67.

O novo método de colonização estava inserido em um modelo universal a ser articulado pelas nações “polidas desenvolvidas” da Europa. Esse modelo foi aplicado em diversas partes do espaço ultramarino, incluindo Angola, mas sem deixar de considerar as variações decorrentes das especificidades territoriais<sup>65</sup>. Nesse sentido, vigiam ações de expansão territorial ou de revisão do estatuto das possessões ultramarinas, o que, para Catarina Madeira, configura a existência de um programa político pombalino para Angola<sup>66</sup>. Todavia, no Império Português, mesmo no período pombalino, ainda existiam descontinuidades espaciais e uma heterogeneidade de instituições, da mesma forma que eram imprecisos seus limites tanto geográficos quanto jurídicos<sup>67</sup>. Por isso, a urgência na instalação territorial e contínua em Angola com o objetivo de transformar os enclaves do litoral em uma linha contínua de domínio interiorizado<sup>68</sup>.

O pluralismo institucional, jurídico e jurisdicional fazia parte da realidade africana com a coexistência de concepções e usos sociais europeus do espaço e a circulação de poderes políticos africanos. Essa pluralidade de instituições prevalece sobre um projeto de Estado territorial, espacialmente contínuo e homogêneo no plano institucional e jurídico<sup>69</sup>. O espaço era heterogêneo, pois territórios africanos estavam intercalados com territórios coloniais. Os africanos ocupavam vastos espaços e a forma de presença colonial era traduzida por uma administração pouco sólida, com um fraco exército e com uma rede frágil de presídios e feiras percorridos por sertanejos europeus, africanos e mestiços políticos.

Este é um aspecto não só de Angola, mas de todo o vasto Império Ultramarino português, que “*constitui o exemplo mais característico de um império marcado, ao mesmo tempo, pela descontinuidade espacial, pela economia de meios e por coexistência de modelos institucionais.*”<sup>70</sup> Quer dizer, no Império português não havia um único modelo de administração e as intenções e oportunidades de ocupação definiam as propostas para os domínios. Para Antônio Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos, esta característica não ia contra o imaginário político da época cuja vertente era pluralista. Para estes autores a administração ultramarina portuguesa se traduz numa capacidade infinita de adaptação<sup>71</sup>. Mesmo num período em que se buscava um domínio de fato das colônias portuguesas, os

---

<sup>65</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 68.

<sup>66</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*

<sup>67</sup> WAGNER, *População no Império Português*, p. 20.

<sup>68</sup> Cf. SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*; Cf. também CANDIDO. *Fronteras de Esclavización*

<sup>69</sup> WAGNER, *População no Império Português* p. 121.

<sup>70</sup> HESPANHA, A.M. e SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: editorial Estampa, s/d, P. 352.

<sup>71</sup> HESPANHA e SANTOS, Os poderes num Império Oceânico, p. 352-354.

projetos propostos levavam em conta, além dos interesses da Coroa em determinados locais, as especificidades existentes. A adaptação a estas especificidades era responsável pela manutenção destes domínios, ou seja, a adaptação local não enfraquece a administração da Coroa, mas a mantém.

Todavia, um dos objetivos das reformas pombalinas para todo o Império português era o encurtamento das distâncias, o que possibilitaria a realização de uma justiça rápida e a igualdade de acesso à mesma. Pensava-se que a distância afetava a administração das terras e que reforçava sua autonomia, sem a presença regular dos oficiais da Coroa nas diversas partes do domínio<sup>72</sup>.

Em Angola, a construção de um território contínuo ocorreria por meio da ligação e articulação entre suas diversas partes. Benguela e Luanda deveriam estar em comunicação, o que motivou, por exemplo, a construção do presídio de Novo Redondo, formando novas redes de comunicação e troca de informação. Nesse sentido, a guerra foi fundamental para a sedimentação e alterações nas noções de poder<sup>73</sup>. Além disso, veremos adiante, o tráfico de escravos era uma das atividades mais importantes para a manutenção do império português, havendo muitas políticas propostas que visavam a preservação desta atividade. Isto remete ao impacto do tráfico em sociedades africanas e ao direcionamento da política mercantil pombalina para Angola.

### ***3.1. O comércio de escravos e a disciplina no sertão***

O objetivo maior das reformas pombalinas propostas era a diminuição dos óbices ao comércio de escravos. Com o crescimento do tráfico, a colonização no Brasil era viabilizada e o equilíbrio do Império, mantido<sup>74</sup>. No entanto, o programa pombalino em Angola visou também transformá-la em uma colônia de povoamento e produção de riquezas, até mesmo para tentar manter o controle do tráfico de escravos, pois outro fator que provocava a preocupação em relação aos territórios angolanos eram as ameaças de ocupação estrangeiras. Nesse caso, houve uma reavaliação das formas de domínio, impulsionadas pela pressão das

---

<sup>72</sup> SILVA, *O Modelo Espacial do Estado Moderno*, p. 105, 106.

<sup>73</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 170-175.

<sup>74</sup> “Para se compreenderem os interesses que a Monarquia de Portugal na conservação dos Domínios de África: basta fazer uma pequena reflexão na física impossibilidade que haveria de se conservar o Brasil, logo que uma vez viessem a faltar os referidos domínios: Vendo-se que com eles faltariam ao mesmo tempo os Negros, sem cujo sucessivo transportes cessariam os trabalhos das Minas dos Diamantes e do Ouro(...)” Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Coleção Conselho Ultramarino (CCU), Angola, códice 555, fl. 1.

potências europeias, na conturbada conjuntura do último quartel do século XVIII, e pela presença em Angola de poderes africanos. Apesar disso, mesmo com a diversidade cultural existente neste espaço, não houve impedimento para o desenvolvimento do comércio entre as diferentes estruturas sociais desse vasto Império. Foi com o comércio de escravos que se processou uma reorganização territorial que viabilizava a participação de africanos nas atividades comerciais. De acordo com Jaime Rodrigues, a manutenção dos territórios coloniais estava vinculada ao tráfico, sendo os traficantes fundamentais nesse processo, já que os portugueses se estabeleciam e viviam na África de forma a manter relações com os africanos que os mantinham abastecidos de escravos.<sup>75</sup> Porém, não raro os comerciantes de escravos eram militares, ou melhor, era intensa a participação dos oficiais militares no comércio africano, da mesma forma que os militares eram importantes para manutenção deste território.

O reconhecimento do valor de Angola e da importância do comércio de escravos é expresso em um documento extenso, a *Coleção das providências leys e ordens que restauraram a Navegação, o Commercio, a Policia e a Disciplina Militar dos Reynos de Angola, Congo e Benguela, Loango e Prezidios daquela utilíssima parte da Africa, dos grandes estragos em que Sua Magestade a achou quando succedeo na Coroa destes reynos e motivos, que constituíram o espírito de cada huma das ditas Leys, ordens e providencias, doravante Coleção*<sup>76</sup>. Esta documentação está dividida em três partes/épocas: a primeira consta a cópia dos Alvarás de 11 e 25 de janeiro de 1758 com comentários sobre os motivos de cada um deles; na segunda consta um parecer do conde de Oeiras baseado em leis, resoluções, cartas régias e providências; já a terceira parte trata-se de uma *Introdução Prévia* sobre as fraudes nas sobreditas Providências. O livre comércio era a justificativa à edição das leis que cessaram com o Contrato de Escravos de Angola<sup>77</sup>.

É interessante notar que ao propor soluções para o reino de Angola, constrói-se uma memória acerca daquele território, sugerindo uma dimensão de como era a administração que se tinha até aquele momento, ou como deveria ser construída *a posteriori*. Ou seja, para promover o livre comércio em Angola, o responsável pela *Coleção*, o primeiro ministro,

---

<sup>75</sup> RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. 1ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 59.

<sup>76</sup> AHU, Angola, código 555.

<sup>77</sup> GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012.

Sebastião José de Carvalho e Melo, elenca os problemas existentes até ali, sobretudo o do monopólio. Apesar de o texto possuir uma ordenação lógica das matérias, foi escrito por alguém que não esteve em Angola e que necessitou do auxílio de opiniões dos administradores, livros de viagem e suportes bibliográficos, na tentativa de construir uma memória que justificasse o projeto político empreendido para Angola.

Pela leitura desta fonte, é possível encontrar um sentido comum para as políticas empreendidas por Pombal para Angola: a extinção do regime de contratos do tráfico de escravos. No entanto, outras matérias faziam parte do programa pombalino em Angola, a exemplo das políticas de povoamento branco, do desenvolvimento da agricultura e da melhoria nas condições dos meios militares. Todas essas questões estavam interligadas. As propostas para a melhoria das condições dos meios militares podiam estar diretamente relacionadas à manutenção territorial, já que preservar áreas de influência portuguesa manteria o bom andamento das práticas mercantis, e também militares, associadas.

Como a apologia ao livre comércio em Angola era um dos argumentos centrais de toda a documentação, criticava-se o monopólio a favor de alguma pessoa ou de grupos. O objetivo do *Alvará de 11 de janeiro de 1758*, assinado pelo rei D. José I e pelo seu Primeiro Ministro, é o de dar providências para que seja livre o comércio em Angola, Congo, Loango, Benguela, portos e sertões adjacentes. O Alvará fazia uma crítica aos:

(...) monopólios as vexações, e as desordens, que se tem seguido aos meus vassallos, moradores em Angola, e nas outras partes dos Meus Reinos, e Domínios que naquele Estado fazem o seu comercio, de ser este de muitos anos a esta parte limitado a certas, e determinadas pessoas, que conseguiam faze-lo exclusivo em utilidade sua particular, sustentada por meios indirectos, e ilícitos, com prejuízo público.<sup>78</sup>

Evidentemente, o Alvará determina a liberdade de comércio a todos, incluindo os vassallos, que, sob proteção das Leis do Reino, poderiam ir ao resgate de escravos, inclusive nos sertões, sem que governadores, capitães-mores, cabos, oficiais de guerra e da Câmara, ministros da Justiça e Fazenda os impedissem. Da mesma forma, os navios poderiam sair dos portos ao livre arbítrio dos carregadores, sendo livres aos mestres de navio realizar viagem com os escravos resgatados, desde que pagassem os *Direitos* a Fazenda Real. De acordo com

---

<sup>78</sup> Alvará de 11 de janeiro de 1758. Para ser livre o Comércio de Angola, e dando certas providências ao mesmo respeito. [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=814](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=814) Consultado em 10 de janeiro de 2013.

Joseph Miller, na era dos contratadores<sup>79</sup> a riqueza dos comerciantes de Lisboa e os contratos privilegiados provocavam um inchaço de mercadorias no mercado angolano e, daí, a necessidade de os agentes locais garantirem o controle e o suprimento de cativos. Essas mercadorias compradas em Lisboa eram oferecidas por meio de crédito liberado a qualquer súdito na colônia<sup>80</sup>.

O *Alvará de 25 de janeiro de 1758* objetivava regular os direitos dos escravos e do marfim oriundos de Angola “por não se haver estabelecido até o presente para a sobredita arrecadação de Direitos huma fórmula clara, certa, e invariável, mediante a qual os despachantes sejam sempre seguros do que devem (...)”<sup>81</sup> Esse documento estabelecia *Direitos Novos* dos escravos, a principiar com o novo contrato de 05 de janeiro de 1760. Para assegurar a arrecadação para a Real Fazenda destes direitos, havia a orientação para que os navios saídos de Angola e seus portos levassem guias para os portos para onde navegavam e que retornassem com certidões que comprovassem o cumprimento do que constava na guia. Com efeito, o comércio foi a preocupação dominante de todos os governantes de Angola, cujos dizeres ressaltavam, dentre outros aspectos, o alto preço dos alimentos e a situação de miséria dos moradores e dos soldados. Porém, havia uma tentativa em maximizar os problemas existentes em Angola, ao menos entre os governadores, talvez visando benefícios para o para seu governo.

A preocupação com a navegação, o comércio, a disciplina militar e a polícia estão presentes nas leis e ordens direcionadas para toda Angola. A justificativa do interesse nesta parte da África esta relacionada com a conservação do Brasil, que, neste momento, necessitava dos braços escravos, já que a falta deles poderia prejudicar os trabalhos nas minas de diamantes e ouro e também nos engenhos de açúcar, dentre outras atividades.<sup>82</sup> Além disso, o provimento oriundo de produtos como marfim, ouro e cera bruta também serviam de argumentos suficientes para a manutenção deste domínio. Por isso, o Marquês de Pombal

---

<sup>79</sup> Joseph Miller delimita a economia do tráfico de escravos angolano de acordo com as características de cada momento deste comércio em Angola. O primeiro momento é o da conquista dos governadores em Angola (1650-1710); no segundo momento tem-se a Era dos contratadores (1710-1750); o terceiro momento é marcado pelas reformas pombalinas e do abandono da colônia (1750-1790). O autor trata ainda da união dos portugueses com os ingleses no Atlântico Sul já no século XIX. Cf. MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In Selma Pantoja e José Flávio Sobra Saraiva (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

<sup>80</sup> MILLER, *A economia política do tráfico*, p. 21.

<sup>81</sup> Alvará de 25 de janeiro de 1758. Regulando os direitos dos escravos e do Marfim que vem de Angola. [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=817](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=817) Consultado em 10 de janeiro de 2013.

<sup>82</sup> AHU, Angola, código 555, fl. 1.

afirmava: “(...) fácil era de ver que não devíamos abandonar-lhes estas vantagens, mas antes usar delas como próprias nas nossas navegações da América e Ásia”.<sup>83</sup>

O fortalecimento mercantil também estava associado ao fortalecimento da Coroa, já que a África poderia oferecer meios vantajosos para obter lucro, mas as transações entre África, Lisboa e Brasil<sup>84</sup> eram prejudicadas por diversos fatores, dentre eles a presença dos jesuítas e de nações estrangeiras no comércio. Isso deixava algumas partes do território angolano de acesso vedado aos vassallos (dos) portugueses.

Carlos Couto afirma que foi pouco explorado o papel desempenhado pela Coroa no que diz respeito às relações comerciais entre Brasil e Angola. Não apenas a relação com o Brasil justificava o interesse do Reino pela conservação de Angola, mas também os gêneros dos sertões que eram utilizados para o fomento de algumas indústrias.<sup>85</sup> Para o autor, no século XVIII intentava-se a manutenção do “pacto colonial” e os domínios ultramarinos serviriam apenas para fazer prosperar a Metrópole. Até o século XVIII, o *pacto colonial* com as características que o definem, como sistema utilitário ao serviço da Metrópole, não fora observado em Angola. Mas a partir da chegada de Marquês de Pombal no posto de Primeiro Ministro, manifestava-se o desejo de chamar à sua tutela o domínio econômico desta possessão<sup>86</sup>. Não obstante, um projeto reformador com características de um domínio absoluto ou da realização de um pacto colonial não está de acordo com a realidade da conquista portuguesa em Angola, que em grande parte baseou-se na negociação com as autoridades locais<sup>87</sup>.

Em fins do século XVIII, Portugal era, em grande parte, excluído das transações comerciais de cativos no Atlântico e Angola transformou-se em um verdadeiro entreposto comercial que estabelecia comércio com África, Ásia e América<sup>88</sup>. As casas comerciais do

---

<sup>83</sup> AHU, Angola, código 555, fl. 2.

<sup>84</sup> O conjunto de leis e providências em questão remete ao comércio triangular. Os navios deveriam sair de Lisboa para os portos da África para depois seguir para o Brasil. Do Brasil deveriam retornar para Portugal. Dessa forma, lucraria-se três vezes com gêneros e fretes. AHU, Angola, código 555, fls. 2, 2v.

<sup>85</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 186.

<sup>86</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 184.

<sup>87</sup> O autor escreve antes do revisionismo das teorias sobre Estado Moderno. Sobre o revisionismo, cf. PUJOL, Xavier Gil. *Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e territórios nas Monarquias europeias dos séculos XVI e XVII*. In: Penélope. Fazer e Desfazer a História. Lisboa: Cosmos, nº 6, 1991. Em termos mercantis, o grosso do controle do tráfico, pelo menos a partir de fins do século XVIII, estava nas mãos de traficantes sediados no Rio de Janeiro. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>88</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, pp. 187-190; Ver também FERREIRA, Roquinaldo A. *Transforming Atlantic Slaving*; FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda

Rio de Janeiro também participaram do tráfico de escravos realizado em Angola e um dos produtos de troca utilizados neste comércio foi a cachaça, o que fez o Rio de Janeiro tornar-se o maior fornecedor de geribita e o principal destino de escravos embarcados no porto de Luanda<sup>89</sup>. As conexões via tráfico, portanto, não eram nem centradas em Lisboa, nem bipolares, pois os panos do Oriente também eram cruciais para as práticas comerciais em Angola<sup>90</sup>.

Sendo Angola (sobretudo Luanda e Benguela) o principal centro exportador de cativos africanos<sup>91</sup>, que constitui umas das principais bases, senão a principal, da vida econômica de todo o Reino, não seria interessante que esta atividade fosse prejudicada, ou melhor, que as rendas da Coroa fossem afetados por qualquer motivo. Por isso não era bem visto o suposto monopólio dos Jesuítas e dos contratadores, que dificultavam a entrada de vassallos portugueses nos sertões. O bode expiatório para a incapacidade da administração portuguesa foram os jesuítas, como salienta a *Coleção*<sup>92</sup>. Os referidos domínios se encontram:

(...) em uma parte inteiramente fechada para os seus vassallos, em outra parte conquistados pelos denominados jesuítas a favor de seus particulares, e sórdidos interesses; e pela outra parte abandonado às Nações estrangeiras, que a eles iam desfrutar, e neles dispor como na Casa própria (...)<sup>93</sup>

Para declarar livre a todos os moradores de seus domínios o comércio nos sertões de Angola, na lei de 11 de janeiro de 1758 o Conde de Oeiras faz uma ampla crítica ao suposto monopólio dos jesuítas e dos contratadores. Esta prática era prejudicial aos negociantes de

---

Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>89</sup> CURTO, José C. *Álcool e Escravos: O comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central e Ocidental*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002, pp. 154, 155. Cf. FLORENTINO, *Em costas negras*.

<sup>90</sup> Cf. LAPA, José R. Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1968.

<sup>91</sup> Diferentes obras destacam o crescimento do tráfico de cativos na segunda metade do século XVIII. Conforme a base dados Trans-Atlantic Slave Trade Database, entre 1651 e 1700, o número de embarques na região de Angola foi de 571.418 cativos, 888.614 entre 1701 e 1750 e 1.477.000 cativos entre 1751 a 1800. Logo, entre 1751 e 1800, o número de cativos embarcados na região aumentou quase 70% em relação ao período anterior.

<http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1650&yearTo=1800&embarkation=7>

Consultado em 10/02/2013 às 14:30h. Conforme Paul Lovejoy, a África Centro-Ocidental era a região que mais exportava escravos. Cf. LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*; Por sua vez, Florentino constatou o aumento do número de escravos desembarcados no Rio de Janeiro entre 1790 e 1800. Em 1790, 5.740 cativos desembarcaram no Rio de Janeiro, 10.640 em 1795 10640, ou seja, o número quase dobrou. Entre 1795 e 1830, a África Central Atlântica permaneceu como a principal exportadora de homens para o Rio de Janeiro. Cf. FLORENTINO, *Em costas negras*, pp. 51, 79-80. Saliente-se que o porto de Benguela também foi crucial. Cf. CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*

<sup>92</sup> “(...) um dos primeiros e principais objetivos dos chamados Jesuítas desde a sua entrada em Portugal foi a de usurparem e fecharem a beneficio da sua insaciável cobiça todos os sertões dos Domínios Ultramarinos deste Reyno.” AHU, Angola, códice 555, fl. 5.

<sup>93</sup> AHU, Angola, códice 555, fl. 2v.

escravos, mesmo aqueles de maiores capitais, que mandavam fazendas por sua conta para Angola e que não conseguiam concorrer com o comércio realizado pelos contratadores<sup>94</sup>, considerados “pessoas poderosas, que por meios indiretos e ilícitos, o monopolizavam com utilidade sua particular em prejuízo público (...)”<sup>95</sup> Apesar de mencionar apenas os jesuítas e os contratadores como empecilhos ao livre comércio de escravos, a documentação não alude aos africanos como obstáculos a este comércio.

A falta de vantagens comerciais motivou a dispersão de homens para Benguela, para o leste de Luanda, entre os rios Cuanza e Dande, em busca de alternativas para realização do comércio, consolidando suas posições como capitães militares. Com essa dispersão o acesso a barcos estrangeiros foi facilitado. No Dande e no Bengo, próximo a Luanda, alguns mercadores *mestiços*<sup>96</sup> começaram a atuar e desviar suas caravanas para vender os produtos aos estrangeiros, a fim de obter em troca mercadorias europeias ou asiáticas com preços mais baixos do que os contratadores monopolistas ofereciam em Luanda<sup>97</sup>.

Para Joseph Miller, na fase pombalina, intentou-se empreender um rígido regime de nacionalismo econômico em todo o Império português, política que desnorтеou os contratadores em Angola. Paralelamente, duas companhias comerciais de cunho monopolista foram para Angola: a Companhia Geral de Pernambuco e da Paraíba e a Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão. De acordo com Miller, a Companhia de Pernambuco foi a mais atuante em Luanda por volta de 1760<sup>98</sup>.

Antônio de Vasconcelos e D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho se empenharam em implementar as políticas de policiamento e controle. Sousa Coutinho tentou remover dos mercadores mestiços (filhos da terra) o controle das firmas comerciais do interior e passar a expansão dos representantes destes comerciantes. Apesar das reformas realizadas nas tropas, muitos permaneceram envolvidos com as atividades comerciais no sertão<sup>99</sup>, o que dificultou a

---

<sup>94</sup> AHU, Angola, código 555, fl. 5.

<sup>95</sup> AHU, Angola, código 555, fl. 66v.

<sup>96</sup> Autores, como Joseph Miller e Carlos Couto, chamam de mestiços os descendentes de portugueses ou brasileiros nascidos em Angola. Neste trabalho optamos o uso do termo filhos da terra para fazer referência a estes homens. De acordo com Selma Pantoja os termos filhos da terra ou naturais da terra se referem a indivíduos que viviam em terras africanas há muitos anos ou que lá nasceram. PANTOJA, S. A. *Laços de afeto e comércio de escravos: Angola século XVIII*. Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU. Impresso), v. I, p. 23-42, 2010, p. 370. Cf. HEYWOOD, Linda M. *De português a africano: a origem Centro-Africana das culturas Atlânticas crioulas no século XVIII*. In: HEYWOOD, Linda M. (org). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 103-105.

<sup>97</sup> MILLER, *A Economia Política do Tráfico de Angolano*, pp. 23 e 24.

<sup>98</sup> MILLER, *A Economia Política do Tráfico de Angolano*, pp. 28, 29.

<sup>99</sup> Na tentativa de diminuir o envolvimento dos militares no tráfico de escravos, ainda em 1765 houve a proibição do envolvimento dos capitães-mores neste tipo de comércio. COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 56.

implementação das políticas de Sousa Coutinho.<sup>100</sup> Logo, o projeto de transformação que contava com os militares esbarrou na própria “corporação”.

Para propor a liberdade de comércio e diminuir os prejuízos causados pela falta de domínio nos sertões de Angola, uma das maiores preocupações dos governadores foi a disciplina na circulação destes locais. Os brancos estavam proibidos de entrar no sertão e, a partir de 1761, os mercadores só poderiam adentrá-lo com uma guia ou carta de legitimação passada pela Junta da Justiça. O que motivou estas medidas foi a indisciplina comercial que constituiu uma das maiores causas das desordens no sertão e da instabilidade sócio-econômica. Segundo Carlos Couto, só procurava o sertão quem não tinha meios de subsistência na capital, degredados, aventureiros, vagabundos, ciganos, desertores convergiam para o sertão em busca de sustento<sup>101</sup>. Por isso, solicitava-se aos capitães-mores que nele fizessem justiça. No entanto, medidas opressoras contras as chefias locais eram consideradas inúteis para sustentar o comércio, “*sem o qual não florescem os Estados, nem pode conservar-se o Reino*”<sup>102</sup>, dizia o governador de Angola em 1765.

Nos governos de Antônio de Vasconcelos e de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, tentou-se a regularização da presença dos súditos portugueses e de seus aliados no interior. Algumas propostas foram elaboradas para disciplinar o sertão, a exemplo do Regimento dos Capitães-Mores, de 24 de fevereiro 1765<sup>103</sup>, que, dentre outros assuntos, tratava da ausência de harmonia nas relações comerciais no interior e das desordens nos núcleos populacionais. O objetivo deste Regimento era o de uniformizar e tornar úteis as disposições existentes e publicadas por diversos governadores. Nesse sentido, a política sertaneja foi assentada na ordem, na disciplina e na justiça, o que garantiria o progresso da província, não disponibilizando lugar no sertão para os considerados, pelos governantes, como vadios e vagabundos<sup>104</sup>.

Na segunda metade do XVIII, a situação de Angola tomaria novos rumos com a política da ordem e da disciplina, lançavam-se os fundamentos para uma nova sociedade: sã, ordeira e trabalhadora. No governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, a organização defensiva do território seria modificada, reformando-se os presídios, disciplinando as

---

<sup>100</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 32.

<sup>101</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 134.

<sup>102</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 24 de fevereiro de 1765, Caixa 49, documento 11.

<sup>103</sup> Este regimento é composto de 31 artigos e foi registrado na Ouvidoria Geral do Juízo Geral. Deveriam cumpri-lo todos os capitães-mores, juiz ordinário de Massangano e o ouvidor geral de Benguela. Diploma do governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, extensivo ao juiz ordinário de Massangano. AHU, CCU, Avulsos Angola, 24 de fevereiro de 1765, Caixa 49, documento 11.

<sup>104</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 138. Ver também SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*

guarnições, satisfazendo os soldos, dentre outras medidas<sup>105</sup>. O mapa abaixo é um exemplo de uma destas medidas de organização defensiva. Trata-se de um projeto de construção de uma fortaleza no Presídio de Benguela, mandado fazer por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho em data imprecisa.

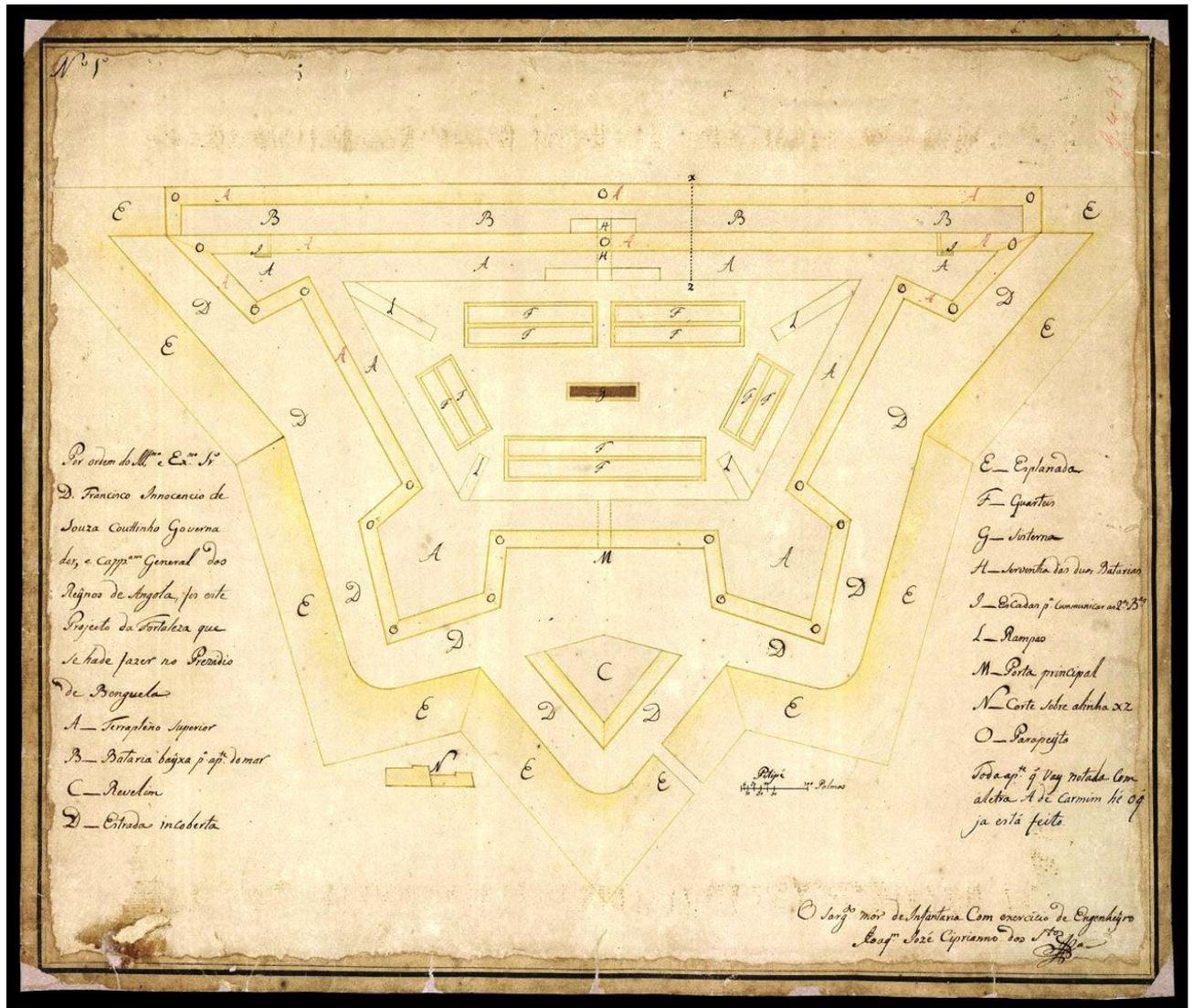


Figura 2: SANTOS, Joaquim José Cipriano dos. Projecto da Fortaleza que se ha se fazer no Prezidio de Benguela. Data: [17--] 1 planta ms. : : desenho a tinta ferrogálica; 41 x 53,2cm em f. 42,5 x 55cm. (fonte:[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart544107.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart544107.jpg))

O sertão tornou-se alvo de preocupação porque, no século XVIII, o comércio sertanejo estaria decadente, e a agricultura, praticamente inexistente. Os mantimentos tinham preços altos, os soldados andavam esfarrapados e famintos, e os moradores, arruinados. Mas também

<sup>105</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 143.

havia preocupação com Benguela, local de grande relevância, devido a sua situação geográfica, ao tráfico de escravos e ao comércio de cera e marfim, ou seja, em Benguela giravam todas as atividades ao Sul do Cuanza<sup>106</sup>.

A Coroa tentou de toda forma restringir o comércio no sertão, mas não conseguiu evitar que continuasse a ser praticado por homens de negócio, muitos destes capitães-mores, acusados de todos os abusos<sup>107</sup>. Os capitães-mores eram, nos seus domínios, diretamente responsáveis pela ordem, mas, por razões de conveniência, muitas vezes realizavam suas atividades em benefício próprio. O comportamento destes homens ficou evidente no Regimento dos Capitães-Mores, no qual foram acusados de serem opressores e de abuso de autoridade, sobretudo nos sertões. Logo na introdução do documento, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho afirma que:

(...) é preciso que os Capitães-mores saibam sem confusão qual é a autoridade que Sua Majestade lhes confia, para que dentro dos seus limites substituíssem uma retidão e um procedimento merecedor do real agrado, às iníquas barbaridades, que em alguns dos seus Presídios, se tem cometido, e tolerado com manifesto abuso das Reais e Pias intenções de Sua Majestade, e do bem dos seus vassallos (...)<sup>108</sup>

Parte da ruína do comércio era de responsabilidade dos capitães-mores que foram acusados de terem uma desordenada cobiça. Mesmo os capitães-mores de Benguela e de São José de Encoge deveriam ter um particular cuidado, freando o contrabando de fazendas estrangeiras. Por isso, no artigo 7º solicitava-se a não intromissão destes homens nos negócios, proibindo negociar pública e particularmente.

Mais importante, a orientação de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho no dito regimento relaciona a retidão do trabalho militar com o bom andamento do comércio e das relações com os vassallos africanos. Os Capitães-Mores deveriam conservar as fortalezas, proporcionar a prontidão das artilharias e o serviço militar regular dos soldados, devendo executar as ordens e lições, desterrando os abusos existentes<sup>109</sup>. Pela leitura deste documento nota-se preocupação do governador com a atividade policial. No dicionário de Raphael Bluteau, o verbete “Polícia” remete a “boa ordem que se observa, e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Repúblicas, etc. (...) Nem uma, nem outra

---

<sup>106</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, pp. 79-92. Cf. CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*

<sup>107</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 195.

<sup>108</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 24 de fevereiro de 1765, Caixa 49, documento 11.

<sup>109</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 24 de fevereiro de 1765, Caixa 49, documento 11.

polícia se acha nos povos, a que chamamos Bárbaros (...) <sup>110</sup>. Considerando que, para D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, o progresso da província estava assentado na ordem, na disciplina e na justiça e, por conseguinte, “não podia haver lugar no sertão para os vadios, para os vagabundos e para os corruptos que, a cada passo, cometiam os maiores latrocínios contra as autoridades tradicionais.” <sup>111</sup> Da mesma forma que os africanos não deveriam ser extorquidos e nem expostos a vinganças particulares. A orientação para a não interferência nas ditas “leis bárbaras” era defendida no Regimento dos Capitães-mores, a fim de evitar prejuízos que esta interferência poderia causar <sup>112</sup>.

Sendo assim, de forma inversa, o que os documentos revelam, no fundo, é que o interesse no comércio de escravos e de outras mercadorias fez com que muitos comerciantes capitães-mores (ou capitães-mores comerciantes) vasculhassem o sertão em busca de vantagens comerciais <sup>113</sup>. Vantagens nem sempre revertidas para a Coroa, o que motivava toda a preocupação em disciplinar o Reino de Angola, inclusive pela via militar.

### 3.2 A situação dos militares

Pelo exposto, uma questão que mereceu atenção na *Coleção* diz respeito à situação das tropas e de seus fardamentos, questão há muito tratada nos diversos ofícios entre a Coroa e o governo de Angola. Marquês de Pombal explica a vulnerabilidade dos militares pelos monopólios dos contratadores, já que seriam os responsáveis por prover os fardamentos e munições das tropas de Luanda e dos presídios <sup>114</sup>. Como os contratadores eram encarregados de prover os gêneros alimentícios e fazendas às tropas, eles utilizavam algumas estratégias para ter ganhos. Um exemplo disso é o cultivo de gêneros que proviam as tropas em suas próprias terras <sup>115</sup>.

Por outra parte deviam os mesmos soldados descalços, desprezíveis e injuriosos ao decoro das Armas de Sua Majestade na presença dos

---

<sup>110</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, volume 6, p. 575. <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/policia> Consultado em 20 de fevereiro de 2013.

<sup>111</sup> COUTO, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII* p. 138

<sup>112</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 24 de fevereiro de 1765, Caixa 49, documento 11. Veja, também, a preocupação de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho com a escravização ilegal. Biblioteca Municipal de Luanda, Manuscritos, Códice 24, fl. 6.

<sup>113</sup> MILLER, *A Economia Política do Tráfico Angolano*, pp. 12, 13.

<sup>114</sup> AHU, Angola, códice 555, fl. 42.

<sup>115</sup> AHU, Angola, códice 555, fl. 44.

Nacionais e Estrangeiros que ali abordavam. E pela outra parte enfim a terra cheia dos inumeráveis roubos e insultos que eram inseparáveis de uns soldados reduzidos ao estado de tantas, e tão urgentes necessidades, até do pão sem o qual não pode subsistir a vida humana um só dia, quanto mais nos de todo um ano inteiro.<sup>116</sup>

Consequentemente, a orientação foi a de retirar dos contratadores a responsabilidade de prover os fardamentos e mantimentos, pois:

Este monopólio e todos os roubos que dele se seguiram, unindo-se aos da Farinha, e sal acima ponderados, além da calamidade do Povo têm feito ao Real Serviço e á reputação das Armas de Sua Majestade os intoleráveis prejuízos de não haver facilmente quem queira servir, naquele Reino por vontade, o de irem para ele os homens de mais reprovado procedimento forçados por degredo; e os de aparecerem as Tropas do dito Senhor nuas e mortas de fome na presença de muitos Estrangeiros, que vão frequentemente buscar aquele Porto.<sup>117</sup>

Para regular as rendas para o fardamento das tropas e de retirar o suposto monopólio das mãos dos contratadores foi atribuído ao Provedor da Fazenda Real a confecção das fardas e sua distribuição entre os presídios, levando em conta a quantidade dos soldados que recebiam as fardas em mãos. Destaca-se a relação entre o tráfico de escravos e as fazendas utilizadas para fardamentos que por muitas vezes serviam para os soldados como moeda de troca no comércio de cativos. Por isso, uma medida presente no Regimento dos Capitães-Mores, que proibia o comércio realizado pelos capitães-mores, livraria os soldados dos abusos na compra lesiva de suas fazendas:

(...) que são pagas no sertão em dinheiro corrente, cuja causa fomenta cruéis desordens porque embarçado o Capitão-mor com os seus soldados nos negócios, lhes sofrem impunemente todo o gênero de desordem, e os deixa viver continuamente do furto, quando eles mesmos pela própria conveniência trocam os gêneros de subsistência, pelos do vício, a que são de ordinário propensos os sertanejos.”<sup>118</sup>

Em 1755, um parecer do Conselho Ultramarino em resposta a uma representação do Governador de Angola, D. Antônio Álvares da Cunha, sobre a situação militar, corrobora a situação de penúria das tropas militares, sobretudo da falta de armamentos.

---

<sup>116</sup> AHU, Angola, código 555, fl. 18.

<sup>117</sup> AHU, Angola, código 555, fl. 43v.

<sup>118</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 24 de fevereiro de 1765, Caixa 49, documento 11.

O Governador e Capitão General do Reino de Angola em Carta de 20 de junho de 1754 faz presente a Vossa Majestade por este Conselho em como por toda a parte daquele Reino se experimentava a falta de tudo o que lhe era preciso, para o seu respeito defesa e conservação. Que pelo aviso que lhe tinha feito o capitão-mor de Benguela, Francisco Cordeiro da Silva, entrara no conhecimento que aquela fortaleza estava arruinada pela parte do mar, não só na cortina, mas tão bem nos baluartes, e que os soldados não tinham armas, nem havia pólvora na praça (...) <sup>119</sup>

Em 1756, em correspondência de D. Antônio Alvares da Cunha enviada ao Marquês de Pombal, as queixas sobre a situação das tropas militares ainda estavam presentes, evidenciando sua importância para a manutenção do território. Ao ser questionado sobre a conveniência da descoberta de ouro nos sertões, o governador responde:

(...) devo Responder a Vossa Excelência sobre a dúvida que me insinua de ser ou não conveniente o descobrimento do ouro nestes sertões em quais senão acha-se consolidada a defesa deste País, não deixo de conhecer, Excelentíssimo Senhor, que na forma em que este Reino se acha sem fortalezas, sem armas e sem homens que o defendam, mas útil nos seria não haver hum motivo tal com este que forçosamente e há de causar inveja as nações marítimas do Norte, e estas não ignoram os nossos descuidos, e o desprezo em que temos administrado estes domínios que se assim não sucedesse poderiam ser mais uteis a Sua Majestade ainda não havendo neles ouro do que todos da América; (...) tenho pedido já o Regimento podia estar completo, e com oficiais capazes, já podia haver duas companhias de Cavalos e para este fim fiz vir da América os que bastam para se completarem, tenho presentemente sessenta muito bons e bem tratados, e espero três Navios que os foram buscar ao Rio de Janeiro e todo este trabalho e despesa esta inútil, porque não somente não tenho soldados para os montarem, mas nem tenho quem me trata deles, de que serve presentemente hum Quartel que fiz para a infantaria, outro que estou achando para a Cavalaria ambos grandes e magníficos, se estão sem gente e só povoados de Ratos. As fortalezas (...) em nenhum tempo hão de defender este Reino porque toda a sua dilatada Marinha é de mar pacífico bons singradouros e de fácil desembarque, pelo que só cavalaria pode suprir a falta das forças que não pode os ter. Neste ponto, tenho trabalhado com desvelo, e se me tivessem chegado os soldados, que eu tantas vezes tenho pedido estaria este Reino com respeito e com bastante segurança enfim Excelentíssimo S<sup>nr</sup> não procuras os descobrimentos do ouro como fica dito e só se empregou o meu cuidado na conservação e **sólido** estabelecimento das **tropas** que acham defender **por serem estas as verdadeiras muralhas dos**

---

<sup>119</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 05 de fevereiro de 1755, Caixa 40, documento 6.

**domínios** e a que os conservam sem contradição em toda a parte com segurança a seu Senhor(...) <sup>120</sup>[grifos nossos]

Exageros à parte, o que se observa é a fragilidade da ocupação militar em Angola, na perspectiva da administração reinol. Na correspondência de D. Antônio Álvares da Cunha <sup>121</sup>, não se menciona o problema com os jesuítas ou contratadores, mas da falta de homens, de investimentos por parte da Coroa na construção de fortalezas, que auxiliariam no melhor guarnecimento desta região. Esta vulnerabilidade prejudicava o desenvolvimento de outras atividades, a exemplo da procura pelo ouro. Isto se agravava pela falta de experiência militar, ainda mais em um território estranho com muitas barreiras para o acesso ao interior. Ao se queixar da falta de militares em Angola, D. Antônio Álvares da Cunha consegue destacar a importância destes para a manutenção territorial, já que são “*as verdadeiras muralhas dos domínios*” <sup>122</sup>.

O problema é que o tipo de militar não foi explicitado. A vulnerabilidade de governos anteriores ao de D. Antônio Álvares da Cunha pode ser um fator explicativo para a grande preocupação com os militares nas reformas administrativas em Angola, já que, para tentar dar corpo ao projeto de territorialização, o papel dos militares era fulcral, uma vez que um território extenso como o de Angola necessitava de controle. De acordo com Roquinaldo Ferreira, o tráfico de escravos era dependente do controle territorial, mas para haver esse controle era necessário o apoio dos militares. Assim, a necessidade de reforçar o comércio de escravos pode ter influenciado nas decisões sobre guerra e controle territorial <sup>123</sup>.

Outro exemplo da atenção dada aos militares foi a proposta do plano de reforma militar feita por Antônio de Vasconcelos, em 1759. A proposta era a de modificar os soldos <sup>124</sup> dos militares, sobretudo dos chamados subalternos, que possuíam “*miseráveis soldos*” com os quais era impossível sustentar-se, motivando, segundo o governador, roubos, fugas, deserções contínuas, enfermidades e mortalidade em detrimento do Real Serviço. Para Antônio de Vasconcelos, os soldos deveriam ser pagos exclusivamente em dinheiro e não em farinhas, cobre ou fardas, como de costume, o que trazia aos soldados grandes dificuldades. Um exemplo é a venda da farinha pelos soldados a negociantes oportunistas, que a compravam a baixo preço. Isso, nas palavras do Governador, poderia ser evitado caso tivessem maior soldo,

---

<sup>120</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 22 de janeiro de 1756, Caixa 40, documento 74.

<sup>121</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 22 de janeiro de 1756, Caixa 40, documento 74.

<sup>122</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 22 de janeiro de 1756, Caixa 40, documento 74.

<sup>123</sup> FERREIRA, *Transforming Atlantic Slaving*, pp. 285, 286, 431.

<sup>124</sup> Os soldos até então eram pagos em cobre, farinha e fazendas para o fardamento.

preservando os bons soldados. É interessante que, na proposta do Governador, ao mesmo tempo em que aludia ao aumento do soldo dos subalternos (muitos destes africanos como veremos adiante), também pedia a diminuição dos soldos dos oficiais.<sup>125</sup> A justificativa para o aumento dos soldos dos subalternos é salientada, ou seja, seus miseráveis soldos os levavam a cometer crimes, mas não era a justificativa para a diminuição dos soldos dos oficiais. Podemos supor que derivasse do envolvimento destes homens em atividades comerciais, o que lhes proporcionava lucros, apesar da proibição existente. Para Carlos Couto, um dos grandes estorvos ao desenvolvimento de Angola consistiu no quadro de seu “funcionalismo” e na insuficiência de suas remunerações.<sup>126</sup> Assim, os:

(...) poucos recursos demográficos, a impreparação[sic] do funcionalismo e a escassez de remunerações dificultaram, sobremaneira, o preenchimento dos quadros no interior e a boa administração dos presídios. Destes inconvenientes resultaram abusos dos capitães-mores inspirados, as mais das vezes, no exercício do comércio que, a despeito das disposições proibitivas e do mecanismo das residências, nunca chegou verdadeiramente a ser desterrado.<sup>127</sup>

Para o autor, as violências e abusos cometidos no sertão tinham como origem a então liberdade de comércio concedida aos servidores do Reino, como retribuição pelos seus feitos militares e a título de compensação pela falta de remunerações, desde os primórdios do estabelecimento português em Angola. No entanto, a posterior proibição do comércio no sertão e a atribuição dos soldos não foram suficientes para diminuir os excessos iniciais.<sup>128</sup> A militarização, a guerra e o comércio em Angola foram projetos intrinsecamente ligados, por uma polícia militar, ainda que as tropas capengassem.

### ***3.3 A política de povoamento***

O povoamento também é assunto presente na *Coleção*, quase sempre com menção à falta de homens brancos em Angola, que eram acometidos por doenças, mortes ou se espalhavam pelos sertões<sup>129</sup>. A falta de homens brancos nesta possessão também pode ser uma justificativa para a presença de negros nas tropas militares. Tudo isso era visto pelo

---

<sup>125</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 23 de maio de 1759, Caixa 42, documento 67.

<sup>126</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 76. Ver também SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*

<sup>127</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 98.

<sup>128</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 194.

<sup>129</sup> AHU, códice 555, fl. 56v.

militar Elias Alexandre da Silva Corrêa<sup>130</sup> como algo desestabilizador da presença militar portuguesa, no que o clima pesava decisivamente. Além de africanos nas tropas, inevitavelmente o ambiente angolano forçou o recrutamento de forças exteriores ao Reino. Brasileiros seriam mais aptos para servir na África, já que o clima no Brasil seria semelhante ao angolano. Pela dificuldade em manter o número de soldados das tropas pagas era importante o incentivo ao serviço voluntário de portugueses e brasileiros, a exemplo das promessas de mercês para os voluntários brasileiros que se dispusessem a lutar nas guerras angolanas<sup>131</sup>. A própria ida voluntária de Elias Alexandre da Silva Corrêa, para servir em Angola, é um exemplo desta prática, pois pretendeu construir sua carreira a partir de experiências no ultramar e, com isso, ascender socialmente via carreira militar. Acreditava que era possível, por meio das experiências militares ultramarinas, aumentar as chances de mobilidade na carreira, o que só veio a se efetivar no Brasil<sup>132</sup>. Devia-se, porém, bem servir à monarquia, e nesse sentido, sua ida a Angola também fez parte deste objetivo:

O ofício militar me abria a estrada para adquirir no Serviço Real o acesso dos postos, e estimação dos homens condecorados, e bem nascidos; e assim me dava a esperança de subir a um bem somente imaginado; apesar do cruel sofrimento de um mal assaz sabido.<sup>133</sup>

Apesar de suas críticas, servir em Angola e escrever uma obra sobre este local neste período, destacando principalmente seus próprios méritos, poderia servir, posteriormente, como justificativa para o pedido de mercês<sup>134</sup>. As obras escritas pelo militar se inserem em

---

<sup>130</sup> Elias Alexandre da Silva Corrêa, natural do Rio de Janeiro, era um militar que serviu em Santa Catarina. Foi alferes de infantaria de linha em Lisboa e, posteriormente, em 1782, aceitou ir para Angola. Era um militar instruído que se encarregou de escrever dois volumes da *História de Angola*. Por meio dessa obra podemos conhecer alguns detalhes sobre o serviço militar em Angola.

<sup>131</sup> FERREIRA, *O Brasil e a Arte da Guerra em Angola*, p. 5.

<sup>132</sup> PEREIRA, Magnus. *Rede de mercês e carreira: o “desterro d’Angola” de um militar luso-brasileiro (1782-1789)*. História: Questões & debates, Curitiba, n. 45, p. 97-127, 2006. Editora UFPR, p. 104. Ver também GUEDES, Roberto. *O cabeça de motim José Dias Vieira, o tráfico e a terrível falta d’água (Luanda, finais do século XVIII)*. In: GUEDES, Roberto (org.). *África: Brasileiros e Portugueses (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. Neste texto há um anexo sobre os dados biográficos de Elias Alexandre da Silva Corrêa no Rio de Janeiro, escrito por Ingrid Oliveira e Roberto Guedes.

<sup>133</sup> CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Coleção Dos Clássicos da Expansão Portuguesa No Mundo, 1937. Volume I. (Série E - Império Africano), p. 14.

<sup>134</sup> A escrita dedicada ao Rei era um importante serviço realizado pelos vassallos, contribuía para a concessão de privilégios para os autores. No período pombalino esses vassallos teriam perdido a prerrogativa de reunir informações para a Coroa pois o Estado passou a colher as informações. Cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. No entanto, alguns exemplos demonstram o contrário, como o caso de Cipriano Pires Sardinha que foi nomeado, já em fins do XVIII, para a missão no Daomé com o objetivo de realizar observações e reunir informações para o rei D. João. A escrita podia ainda constituir uma forma de serviço à Coroa. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé. In: BOTELHO, Tarcício R.; LEEUWEN,

uma estratégia de ascensão por meio da carreira militar. Todavia, em outra passagem, Elias Alexandre Corrêa deixa claro que servir em Angola não era seu projeto de vida:

Não foram os meus projetos de vida militar encarrear-me para a Costa d'África a adquirir fortunas acrisoladas pelos temores da morte, que o país influi, e a mesma morte decepa, mas arrostando o atraso dos assessores em idades tão curtas, pensei melhorar a sorte para o futuro (...)<sup>135</sup>

Nas mesmas palavras, percebe-se o óbvio, soldados capazes de se adaptar ao sertão angolano ocupavam as principais posições militares em caso de guerra<sup>136</sup>, o que é reiterado por Elias Alexandre da Silva Corrêa:

(...) um Regimento composto somente de homens brancos, não poderia resistir 6 meses ao furor com que o clima os combate: a maior parte se iria alojar na Nazareth [cemitério]; e o resto comporia um diminuto corpo de inválidos, anfíbios do hospital, e São Miguel.<sup>137</sup>

Nesse caso, o cronista, ao seguir uma carreira militar em Angola, nos fornece uma dimensão de seus objetivos, mas também uma avaliação plausível do que era servir neste local. Para ele, havia uma grande necessidade da presença militar em Angola, pois este seria um ambiente propício a revoluções, sublevações, assassinatos, dentre outros problemas; afinal, os africanos seriam propícios à desobediência e, conseqüentemente, o ambiente não era favorável aos interesses da justiça<sup>138</sup>. Não obstante seus juízos, todas estas críticas estão relacionadas à necessidade de um povoamento branco em Angola.

Conforme Carlos Couto, Angola era o túmulo do homem branco, o que gerava a falta de gente proveniente de Portugal. Nessa direção, os apelos dos governadores pedindo gente eram constantes, não importando a sua qualidade; todos seriam bem vindos a uma terra sem moradores.<sup>139</sup>

Porém, a qualidade dos homens também era motivo de queixa entre os governantes. Em 1756, D. Antônio Álvares da Cunha escreveu para o então Secretário dos Domínios

---

Marco H.D. (orgs). *Mobilidade social em sociedades coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

<sup>135</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 1, p. 13.

<sup>136</sup> FERREIRA, *Transforming Atlantic Slaving*, p. 155.

<sup>137</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 1, p. 71.

<sup>138</sup> CORRÊA, *História de Angola*, pp. 69, 77.

<sup>139</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 32.

Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a infelicidade da falta de homens capazes para os empregos necessários, sobretudo para as funções militares.<sup>140</sup> Na *Coleção*, o problema da falta de homens brancos também foi exposto e uma das providências ao fim deste empecilho era o envio de mulheres brancas ou de “*gente de melhores costumes*”<sup>141</sup>. A colonização em Angola foi feita tendo como base os degredados, e os poucos que partiam voluntariamente eram constituídos basicamente de gente iletrada e de “fraco merecimento”<sup>142</sup>. A região da África Centro-Occidental era o destino para os perseguidos pela Inquisição, tanto no Brasil quando na Europa, mas, por outro lado, muitas vezes o degredo significava um recomeço, pois muitos destes homens foram nomeados para cargos importantes na administração de Luanda<sup>143</sup>.

O programa de povoamento estava relacionado à ideia de fundação de uma sociedade polida nos moldes europeus. Para os administradores alinhados com as novas diretrizes pombalinas, os africanos não possuíam as ideias de comércio, cultura, indústria, ou seja, de civilização. Assim, a fundação de uma sociedade estava relacionada com a criação de uma colônia de povoamento, sendo a população um dos temas centrais deste modelo. Catarina Madeira Santos afirma que o que prevalecia em Angola era a população negra, pois estavam quase que extintos brancos que haviam ido para Angola, pelas doenças que os acometeram ou pela dispersão pelos sertões<sup>144</sup>. Este problema só seria solucionado a partir de um modelo ideal de civilização que seria difundido pelo povoamento branco.

Outro fator que motivava o incentivo na formação de novas povoações era a desigualdade na distribuição da população em toda a África Central<sup>145</sup>. Também Benguela estava inserida nesta política de povoamento, uma vez que o interesse nesta região se dava pelo comércio de escravos, marfim e cera<sup>146</sup>. Como justificativa ao povoamento branco, Catarina Madeira Santos afirma que:

(...) mais facilmente se africaniza o branco, do que se ocidentaliza o africano, pelo que estabelecer e conservar um povoamento de brancos

---

<sup>140</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 14 de março de 1756, Caixa 40, documento 119.

<sup>141</sup> AHU, Angola, códice 555, fl. 56v.

<sup>142</sup> COUTO, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, p. 76

<sup>143</sup> PANTOJA, S. A. *Inquisição, Degredo e Mestiçagem em Angola no século XVIII*, pp. 118, 121.

<sup>144</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, pp. 69, 70.

<sup>145</sup> MILLER, *Way of Death*, pp. 8, 9.

<sup>146</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 142.

dentro dos moldes sociais europeus, exigia o recurso a estratégias novas que permitissem inverter a tendência até aí verificada.<sup>147</sup>

A população existente no sertão angolano era heterogênea. Um fator que incentivava ou dificultava a política de povoamento branco eram os obstáculos que as sociedades africanas impunham à difusão de padrões europeus e ao programa de civilização. Por isso encorajava-se o casamento entre pessoas brancas, pois o africano era associado à vagabundagem e à falta de civilidade<sup>148</sup>.

Também a instalação de novas povoações constituía uma modalidade original inserida nas reformas propostas para Angola. O sertão de Benguela e a jurisdição dos presídios ordenados pela linha do rio Cuanza eram os locais privilegiados para a construção destas povoações, que pagariam o dízimo como já acontecia nos presídios, aumentando as rendas por meio da cobrança de impostos. Além disso, cada nova povoação disporia de um juiz, capitão-mor de ordenança, pároco com igreja e freguesia. O maior direcionamento para a fundação de novas povoações civis foi o sertão de Benguela, mas o interior de Luanda também foi lembrado nesta nova política, sobretudo as zonas de circulação comercial<sup>149</sup>.

Tratava-se, em suma, da qualidade das pessoas em pontos chaves da política de povoamento, problema que também estava presente entre os militares. Os indivíduos que ocupavam as tropas eram rotulados como homens sem qualidade para tal exercício, por isso “o povoamento estruturava-se mal e com recurso a povoadores que eram homens cuja vida se passava à margem de uma ordem social estatuída.”<sup>150</sup> Ana Paula Wagner salienta que, em Angola, havia a necessidade de homens que estivessem aptos ao exercício de atividades militares. Como exemplo, a autora menciona que, em 1772, o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, pediu ao governador de Angola, Antônio de Lencastre, informações sobre a população e o estado das guarnições dos presídios, fortes e fortalezas da região. Um dos objetivos era a utilização de recursos locais para a defesa<sup>151</sup>. “Inaugurava-se” a época dos censos populacionais em Angola<sup>152</sup>.

---

<sup>147</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p.183.

<sup>148</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, pp. 184-185.

<sup>149</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, pp. 154-157.

<sup>150</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 71.

<sup>151</sup> WAGNER, *População no Império Português*, pp. 261, 262, 282.

<sup>152</sup> Cf. CURTO e GERVAIS, *A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844*. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 85-138.

O procedimento de contagem deveria obedecer a certos critérios como a distinção entre os homens que fossem capazes de pegar em armas e os incapacitados. Segundo Wagner, o critério de seleção dos homens para o exercício de atividades militares variava de acordo com as especificidades locais<sup>153</sup>. A política de povoamento branco estava inserida nestes projetos que visavam a territorialização, ou seja, a ocupação efetiva do território angolano, mas as formas de organização próprias do Antigo Regime a tornaram inviável, além dos obstáculos postos pela realidade de Angola da segunda metade do século XVIII.

Diante de todas estas propostas e tentativas de reforma, devemos considerar que o programa de instalação territorial em Angola possuía muitos limites pela extensão das terras, pelos costumes coloniais de Antigo Regime, pelas dificuldades de comunicação, dentre outros aspectos, e pelas demandas internas africanas. Assim, é importante notar que o direito consuetudinário era criticado principalmente pelos reformadores, mas em Angola não havia como escapar das questões locais. Conforme Ana Paula Wagner, houve um distanciamento entre os objetivos do conjunto de reformas empreendidas no século XVIII e o resultado dessas ações. Limites foram impostos às ações administrativas, como a distância entre o Reino e seus domínios ultramarinos, a descentralização do poder que fazia parte da lógica do Império e também pelo problema das jurisdições mal definidas. Ou seja, as ações administrativas sofrem alterações em função das realidades locais<sup>154</sup>. Também Carlos Couto afirma que o modelo da administração portuguesa esteve longe de ser aplicado fielmente a todos os territórios, mas foi enriquecido a partir das experiências da vida local. A adaptação aos condicionalismos locais foi um dos grandes méritos da tentativa de colonização portuguesa<sup>155</sup>.

Deste modo, podemos concluir que realizar um projeto reformista em Angola por meio da territorialização e militarização esbarrou nos direitos costumeiros africanos e também em forças políticas tradicionais de Antigo Regime, logo, houve fortes barreiras ao projeto reformista da administração pombalina em Angola e à razão de Estado pretendida<sup>156</sup>. Especificamente sobre os militares, autores e fontes demonstram a alta mortalidade de estrangeiros no Reino de Angola, sobretudo os europeus. Por conseguinte, a historiografia e as fontes atestam que o contingente militar não era europeu, predominantemente. Entender a organização militar neste território e as condições de seguir a carreira militar em Angola

---

<sup>153</sup> WAGNER, *População no Império Português*, pp. 261, 262, 282.

<sup>154</sup> WAGNER, *População no Império Português*, pp. 47, 48.

<sup>155</sup> COUTO, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, p. 26.

<sup>156</sup> Sobre razão de Estado ver RIBEIRO, Mônica da Silva. *“Se faz preciso misturar o agro com o doce”*: A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro Sul da América portuguesa (1748 - 1763). Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, 2010.

indicam as dificuldades das propostas reformadoras em meio àquela realidade. Ademais, a organização militar remete às dinâmicas locais, cujos objetivos, moldados pelo resgate de cativos, podiam seguir rumos próprios.

## *Capítulo 2*

### *Militarização, comércio e vassalagem*

## ***1 - O território no comércio e na militarização***

Mencionamos que o comércio de escravos e a exportação atlântica eram beneficiados pelos conflitos existentes entre súditos portugueses e africanos, justificando a necessidade de uma análise mais detalhada da relação entre as atividades militares e as comerciais no Reino de Angola. Para isto, salientar alguns locais de importância para a realização do comércio e relacioná-los à presença dos militares na região é de grande importância. Além disso, a presença militar em alguns locais essenciais para o desenvolvimento do comércio pode ser um indício de que estes homens conjugavam a atividade militar a outras.

No início do século XVII, os súditos da Coroa portuguesa realizavam o comércio na costa angolana com o apoio de intermediários em Luanda, em alguns portos menores e em mercados interioranos. As rotas do sul de Angola foram acessadas pelos agentes da coroa portuguesa, sobretudo após 1648, destacando-se os portos fluviais do Cuanza, Massangano e Cambambe. Matamba e Cassange eram Estados africanos importantes no interior de Luanda, sendo a feira de Cassanje uma importante fonte de escravos<sup>157</sup>.

No século XVIII, mais ao interior do continente outros centros foram estabelecidos, principalmente em Ambaca. Já na parte norte de Angola, o acesso de súditos portugueses era dificultado por alguns fatores já conhecidos, pois holandeses e ingleses praticavam o comércio em outros pontos ao norte da costa de Loango. Na maior parte das vezes, os escravos eram oriundos destes mercados mais ao interior de Angola, donde seguiam para os portos de embarque. Os três portos mais conhecidos nesta região norte eram os da baía de Loango, Malemba e Cabinda<sup>158</sup>. Em meados do XVIII, a maior concentração de escravos associados ao tráfico estava ao redor de Luanda, entre os rios Dande, ao norte, e o rio Cuanza, ao sul, para o interior, até o rio Lucala. Havia uma segunda região mais ao sul, em torno de Benguela, até o planalto central<sup>159</sup>.

As rotas de Angola abrangiam portos localizados em áreas bem referenciadas. Os portos que embarcaram um número expressivo de escravos para a América foram os de Luanda e Benguela, sendo considerados os mais favoráveis ao comércio de escravos. Mas estas rotas possuíam outros portos litorâneos localizados ao norte de Luanda (Loango, Malemba,

---

<sup>157</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, pp. 155,156.

<sup>158</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, pp. 155,156.

<sup>159</sup> XIMENES, Cristina Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos(1750-1808)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, p. 104.

Cabinda e Pinda), portos que não estavam sob o controle dos portugueses, antes de holandeses, franceses e ingleses, principalmente na primeira metade do século XVII. As rotas de Angola estendiam-se pelas feiras, povoados, presídios e núcleos coloniais distribuídos pelo interior dos antigos Reinos do Congo (Pumbu e São Salvador) e, principalmente, de Angola (Ambuíla, Ambaca, Massangano, Pungo-Andongo, Golungo, Cassange, Benguela e Caconda)<sup>160</sup>.

Elias Alexandre, ao descrever o porto de Angola, em fins do século XVIII, menciona alguns importantes locais e fortificações da região. Na entrada da Ilha de Luanda, de um elevado monte, se via o forte de São Pedro. Nesta região existiam ainda os fortes da Conceição, das Necessidades e o de Penedo. No fim da extensão da cidade de Luanda estava a Igreja de Nazareth. Seguida da Igreja de Nazareth, entre outros locais importantes, como o cais, o arsenal e o edifício do Terreiro Público, estava a Fortaleza de São Miguel. Excedendo o estreito de São Miguel, ia-se, por terra firme, à Fortaleza de Santo Amaro, também erigida em um alto monte banhado pelo mar. Na extremidade da cidade Alta, para a parte de terra, encontrava-se o Forte do Rosário<sup>161</sup>.

Segundo José Carlos Venâncio, ao sul, Luanda era naturalmente defendida e por isso não necessitava de um aparato de defesa tão grande. Apenas a fortaleza de Santo Amaro, no morro do Samba, velava pela segurança desta costa, no século XVIII. A presença de capelas junto aos redutos militares, o que constituiu uma das características da presença portuguesa em Angola, deixa antever o papel político desempenhado pela Igreja, nomeadamente na efetivação dos propósitos econômico-políticos<sup>162</sup>.

Orientada pela administração portuguesa em Angola, construíram-se de fortalezas nas margens dos principais rios porque, pelas vias fluviais, era possível garantir o deslocamento dos povos dos sertões para as regiões a leste, sendo também utilizadas para o transporte de gêneros alimentícios e de escravos destinados ao mercado atlântico. Estas foram áreas consideradas vantajosas para a ocupação, pela facilidade do transporte de escravos até os

---

<sup>160</sup> XIMENES, *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos*, p. 104

<sup>161</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v.1, p. 22, 24.

<sup>162</sup> VENÂNCIO, *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII*, p. 43. Para outros contextos, BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. Cf. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

barracões do litoral, e também por serem consideradas áreas vulneráveis aos ataques de povos rivais<sup>163</sup>.

Os presídios foram erigidos pensando no domínio do interior do continente, o que, na visão de Elias Alexandre, atraiu os vassalos regidos pelos capitães-mores. Esses vassalos eram auxiliados pela Coroa portuguesa contra os seus inimigos nacionais, africanos. Evidentemente que não só de comércio de escravos sobrevivia Angola, mas também, entre outros, de marfim, cera, álcool e tabaco.

Diante de tal panorama em relação aos locais mais importantes para a realização do comércio, da presença de agentes portugueses por meio de presídios e pela preocupação com a defesa territorial, com o estabelecimento de fortalezas, vejamos o papel militar neste território. Nas 385 cartas patentes utilizadas neste estudo, é possível observar os locais mais privilegiados para nomeação de militares.

---

<sup>163</sup> CARVALHO, Flávia Maria de. Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013, pp. 34, 35.

**Quadro 1 - Locais contemplados nas cartas patentes (1753-1772)**

<b>Toponímia Geográfica ou política</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>Regiões</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Angola	35	9,1	Angola/Luanda	126	32,7
Ilha de São João de Cazanga	5	1,3			
Ilha de São João de Cazanga/Cuanza	2	0,5			
Luanda	84	21,8			
Ambaca	17	4,4	Interior de Luanda	180	46,8
Barra do Cuanza	1	0,3			
Barra do Bengo	3	0,8			
Barra do Dande	1	0,3			
Bengo	3	0,8			
Bengo e Icolo	1	0,3			
Cambambe	20	5,2			
Dande	21	5,5			
Encoge	15	3,9			
Golungo	19	4,9			
Icolo	11	2,9			
Icolo e Bengo	1	0,3			
Massangano	23	6,0			
Muxima	8	2,1			
Pedras	8	2,1			
Cuanza	28	7,3			
Ambo	2	0,5	Benguela e seus distritos	72	18,7
Benguela	51	13,2			
Borba, província de Ivangando	1	0,3			
Caconda	17	4,4			
Quilengues	1	0,3			
Cassanje	1	0,3	Terras e passagens	7	1,8
Namboangongo	3	0,8			
Passagens do Calândula	1	0,3			
Terras de Caculo Cahahenda	1	0,3			
Terras de Gombe Amuquiama	1	0,3			
<b>Total</b>	<b>385</b>	<b>100</b>		<b>385</b>	<b>100</b>

Fonte: PADAB DVD 8, 13 – AHA, Códice 301-C-20-2; PADAB DVD 9, 16 – AHA, Códice 308-C-21-3; PADAB DVD 10, 23 – AHA, Códice 309-C-21-4.

O quadro acima visa sintetizar a tentativa de, por meio das nomeações a postos militares, entender a conexão entre a presença militar em Angola, as políticas de territorialização e os principais locais de atuação de agentes portugueses em Angola. Baseados em cronistas e

autores<sup>164</sup>, agrupamos os locais contemplados nas nomeações para Angola/Luanda, interior de Luanda, Benguela e seus distritos, e terras e passagens. Talvez, o leitor estranhe o fato de existir uma classificação que engloba Angola e Luanda, mas, na documentação, a toponímia *Angola* foi associada aos postos que se referiam a embarcações (capitães ou mestres de galera, etc.) e, obviamente, aos que exerciam postos no Reino de Angola, a exemplo de *Tenente general das conquistas do Reino de Angola*. Entendemos que estes postos não são de paragens no interior. Por sua vez, por exemplo, *Terras e passagens* foi a atribuição toponímica atribuída aos que ocupavam postos em locais sob governo de autoridades africanas. Neste último caso, não os associamos ao interior de Luanda para não perder a especificação da toponímia do interior.

Como se nota, 32,7% de nomeações foram para Angola e Luanda, 46,8% para o interior, 18,7% para Benguela e seus distritos, e 1,8% para terras e passagens, ou seja, quase metade das nomeações se dirigiram ao interior de Angola. Neste interior, Cuanza foi o local com maior presença de militares, com 7,3%. O rio Cuanza era um importante porto fluvial, por onde os escravos seguiam para Luanda. A nomeação para a Barra do Cuanza e as duas nomeações à Ilha de São João da Cazanga e Cuanza, adicionadas às patentes para o Cuanza, totalizam 31 nomeações para esta região.

Por sua vez, Massangano, Dande e Cambambe receberam 6%, 5,5%, 5,2% nomeações, respectivamente. Massangano e Cambambe também constituíam portos fluviais importantes ao longo do rio Cuanza. Muitos presídios também foram erigidos às margens do rio Cuanza, a saber: Massangano, Muxima, Cambambe, Ambaca e Pedras de Pungo-Andongo. Dande estava mais ao norte de Angola e o número de nomeações talvez estivesse relacionado à preocupação da administração portuguesa com as investidas de franceses e ingleses na região. Talvez mais importante, já que se trata de nomeações para o interior, é o fato de resguardar pontos específicos por onde passava o fluxo de cativos vindos do interior, bem como a defesa contra povos hostis à administração portuguesa.

Em segundo lugar em número de nomeações estava a região de Angola e Luanda. Só para Luanda foram 84 nomeações, ou seja, 21,8%. Além de ser um dos principais portos marítimos do Reino de Angola, era um local de muitas fortalezas, como afirmou Elias Alexandre da Silva Corrêa. Essas fortalezas demandavam um grande efetivo militar, inclusive tropas de artilharia e infantaria. Tudo isso pode explicar as 84 nomeações para Luanda.

---

<sup>164</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v 2; MENEZES, *Memoria geografica*; VENÂNCIO, *A economia de Luanda*

Benguela e seus distritos se localizavam mais ao sul do Reino de Angola e as nomeações nesta região se concentram em Benguela, que também era outro porto importante para o embarque de escravos, e talvez o número de nomeações se devesse, principalmente a isso. Apesar da peculiaridade em relação à Luanda, pela sua autonomia, as nomeações eram concedidas pelo governo de Angola. Dessa maneira, provavelmente, a parte Sul, que girava em torno de Benguela, estivesse subestima porque o seu governador era subordinado ao de Angola. Levando em conta que não há nomeação feita pelo governador de Benguela, que era tenente general, e não capitão general e logo, estava, formalmente, impossibilitado de nomear.

Há ainda sete nomeações para as *Terras e Passagens*, que assim designamos por considerar uma jurisdição de um provável Estado africano para o local de exercício do posto na carta patente, além de ser difícil precisar o local exato destas regiões.

Por fim, salientamos que os locais com maior número de cartas patentes concedidas de forma geral foram justamente os locais com os portos principais do Reino de Angola, Luanda e Benguela. Isto, todavia, também guarda relação com a distribuição das tropas em Luanda, seu interior, Benguela e as *Terras e passagens* mencionadas (Ver quadro 2).

**Quadro 2 – Local de exercício das tropas (1758-1772)**<sup>165</sup>

Local de exercício dos postos	Linha		Auxiliar/outros		Ordenança		Cargos locais		Total*	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Angola/Luanda	38	41,8	53	25,4	22	52,4	13	30,2	126	32,7
Interior de Luanda	34	37,4	123	58,9	8	19	15	34,9	180	46,8
Benguela e seus distritos	19	20,9	33	15,8	12	28,6	8	18,6	72	18,7
Terras e passagens	0		0		0		7	16,3	7	1,8
<b>Total</b>	91	23,6	209	54,3	42	10,9	43	11,2	385	100,0

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

\* Esta coluna calcula o percentual por local. Nas demais, o percentual alude aos segmentos das tropas.

Dos homens que faziam parte das tropas de linha, 41,8% foram nomeados para servir em Angola ou Luanda, mas havia ainda um grande quantitativo para o interior, 37,4%. Em

<sup>165</sup> Frequentemente, não se especificava se se ocupavam as tropas de linha, os auxiliares ou de ordenança. Para a diferenciação, separamos todos os que continham ordenança na sua nomenclatura. Depois, os homens que recebiam soldo foram classificados nas tropas de linha. Fizemos uma classificação para os cargos locais e não os enquadrados nas demais tropas devido às suas especificidades. Estes cargos eram os de Capitão dos Bongues, Capitão dos Comboios, Capitão dos homens pretos livres, Capitão-Mor da Guerra Preta, Capitão Tendala, Capitão-Mor Tendala, Golambole e Sargento-Mor da Guerra Preta. Para nenhum destes cargos locais há informação sobre soldo. Os auxiliares, assim denominados, e os “outros” foram classificados como auxiliar ou outros.

Angola ou Luanda estavam presentes a maioria dos homens de ordenanças, 52,4%, enquanto a maior parte dos homens no interior Luanda ocupavam as tropas auxiliares ou outros cargos, 58,9%. Em Benguela e seus distritos prevaleciam tropas de ordenança e, em segundo lugar, as de linha, mas aí havia também mais homens em postos locais do que nas tropas auxiliares. Dos postos locais, os homens concentravam-se no interior de Luanda, em segundo lugar em Luanda ou Angola, e em terceiro em Benguela e seus distritos. Todos os que foram nomeados para as Terras ou passagens ocupam cargos com nomenclatura local.

Em síntese, as tropas pagas se concentram mais na região costeira, assim como as tropas de ordenança, enquanto no interior de Luanda predominavam tropas que prestam apoio à tropa paga, os auxiliares, e também homens em postos locais. Os corpos de ordenança eram a maioria em Benguela e seus distritos e, muito provavelmente, também prestavam auxílio às tropas pagas.

Pelo exposto, as nomeações, além de se reportarem aos principais portos e locais de realização do comércio de escravos, também se relacionam à tentativa de controle territorial, próprio do contexto da segunda metade do século XVIII. Este controle demandava apoio militar e, como dito anteriormente, a necessidade de reforçar o comércio de escravos e as diversas políticas propostas neste intuito podem ter influenciado nas decisões sobre a guerra e tentativa de controle territorial. A toponímia geográfica e/ou política são um exemplo disso.

## **2 - O portfólio “militar”**

Muitos destes militares conjugavam suas atividades específicas a outras. Em algumas notícias de presídio, na lista de moradores, evidenciam-se outras atividades exercidas pelos militares. As notícias de presídio, dentre outros aspectos, informam nomes, títulos, patentes, cores, propriedades, etc. dos moradores dos presídios e de sua jurisdição, isto é, abarcam súditos e aliados da Coroa portuguesa. Alude-se a atividades econômicas, a registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, a autoridades políticas da jurisdição dos presídios, etc. A produção dessas fontes documentações se insere em um contexto de preocupação das monarquias europeias em melhor conhecer numericamente a população, seguindo orientações políticas da Coroa nas quais as estatísticas demográficas passaram a ser consideradas como instrumentos de ação do monarquia portuguesa<sup>166</sup>, bem como com a presença estrangeira e a

---

<sup>166</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec, 2000; WAGNER, *População no Império Português*

carga tributária<sup>167</sup>, ou seja, expressa a preocupação da Coroa portuguesa com a salvaguarda de suas áreas de influência em África, sobretudo os presídios, cruciais para o comércio de cativos. De qualquer modo, os registros remetem a múltiplas hierarquias presentes nos presídios, já que há menções a patentes militares, a títulos ostentosos (Dona, por exemplo), a gênero, cor, etc. Ao analisar o presídio de Caconda, Roberto Guedes e Caroline Pontes chegaram a conclusão de que as fontes guardam acepções portuguesas, mas, não conseguem dar conta da diversidade de definições e apropriações locais, por isso a permanência de nomes africanos mesclados, ou não, a portugueses, o que podemos relacionar em nosso estudo à presença de cargos da hierarquia militar africana nas fontes portuguesas<sup>168</sup>. Por exemplo, em 30 de julho de 1754 Dom Antônio Álvares da Cunha concedeu carta patente de Dembo<sup>169</sup> e Senhorio das Terras de Gombe Amuquiama a Dom Sebastião Manoel Silvestre, natural destas mesmas terras e filho de Dom Sebastião Manoel Silvestre e de Dona Lucrecia de Antônio<sup>170</sup>.

Pelas *Notícias* dos presídios de Benguela, Massangano e de Cambambe, todas elaboradas no ano de 1797, mapeamos algumas atividades exercidas pelos militares. Para Benguela, há o seguinte quadro:

---

<sup>167</sup> CURTO, José C. e GERVAIS, Raymond R. *A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844*. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 141-162

<sup>168</sup> GUEDES, Roberto, PONTES, Caroline de Souza. *Notícias do presídio de Caconda (1797): moradores, escravatura, tutores e órfãos*. In: PAIVA, Eduardo França, SANTOS, Vanicléia Silva (orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História – UFMG, 2013, p. 157

<sup>169</sup> Potentado, autoridade superior ao soba ou que possui sobas sob sua jurisdição. TAVARES; SANTOS, *Africae Monumenta*, pp. 387-396

<sup>170</sup> PADAB, IHGB 126 DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2, fl. 8.

**Quadro 3 – Militares nas Notícias de Presídio de Benguela**

#	Nome	Patente	Outras ocupações	Cor	Estado Matrimonial	Idade	Escravos
1	Antônio José de Barros	Sargento-Mor dos Auxiliares	Negociante (foi com licença para o Rio de Janeiro)	Branco	Solteiro	35	22
2	José Antônio Fernandes de Sá	Alferes dos auxiliares	Negociante	Branco	Casado	29	9
3	Antônio José Viana	Capitão dos auxiliares	Negociante	Branco	Solteiro	37	20
4	Antônio José Veloso	Furriel dos Henriques	Com ofício de Tanoeiro	Preto	Casado	45	4
5	Antônio Botelho da Cruz	Tenente de Henriques de um terço do Rio de Janeiro	Com ofício de Sapateiro	Preto	Solteiro	33	x
6	Martinho Pacheco de Paiva (falecido)	Tenente dos Auxiliares	Negociante	Mulato	Solteiro	x	30
7	José Silva Teixeira	Tenente dos auxiliares	Negociante	Branco	Solteiro	37	13
8	Joaquim José Andrade	Capitão Ajudante dos auxiliares	Negociante	Mulato	Solteiro	35	29
9	Manoel João Matias	Soldado de Artilharia	com ofício de Alfaiate	Preto	Solteiro	26	x
10	Manoel Ramos Fernandes	Alferes dos Henriques	Mestre Carpinteiro	Mulato	Casado	48	7
11	Lourenço Gomes Cabral	Soldado de Infantaria	x	Mulato	Solteiro	10	x
12	João Nunes	Ajudante dos Henriques	Taverneiro	Preto	Casado na Cidade da Bahia	65	6
13	Domingos Gomes Chaves	Alferes dos Auxiliares	Negociante de Taverna	Branco	Solteiro	38	12
14	Joanes José Gaspar	Cabo do Dombé Grande	x	Preto	Casado	35	22
15	Mateus Francisco	Capitão dos Henriques	Negociante	Preto	Solteiro	35	x
16	Antônio Rodrigues da Conceição	Sargento dos Henriques	Vive de seu negócio	Preto	Solteiro	23	6
17	José Gonçalves	Soldado	x	x	x	x	x
18	José Joaquim de Santana	Soldado de Infantaria	com ofício de Sapateiro	Branco	Casado	43	x
19	Manoel José Oliveira	Tenente de Infantaria	x	Branco	Solteiro	34	3
20	Anastácio da Costa Brito	Tenente dos Henriques	Mestre do ofício de Alfaiate	Preto	Viúvo	60	7
21	Manoel Pereira de Santo Antônio	Tenente dos Henriques	Vive de seu negócio	Preto	Casado	40	8
22	Antônio Francisco	Soldado de Infantaria	x	Mulato	x	x	x
23	João Valentim	Cabo de Infantaria	x	x	x	x	2

Fonte: IHGB, Notícias de Benguela e seus distritos 1798, DL, 32.2. Aferimos apenas os homens com patentes militares.

Na *Relação dos moradores da Cidade de São Felipe de Benguela*, dos 56 moradores listados, 23 possuíam patente militar, conforme o quadro 3, que abrange os militares, com suas respectivas patentes, outras ocupações, qualidades de cor, estado matrimonial, idade e propriedade escrava. Dos 23 militares, 17 desempenhavam outra ocupação, e os que viviam com algum tipo de negócio, ou que eram negociantes, somavam 10 homens. Estes dados corroboram a ideia de que muitos militares estavam envolvidos em outras atividades, sobretudo, o comércio de escravos<sup>171</sup>. Isto pode ser entendido, pelos governadores, como uma barreira às políticas de disciplina e territorialização da segunda metade do século XVIII, já que os benefícios individuais eram priorizados frente às questões políticas. O controle desta possessão continuava problemático. Uma outra questão importante na relação é o da posse escrava, 16 dos 23 militares possuíam escravos. Infelizmente, a relação de moradores não informa a naturalidade destes homens, apenas a qualidade de cor, o que não é indício da naturalidade, já que a cor expressava condição social<sup>172</sup>.

Entre os militares desta relação temos sete brancos, sendo cinco deles descritos como negociantes, ou seja, metade dos negociantes eram brancos. Existia um branco com ofício de sapateiro e outro sem ocupação. Cinco eram os militares moradores mulatos, dois negociantes, um mestre de carpinteiro e dois sem ocupação. Os pretos configuravam a maioria dos moradores militares. Entre eles há um negociante e dois que viviam de seu negócio, um tanoeiro, outro sapateiro, um alfaiate, um taverneiro, um mestre de alfaiate e um preto militar sem outra ocupação. Não há menção à qualidade de cor de dois militares da lista. Dos sete homens sem propriedade escrava, apenas um foi listado como branco, um soldado de infantaria e sapateiro. Era o único casado entre os sem escravos.

Oito destes militares faziam parte da Milícia dos Henriques, um corpo militar negro<sup>173</sup>, composto sete negros e um mulato, e todos possuíam outra ocupação. Seis eram senhores de

---

<sup>171</sup> Sobre comerciantes de Benguela, cf. CURTO, José. *Movers of Slaves: The Brazilian Community in Benguela (Angola)*, c. 1722-1832. Paper, 2003. Disponível em [http://www.yorku.ca/nhp/seminars/%202003\\_04/jccurto\\_tubmanseminar.doc](http://www.yorku.ca/nhp/seminars/%202003_04/jccurto_tubmanseminar.doc). CANDIDO, Mariana P. Negociantes Baianos no porto de Benguela: redes comerciais unindo o Atlântico Setecentista. In Guedes, R (org). *África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

<sup>172</sup> Por exemplo, ser branco não atesta que um homem era português. Cf, dentre outros, GUEDES, R. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In SILVA, Gian C. M *et all.* (Orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária, 2012, 369-398, 2012.

<sup>173</sup> A construção do mito de Henrique Dias se deu a partir das ações desenvolvidas pelo Capitão Henrique Dias. Era escravo e fora alforriado devido aos seus serviços militares. Após alguns confrontos foi condecorado com a cruz da Ordem de Cristo, uma das mais prestigiosas comendas do Império português. Recebeu o título de “governador dos crioulos, negros e mulatos”, confirmado em carta patente de 1639. Foi lutar em Angola como comandante geral da guerra preta, que utilizava tropas africanas no exército português, em 1644. COTTA.

escravos. O capitão dos Henriques, Mateus Francisco era negociante, mas mesmo assim continuou sendo qualificado como preto, um indício que para fazer parte da Milícia dos Henriques era o reconhecimento como preto ou mulato.

No presídio de Benguela, os militares também desenvolviam outras atividades, o que indica que estes homens não eram necessariamente profissionais da guerra. A falta de recebimento de soldo entre grande parte dos militares propiciou o envolvimento em outras ocupações, além, é claro, das possibilidades de lucro. Como afirmou Mariana Candido, uma das razões para que as autoridades militares estivessem envolvidas em atividades comerciais foi a falta de pagamento regular do soldo, sendo assim, os soldados foram forçados a encontrar uma forma de complementar seu salário mensal<sup>174</sup>. Mais importante, sendo boa parte deles formada por não brancos, africanos ou brasileiros deviam estar presente entre eles.

---

Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p. 24, 25.

<sup>174</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, p. 55.

**Quadro 4 – Militares nas Notícias do Presídio de Massangano**

#	Nome	Patente	Outras ocupações	Cor	Idade	Escravos	Naturalidade	Tem fazenda	Tem arrimo
1	Gonçalo Ferreira de Andrade	Ajudante	Vereador, vive de seu negócio e seus escravos e arimos, assistente na Vila de Massangano	branco	x	sim	Vila de Massangano	x	sim
2	Domingos José da Vilra	Capitão-mor do Campo e Reino	Comerciante na praça deste Reino, a serviço da Majestade, assistente na sua fazenda do Zimbo, sítio Calengue	branco	66	sim	Vila de Massangano	x	sim
3	Antônio Fernandes Frango	Sargento dos moradores	Legitimado na feira do Lem e Dondo, vive de suas culturas e dos haveres da terra, assistente na sua fazenda do Zimbo sítio Calengue	cor honesta	57	sim	Vila de Massangano	sim	sim
4	Antônio Martins Leal	Capitão	No serviço público, assistente na Vila de Massangano	pardo	56	x	Vila de Massangano	x	x
5	Domingos Alvares da Veiga	Capitão	Vive de suas agências da agricultura, assistente na Vila de Massangano	pardo	46	sim	Vila de Massangano	x	sim
6	Caetano da Conceição de Barros	Capitão	Vive dos seus haveres, assistente na sua fazenda do Quimby	pardo	47	sim	Vila de Massangano	sim	x
7	Antônio da Cunha	Capitão	Vive do seu negócio e esteve também na sua agricultura, assistente na vila de Massangano	cor honesta	70	x	Vila de Massangano	sim	sim
8	Tomas Branco	Capitão	Assistente na Feira do Holo	x	x	x	Vila de Massangano	x	x
9	Antônio de Barros	Capitão	Na jurisdição de Ambaca a seus negócios	x	x	x	Vila de Massangano	x	x

Fonte: IHGB, DL, 31.07

Na Relação de Moradores da Vila de Massangano (Quadro 4), encontramos nove militares de um total de 87 moradores. São poucos os militares presentes nesta lista de 1797, ainda mais se considerarmos o número expressivo de patentes concedidas entre os anos de 1754 a 1772 (Quadro 1). No entanto, o que nos interessa saber aqui diz respeito às outras atividades desenvolvidas por militares. Em Massangano, todos os nove militares estavam envolvidos em outros labores, incluindo o comércio, a assistência em feiras, negócios, agricultura e serviço público. Todos os homens eram naturais da Vila de Massangano e, destes nove homens, cinco tinham propriedade escrava. O branco Domingos José da Vieira era capitão-mor do Campo e Reino, mas também “*comerciante na praça deste Reino, e com carregações grandes que lhe vem de Lisboa, e vive dela, e seus bens abundantes, de Escravos e arrimos e assenta nesta mesma Vila*”<sup>175</sup>. O fato de ser um grande comerciante, ter escravos e estar a serviço da Majestade talvez tenha potencializado ser descrito como branco, mesmo sendo natural de Massangano. Podemos presumir também que Domingos José era um homem de prestígio na região, pela sua idade, e pelo cargo que ocupava. Gonçalo Ferreira de Andrade, branco natural da Vila de Massangano, era Ajudante e Vereador ocupado na Câmara, e também vivia de seu negócio, escravos e arrimos.

**Quadro 5 – Militares nas Notícias do Presídio de Cambambe**

#	Nome	Patente	Outras ocupações	Cor	Idade	Estado Matrimonial	Prédios	Escravos	Onde mora
1	Luís José da Silva Moço	alferes	x	branco	30	casado	2	30	morador no presidio
2	Cipriano Rs. de Azevedo	sargento-mor	feirante	preto	50	x	7	60	morador no presidio
3	Antônio Teixeira de Alencar (faleceu em 1797)	sargento-mor	feirante	branco	47	casado	2	65	morador no presidio
4	Bernardino de Souza Ribeiro	capitão	x	fusco	50	casado	2	31	morador no presidio

Fonte: IHGB, DL, 31.10

Na lista de moradores de Cambambe há apenas quatro militares entre os 39 moradores do presídio ou de sua jurisdição. Como no caso de Massangano, é um número pequeno, se

<sup>175</sup> IHGB, DL, 31.07. CARVALHO, Ariane; GUEDES, Roberto. *Piedade, sobas e homens de cores honestas nas Notícias do Presídio de Massangano, 1797*. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; MACHADO, Cacilda da Silva; DECKMANNFLECK, Eliane Cristina; BERUTE, Gabriel Santos (Orgs). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. São Leopoldo: Programa de Pós Graduação em História da Unisinos, Ebook nº 2, 2014 (no prelo).

comparado com as patentes concedidas nos anos anteriores (Quadro 1), mas todos os militares eram moradores do presídio, tinham propriedade escrava e possuíam prédios, além de dois sargentos-mores serem também feirantes. O número de escravos de todos eles indica claramente que realizavam outras atividades.

Escolhemos estes três presídios, por sua localização, já que Benguela, Massangano e Cambambe foram regiões importantes para o desenvolvimento do comércio de escravos. Benguela como um dos principais portos de embarque e desembarque, e Massangano e Cambambe, como presídios às margens do rio Cuanza, importantes portos fluviais. Todos indicam o portfólio “militar” que abarcava comércio, agricultura e serviço ao Rei e à Câmara municipal<sup>176</sup>.

Pelos locais contemplados nas cartas patentes, havia um número expressivo de militares em Benguela, Massangano e Cambambe. Por seu lado, nas *Notícias* dos presídios em questão, nota-se que era comum, entre os militares, o desempenho de atividades econômicas, sobretudo o comércio, e também a posse de escravos.

Ao analisar o estatuto social da força armada, Fernando Dores Costa afirma que a atividade militar era sazonal e ocorria, em tempo parcial, com o acúmulo de atividades. A subsistência dos soldados e dos oficiais não era garantida pela administração régia e, conseqüentemente os militares viviam dos seus rendimentos próprios ou desenvolviam outras atividades<sup>177</sup>. No Reino de Angola, das 385 patentes concedidas entre 1754 e 1772, há a menção ao soldo somente em 92 casos, 23,9%. Provavelmente, os militares no Reino de Angola exerciam outras atividades para subsistir e a condição militar ocupava pequena parte de seu tempo. Mas devemos levar em consideração que estes militares eram muitas vezes motivados pelas honras e privilégios próprios do recebimento do posto e pela esperança de ascensão por meio da carreira militar. Talvez isto gerasse uma grande preocupação por parte dos governantes em disciplinar todas as partes do Reino de Angola, inclusive com a inibição da interferência dos militares no comércio, sobretudo entre os capitães-mores, peremptoriamente proibidos de atuar no comércio de gente, inclusive no Regimento dos Capitães-mores, de 1765.

---

<sup>176</sup> Cf. PANTOJA, *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica*, pp. 237-242,

<sup>177</sup> COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 86.

### ***3 - Escravização, guerra e violência***

Ser privado de soldo e exercer outras atividades não necessariamente minimiza a atuação militar, mormente pela relação umbilical entre guerra, escravização e comércio no Reino de Angola. Assim, cabe dialogar com trabalhos que analisam o papel dos “europeus” como agentes provocadores das guerras, cujo poder provinha violência, e com os que inserem a guerra como parte da dinâmica de sociedades africanas.

John Thornton reconhece que a criação dos exércitos com grande número de pessoas e seu subsequente rearmamento com armas de fogo pode ter contribuído para aumentar o número de pessoas escravizadas. No entanto, a dinâmica interna de povos africanos explica melhor a complexidade das guerras na África e mostra que o papel dos europeus como agentes provocadores das guerras não foi decisivo. Nos conflitos entre exércitos africanos, os capturados pelos inimigos eram escravizados e/ou vendidos como cativos. Além disso, a presença dos europeus levou à incorporação de novas táticas militares pelos exércitos africanos, dificultando o retorno à outra “arte de guerrear”, assegurando uma contínua demanda por armas, até mesmo pelo aumento dos exércitos. Mas, na visão de Thornton, estas mudanças não deram aos europeus a vantagem militar sobre africanos por meio do uso de armas. Os governantes africanos continuaram a empreender guerras, não como as dos séculos anteriores, mas, naturalmente, com a distinção do uso de novas armas e aquisição de suprimentos <sup>178</sup>.

Em outra linha de interpretação, Paul Lovejoy afirma que o processo de escravização de africanos era complexo e não se deu apenas de uma única maneira. Os agentes do governo português escravizavam criminosos, por exemplo, e os forneciam para os comerciantes, da mesma forma que chefes locais comercializavam seus escravos, o que caracterizava um comprometimento com a escravidão. Por isso, o comércio externo de escravos, o processo de escravização e a utilização local de escravos na África eram intrinsicamente ligados. Mas, ainda de acordo com o autor, a economia e a ordem política foram profundamente afetadas em função da demanda atlântica de escravos, pois o comércio exportador drenava a população dos setores produtivos, exceto em alguns lugares onde os escravos tornaram-se um importante componente de produção <sup>179</sup>.

---

<sup>178</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, pp. 182, 183.

<sup>179</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, p. 173.

A aceitação da instituição da escravidão (qualquer que seja seu conceito) pelos africanos em suas próprias sociedades corroborava a ideia de que a África não estava, inevitavelmente, fadada, por pressão comercial, econômica e/ou militar a negociar escravos. Os europeus, no início da conquista portuguesa na África, só participavam dos mercados existentes na África, o que vai contra ao argumento de que houve uma pressão militar indireta contra os africanos para promover esta comercialização. Roquinaldo Ferreira afirma que, entre os séculos XVII e XIX, o caminho entre Angola e Brasil talvez tenha sido o mais viajado, considerando o tráfico de escravos. Cerca de um quarto dos africanos que estavam nas Américas foram enviados a partir de Luanda e Benguela, o que só foi sustentável devido às complexas alianças entre europeus e africanos. A relação entre Angola e o Brasil foi, principalmente, embora não exclusivamente, bilateral, derivando não só da demanda do Brasil por escravos, mas também de transformações mais amplas na economia do Atlântico Sul, no século XVII<sup>180</sup>.

Em adição, a tecnologia europeia não era essencial para as guerras no período anterior a 1680. Para John Thornton, quanto mais sabemos sobre as guerras na África e as consequências da escravização, as conexões tornam-se menos claras e diretas entre a guerra e o comércio de exportações de escravos, o que não significa que não houve escravidão sem fins militares, apenas que prevaleciam motivações africanas<sup>181</sup>.

Assim, para Roquinaldo Ferreira, dois pontos são relevantes no que respeita à produção de escravos em Angola. Primeiro, o fato de o fornecimento de escravos ser descentralizado, e as instituições sociais africanas estarem erodidas, resultado do tráfico de escravos para o Atlântico. Em segundo lugar, ao comentar uma obra de Thornton, afirma que os historiadores reconhecem que a maioria dos escravos era adquirida por exércitos africanos, e que, apesar de tecnologia militar europeia ter sido importante para o desenvolvimento do comércio, ela teve um papel secundário<sup>182</sup>.

A presença de súditos portugueses se efetivou a partir de redes comerciais que envolviam régulos locais, administradores e oficiais coloniais, comerciantes lusos, “brasileiros”, luso-africanos e mercadores sertanejos que estavam no Reino de Angola. Paralelamente, os poderes africanos jogavam com a presença externa à medida que

---

<sup>180</sup> FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University press, 2012, p. 8. A bilateralidade do tráfico atlântico de cativos já tinha sido realçada por Verger, Florentino e Alencastro. Um bom balanço sobre o tráfico atlântico de cativos realizado por portugueses e brasileiros se encontra em DOMINGUES, Daniel. *Brasil e Portugal no comércio atlântico de escravos. Um Balanço Histórico e Estatístico*. In Guedes, Roberto (org). *África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

<sup>181</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, pp. 153, 154

<sup>182</sup> FERREIRA, *Cross-Cultural Exchange*, p. 13.

mantinham o domínio das relações comerciais nos territórios sob seu controle. Não obstante o tráfico de escravos fosse parte integrante da “política colonial”<sup>183</sup>, a capacidade de Portugal para influenciar os acontecimentos no interior de Angola diminuiu significativamente quando, na segunda metade do século XVII, a consolidação do reino de Cassanje estabeleceu um contraponto político e militar ao governo português em Luanda. Em vez de um regime colonial rigoroso, havia uma dinâmica cultural e social amalgamada<sup>184</sup>.

A guerra era elemento importante nesta dinâmica comercial, o que, para Paul Lovejoy, caracterizava uma ordem política baseada na violência. Ainda de acordo com o autor, a guerra era de longe a fonte mais importante para obtenção de escravos e, em muitos casos, era difícil separar o desejo de capturar prisioneiros para a escravização de rivalidades econômicas e políticas<sup>185</sup>. A participação de grupos militares Imbangalas nas guerras em Angola representa um exemplo importante do relacionamento de grupos africanos com os portugueses. Em inícios do século XVII, os Imbangalas<sup>186</sup> tinham entrado em contato com portugueses formando alianças temporárias com o objetivo de capturar escravos em troca de produtos importados. Já na segunda metade do século XVII passaram a ser considerados mercenários portugueses<sup>187</sup>. Lovejoy afirma que a escravidão para os Imbangalas tinha mais uma natureza política do que econômica, pois objetivava salvaguardar as pessoas que eram relacionadas pela linhagem<sup>188</sup>.

De qualquer modo, tudo isto alterava o mapa geopolítico do apresamento de gente, a fronteira da escravização. As transformações locais se relacionavam a uma zona de fronteira móvel da violência da escravização. Quando, na segunda metade do século XVII, as lutas de conquista diminuem, os portugueses consolidaram as instituições militares em um nível de equilíbrio por meio de contínuos acessos a escravos baratos que vieram da guerra. Houve uma extensão da violência na área em torno de Luanda<sup>189</sup>. Dialogando com Joseph Miller, Mariana Candido afirma que não havia um processo uniforme de expansão das fronteiras, já que eram as ameaças das guerras que motivavam o reposicionamento dos africanos. As fronteiras

---

<sup>183</sup> XIMENES, *Bahia e Angola*, p. 115.

<sup>184</sup> FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, p. 9.

<sup>185</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, p. 143.

<sup>186</sup> Sobre o questionamento da similaridade dos termos Imbangala e Jaga, ver: CANDIDO, Mariana P. *Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII*, 2014 (no prelo); CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*; LOVEJOY, *A escravidão na África*; MILLER, *Way of Death*; SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva. (Org.). *África e Brasil no Mundo Moderno*. Belo Horizonte: Annablume, 2012, v. 1, p. 135-152.

<sup>187</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, p. 130.

<sup>188</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, pp. 198, 199.

<sup>189</sup> MILLER, *Way of Death*, pp. 142, 145.

internas eram derivadas de condições políticas locais e não tinham contornos claramente delimitados, elas também foram constantemente redefinidas pelo fluxo constante de pessoas que chegavam de muitos lugares. Essa instabilidade levava ao risco constante de escravização. Fronteiras internas sobrepostas foram derivadas de condições políticas locais<sup>190</sup>.

Os escravos gerados pela violência, no século XVII, continuaram a fluir em direção à Luanda a partir das encostas norte do planalto central através de postos portugueses avançados ao longo Cuanza, o que levou os habitantes a se reagruparem sob proteção dos senhores da guerra. Assim, a guerra africana na fronteira, geralmente, era determinada pela geografia da escravidão, principalmente em princípios do comércio de escravos em Angola. Os núcleos de mercadores geralmente aguardavam a chegada dos escravos produzidos violentamente nas áreas perturbadas e pagavam por eles no momento da recepção<sup>191</sup>. No século XVIII, as nomeação ao interior de Luanda parecem confirmar essa ideia.

Outro fator debatido por estes autores atenta à articulação da escravidão com estruturas tributárias e de linhagem, o que, segundo Paul Lovejoy, reafirma que o papel da África Centro-Occidental era antes de tudo o de fornecer escravos para exportação. Também, para Thornton, Angola portuguesa foi um estado aparentemente criado para exportar escravos e, conseqüentemente, as guerras deveriam se ajustar ao modelo econômico local<sup>192</sup>.

A expansão da riqueza por meio da guerra e da escravização era uma forma barata de aumento de poder para os africanos. Os escravos poderiam ser capturados nas guerras ou emboscadas, e levados ao território natal de seus captores para trabalhar, sem conquista ou ocupação territorial. À época da chegada dos primeiros europeus já existia uma grande população escrava na África e as instituições necessárias e os recursos materiais estavam disponíveis para sustentar um grande mercado de escravos, do qual todos poderiam participar. A expansão da demanda externa poderia aumentar a riqueza dos Estados, e os escravos, que eram um subproduto das guerras expansionistas, poderiam fortalecer o processo de centralização política interna<sup>193</sup>. Para John Thornton, neste processo de escravização o método militar foi o mais empregado, pois significava que os governantes, em sua maioria, não vendiam seus súditos, mas sim os considerados estranhos. Muitos escravos eram produzidos entre os capturados durante a guerra<sup>194</sup>.

---

<sup>190</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, p. 158.

<sup>191</sup> MILLER, *Way of Death*, p. 143.

<sup>192</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, pp. 156, 157.

<sup>193</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, p. 164.

<sup>194</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, p. 155.

As exportações iniciais de escravos de Angola relacionavam-se às operações militares, mas a documentação portuguesa não embasa a teoria de que as guerras portuguesas em Angola foram simples ataques de uma potência militarmente superior contra seus vizinhos mais fracos; pelo contrário, os soldados portugueses só venciam campanhas apoiados pelos africanos. Assim, a exportação de escravos não foi motivada pela superioridade militar europeia, ou seja, a participação da África no comércio de escravos foi voluntária, e os europeus não possuíam os meios, tanto econômicos como militares, para impor aos líderes africanos a venda de escravos<sup>195</sup>.

Com efeito, Paul Lovejoy enfatiza o fato de as políticas oficiais portuguesas/europeias promoverem os interesses econômicos da atividade comercial, havendo uma boa razão para que os governantes tentassem monopolizar a exportação de escravos. No entanto, esta tendência monopolista estatal ou de acordos comerciais era contrabalançada por uma tendência inversa de livre concorrência e ascensão de comerciantes não autorizados<sup>196</sup>, inclusive africanos.

Por fim, o consenso é que a dinâmica interna e histórica da África deve ser levada em consideração na análise de fatores que predisuseram as sociedades africanas a manter ou vender escravos. O aumento das guerras, a instabilidade política, as relações políticas de vassalagem tecidas entre súditos portugueses e africanos podem ter contribuído para o crescimento do comércio nesta região. Apesar de a escravidão já estar presente na África, mesmo antes da chegada dos europeus, percebemos que as instituições foram modificadas tendo como parâmetro o tráfico de escravos. Relações de vassalagem e vassalagem foram apropriadas tanto por portugueses, como por africanos<sup>197</sup>, ainda que com interpretações distintas. Diversos parâmetros de hierarquia social foram inseridos ou modificados neste contexto e, por isso, ao longo deste trabalho, aspectos de natureza militar serão analisados na perspectiva de apropriações possíveis.

---

<sup>195</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*, pp. 173, 174, 185.

<sup>196</sup> LOVEJOY, *A escravidão na África*, p. 165.

<sup>197</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*

#### ***4 - “Sempre vassalo fiel de Sua Majestade Fidelíssima”: Autos de vassalagem, violência ou negociação?***

Um aspecto que pode auxiliar a compreensão da dinâmica do comércio de escravos são as relações de vassalagem entre portugueses e africanos. Beatrix Heintze afirma que a condição de vassalo estabelecia uma relação de dependência entre dois homens livres, o vassalo e seu senhor. O vassalo devia fidelidade, obediência e era obrigado a prestar serviços ao seu senhor, enquanto este era obrigado a dar proteção e sustento. A vassalagem era uma instituição antiga na Europa Ocidental, com uma série de procedimentos simbólicos que geravam um contrato de reciprocidade entre as partes envolvidas<sup>198</sup>. Ainda segundo a autora, o “termo designava o laço que unia um súdito nascido num território do Estado, ao seu soberano e que lhe impunha o dever de lealdade e fidelidade.”<sup>199</sup> Na África, a autora caracteriza como relações pseudo-vassálicas entre Estados os contratos estabelecidos entre o rei de Portugal e os *sobas*, chefes africanos de Angola. Por sua vez, Catarina Madeira Santos chama a atenção para o fato de a Europa dos séculos XVII e XVIII não ser uma sociedade feudo-vassálica, o que não impediu de fazer uma utilização residual dessas instituições em determinados contextos coloniais. A partir do momento em que se formalizava tratados de vassalagem com poderes africanos, o Estado português fazia um reconhecimento tácito da legitimidade da outra parte<sup>200</sup>. Ou seja, trata-se de uma relação recíproca, no sentido de reconhecimento da autoridade do poder africano, e, ao mesmo tempo, um reconhecimento e inserção destas autoridades na administração portuguesa, apesar de grande parte de a historiografia reconhecer este contrato como uma relação de sujeição dos estados africanos face às autoridades portuguesas. Mas esta sujeição não ocorre somente por meio da força ou da dominação portuguesa.

Há, porém, que se atentar para a periodização dos autos de vassalagem. Recorrentes no século XVII<sup>201</sup>, são lacunares para a primeira metade do século XVIII, retomados na segunda metade do setecentos<sup>202</sup>. Ora, a retomada da instituição, num dado contexto do século XVIII, por si só, revela aspectos significativos. Primeiramente, tratava-se, em tese, de um momento de reordenação da concepção de sociedade. Até em então, meados do século XVIII,

---

<sup>198</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*

<sup>199</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 389.

<sup>200</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 125.

<sup>201</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*

<sup>202</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*

prevalecia uma acepção de monarquia corporativa<sup>203</sup>, mas com o advento da segunda metade do século XVIII, no Reinado de D. José I e a administração de Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal), reforçava-se o poder central da Coroa em detrimento dos poderes locais, atingindo-se até o que alguns chamam de razão de Estado<sup>204</sup>. Todavia, os próprios autos demonstram que os poderes locais, mesmo os fora do âmbito da administração portuguesa (como os sobados), não refluíram, proporcional e necessariamente, ao reforço do poder central da Coroa<sup>205</sup>. Ao contrário, foram retomados, o que atesta as persistências e/ou reinvenções de Antigo Regime no pombalismo em Angola, sugere limites do “poder português” e alude à negociação com poderes africanos, sem que nada disso implique a ausência de uso da força. Em termos lógicos, o problema reside num quase paradoxo. Se é quase unânime a ideia da frouxidão da poder político português, como pode ser possível que a dominação portuguesa tenha se efetivado, predominantemente, pela força militar? Alguma negociação foi realizada, o que não escapou até à formalidade dos autos de vassalagem.

Assim, supomos que poderes africanos também buscavam vantagens nas relações de vassalagem. Interessante é que esta própria terminologia foi adotada pelos africanos quando se expressavam por escrito, quando se autodenominavam vassalos de alguma autoridade<sup>206</sup>. No Ultramar, este termo era aplicado como exercício de poder, pois:

Os chefes por eles submetidos tornavam-se ‘vassalos’ do rei de Portugal, num procedimento legal, documentado reconhecido, realizado na presença de testemunhas, que tinha como elementos

---

<sup>203</sup> HESPANHA, XAVIER, *A representação da sociedade e do poder*

<sup>204</sup> Até meados do XVIII não se podia falar de uma grande centralização administrativa, a matriz predominante nos diversos espaços do Império Português era a de Antigo Regime, onde a sociedade era pensada como organismo e que cada órgão possuía sua função. A unidade do Estado era representada pelo rei e este garantiria a harmonia do todo, fazendo uso da justiça sem suprimir a autonomia das outras partes do corpo social. Muitos locais usufruíam de grande autonomia e o controle lusitano não chegava em todas as partes desse vasto Império ultramarino. Disso parte uma discussão se houve rupturas ou continuidades no reinado de D. José I. Antônio Manuel Hespânia defende em sua obra que a inauguração de paradigma individualista a partir do período pombalino apresenta-se como uma ruptura com o período anterior. HESPANHA, XAVIER, *A representação da sociedade e do poder*. Nuno Monteiro afirma que as modificações foram graduais. MONTEIRO, Nuno G. D. José: na sombra de Pombal. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006. Ribeiro destaca que houve grandes transformações e especificidades no período pombalino como a estabilização da “razão de Estado”, mas que muitas mudanças já ocorriam desde o período joanino. RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: *A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro Sul da América portuguesa (1748 - 1763)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, 2010. Ver também FALCON, Francisco J. Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*, 2ª edição, 1993. São Paulo: Editora Ática. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>205</sup> CRUZ E SILVA, Rosa. The saga of Kakonda and Kilengues: relations between Benguela and its interior, 1791-1796. In CURTO, José C; LOVEJOY, Paul E. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. New York: Humanity Books, 2004.

<sup>206</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 391.

principais, por parte do vencido, a aceitação voluntária e a promessa de cumprimento de todas as condições impostas (entre as quais a prestação de auxílio militar), e o juramento solene de fidelidade e obediência, e, por parte do vencedor, a promessa de proteção e a investidura.<sup>207</sup>

Os tratados de vassalagem desempenham um papel determinante na política em Angola, bem como nas relações comerciais estabelecidas nesta região e pressupunham compensações materiais e obediências. Para Catarina Madeira Santos, as relações de vassalagem se configuravam como um tipo de enquadramento político-jurídico a que os potentados se viram submetidos, um tipo de relação que permitia a integração destes poderes locais, sem o uso da força<sup>208</sup>. Igualmente, para Flávia Maria de Carvalho, as possessões territoriais eram administradas pelos sobas que foram personagens fundamentais para a condução de projetos políticos portugueses, sendo intermediários e fornecedores de escravos destinados ao comércio atlântico<sup>209</sup>.

Por seu turno, Beatrix Heintze diferencia os vassalados voluntários dos vassalados conquistados; na maioria dos casos, a condição de vassalo era imposta aos chefes angolanos após uma derrota militar. Raros eram os casos em que, por motivos políticos ou econômicos, os chefes angolanos se tornavam vassalados, mas, mesmo nestes casos, as condições do contrato eram ditadas por portugueses.<sup>210</sup> Após as derrotas militares, esses chefes eram obrigados a assinar um tipo de documento, elaborado pelos “funcionários da Coroa”, onde se estabeleciam acordos mútuos, porém com distintas funções.<sup>211</sup> Fazia parte do acordo que portugueses prestassem auxílio militar em caso de ataques contra seus vassalados, enquanto os sobas se encarregavam do pagamento de tributos, de dar livre acesso aos comerciantes autorizados pela Coroa em suas terras e prestar auxílio militar.

Vejamos, então, na prática, como era este contrato de vassalagem com a transcrição, na íntegra, de um contrato de 8 de julho de 1765.

Ato de obediência, sujeição e vassalagem que ao muito alto e poderoso rei fidelíssimo D. José o I, nosso Senhor, e seus Reais Sucessores faz nas mãos do Ilustríssimo e

---

<sup>207</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 391.

<sup>208</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 124.

<sup>209</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*, p. 19. Ver também: HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*; SANTOS, Maria Emília Madeira. Em busca dos sítios do poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915). International symposium Angola on the move: transport routes communications, and history. Berlim, 2003; SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*

<sup>210</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 398.

<sup>211</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*, p. 75.

Excelentíssimo Senhor D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Governador e Capitão General d'estes Reinos e suas conquistas, o potentado Holo Marimba Goge por seus embaixadores, D. Thomás Planga-a-Temo, Holo-Ria-Quibalace e Quienda.

1.<sup>a</sup>

Que ele dito Potentado se reconhece desde agora para todo sempre vassalo fiel de Sua Majestade Fidelíssima, pronto a executar todas as suas reais ordens expedidas pelos Governadores n'este Reino, sem que em nenhum caso possa duvida-las, pena de ser tratado como rebelde.

2.<sup>a</sup>

Que por força das mesmas reais ordens admitirá nas suas terras Missionários, dando-lhes lugar para edificarem hospícios, e exercitar publicamente o Culto Divino, sem moléstia ou embaraço, e com carregadores gratuitos para se transportarem de umas a outras terras, como bem lhes parecer.

3.<sup>a</sup>

Que enquanto a Rainha Ginga cumprir de boa fé a livre e segura passagem, pelas suas terras, de todos os negociantes e pumbeiros, não poderá ele dito Potentado fazer-lhe guerra, nem ainda debaixo do pretexto do sobrinho da mesma Rainha, que se acha nas terras d'elle Potentado; porém que se ela embaraçar o comércio, ou vedar os caminhos, e negar os carregadores, poderão eles livremente fazer-lhe a guerra, até conseguir que o caminhos estejam francos e seguro para a devida execução das ordens d'este Governo, na forma que ambos têm ajustado.

4.<sup>a</sup>

Que o dito Potentado Marimba Goge não permitirá que nenhuma outra Nação, pelos Moribes, ou outros povos, faça comércio, resgate de escravos nas suas terras, e que passando alguns pumbeiros com fazendas para este fim os entregará presos ao Escrivão, para proceder na forma que lhe será ordenado.

5.<sup>a</sup>

Que ele terá Escrivão nas suas terras, ao qual dará terreno em que possa formar feira, com todos no mesmo lugar para que não possam fazer nem o comércio, nem desordens estando dispersos; e que ajustará com o mesmo Escrivão preços certos e inalteráveis por que hajam de vender-lhe os escravos e o cobre, os quais nunca poderão alterar.

6.<sup>a</sup>

Que ele dito Potentado e seus filhos não poderão nunca embaraçar as Leis e ordens por que o Escrivão, e os mais negociantes se hão de governar no dito lugar separado da feira, nem apreender-lhe por nenhum caso, nem por nenhum crime debaixo do pretexto dos seus Quituchis, as fazendas do comércio; porém que no caso de cometerem os ditos brancos algum delito contrário às suas leis, e á boa fé e verdade do negócio requererão ao Escrivão para que imediatamente o castigue, e sendo caso maior, o resto meterao preso a esta capital para ser castigado como merecer, ficando então depositadas as fazendas em mão segura, por ordem do Escrivão, até serem entregues a quem pertencer.

7.<sup>a</sup>

Que sucedendo proceder mal o mesmo Escrivão, dará logo parte para ser expulso e castigado como merecer. E de como assim se obrigaram ao conteúdo em todos os sete capítulos d'este Acto de obediência e vassalagem, se assinaram os ditos Embaixadores em nome do referido Potentado Holo Marimba Goge pelos poderes que para isso tem, depois de o haver feito o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão

General d'estes Reinos; os quais Embaixadores se obrigaram apresentar no tempo de seis meses, ratificando e assinado pelo dito seu Potentado este mesmo Ato, de que se lhe entregará uma cópia autêntica assinada e selada com o selo grande das Armas de que usa o mesmo Senhor São Paulo de Assunção a oito de Julho de mil setecentos sessenta e cinco. = Antônio de Campos Rego, Secretário d'Estado d'este Reino, o subscrevi. = Lugar do Selo = D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho = Sinal de D. Thomaz X Planga-a-Temo = Sinal de Holo X Riaquibalacace = Sinal de X Quienda = Sinal + do Potentado Marimba Goge Quimena Binga, Senhor d'esta Província – Sinal + de Marimba Holo, segunda pessoa do Potentado. E eu que fiz os sinais a rogo deles por não saberem ler nem escrever. = Vaç.<sup>10</sup> Simões de Oliveira. – Registrado a fol. 264 do Liv. 3.º de Homenagens = *Rego*<sup>212</sup>

Geralmente, um contrato de “obediência, sujeição e vassalagem” possuía de seis a sete artigos e incluía elementos relacionados à religião, ao comércio e aos termos de submissão, salientando que a economia era inseparável da política (parágrafos 3º e 4º). Um dado importante é a presença de embaixadores. De acordo com Beatrix Heintze, um chefe africano que pretendia ou era forçado a se tornar um vassalo da Coroa portuguesa dirigia-se ao governador de Angola, muitas vezes por um intermediário, que podia ser um *Tendala*<sup>213</sup>, o capitão-mor de um presídio próximo ou os embaixadores<sup>214</sup>. Este procedimento evidencia uma prática da autoridade local do chefe africano, apesar de estar se tornando um vassalo, e demonstra que os capitães-mores eram figuras importantes nas relações entre os governadores portugueses e os sobas<sup>215</sup>.

O potentado Holo Marimba Goge estava, por meio deste acordo, obrigado a executar todas as suas reais ordens expedidas pelos Governadores do Reino de Angola, caso contrário seria tratado como rebelde. Outro aspecto importante é a admissão obrigatória que o vassalo teria que dar aos missionários para exercitar publicamente o “*Culto Divino*”. A presença de carregadores devia ser facultada e se condenava o embaraço ao comércio e as desordens, sob pena da realização de castigo, que podia ser uma guerra. O escrivão era figura importante nestes contratos, sendo o responsável pela regulação destas relações entre “súdito” e a Coroa.

---

<sup>212</sup> Ato de obediência, sujeição e vassalagem que ao muito alo e poderoso rei fidelíssimo dom José o I, nosso senhor, e seus reais sucessores faz nas mãos do ilustríssimo e excelentíssimo senhor dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, o potentado Holo Marimba Goge, por seus embaixadores dom Thomás Planga-a-Temo, Holo-Ria-Quibalacace e Quienda. In: Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não oficial. Série I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. pp. 523 -547.

<sup>213</sup> Como um porta voz do chefe; torna públicas as suas ordens, recebe e introduz os estrangeiros e tem a seu cargo a correspondência oficial quando sabe escrever. Também se chamava tendala o comandante das tropas auxiliares africanas, a guerra preta. TAVARES; SANTOS, *Africae Monumenta*, p. 440.

<sup>214</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 400.

<sup>215</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*, p. 79.

É provável que tal função fosse a de manter o bom funcionamento do comércio conforme interesses dos súditos portugueses, da implementação da política de governo e na comunicação a Luanda de todas as informações de interesse.<sup>216</sup> A proteção estava evidenciada no artigo 6º, na condenação dos delitos cometidos pelos brancos, bem como no mau procedimento do escrivão. O documento é assinado pelos embaixadores em nome do referido potentado, mas este devia se apresentar a cada seis meses para o então governador em questão, Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. O documento foi ratificado e assinado com cruz pelo potentado.

Tratava-se de um documento declaratório, um documento escrito, uma prova complementar dos atos simbólicos verbais realizados, que tinha como aspecto principal os deveres para com o rei<sup>217</sup>. Um dos principais deveres era o apoio militar para a consolidação dos interesses da Coroa portuguesa em Angola. Para Beatrix Heintze, esta era uma obrigação tão evidente que nem era mencionada no contrato, mesmo sendo uma das principais características da vassalidade, pois “*eram pessoalmente obrigados a tomar parte, com um certo número de homens armados, no exército português, sempre que fossem solicitados, formando conjuntamente com os escravos dos europeus, a guerra preta(...)*”<sup>218</sup>

O pagamento de tributos dos vassalos era considerado como aceitação visível do acordo, paralelamente à ajuda militar que na maior parte das vezes era realizado em escravos. Além disso, dentre as obrigações dos vassalos, estava o livre acesso de todos os portugueses e seus pombeiros ao território dos vassalos, o comércio livre, mas com exclusão de concorrência europeia ou africana, o impedimento ao contrabando, o fornecimento de carregadores para o exército, a entrega de escravos fugidos, livre acesso de missionários, a comunicação ao governo de todas as ocorrências conhecidas pelos vassalos, proibição de receber chefes africanos e europeus com intenções hostis, e o impedimento de realizar guerra contra outro vassalo, sem autorização das autoridades portuguesas<sup>219</sup>.

Para a autora, os contratos de vassalagem estabeleciam uma relação de dependência unilateral entre as autoridades portuguesa e africana. Apesar de pressupor uma relação de reciprocidade, para a autora não há concessão de direitos de forma justa para as duas partes. Mas a implementação a manutenção do contrato proporcionou a manutenção das fronteiras dos territórios avassalados, mesmo que para isso houvesse interferência na sua autonomia

---

<sup>216</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 418.

<sup>217</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 411.

<sup>218</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 413.

<sup>219</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*

militar, política, econômica e religiosa. Mesmo assim, segundo a autora, estes vassalos obtinham vantagens eram revertidas a favor de sua autoridade pessoal.<sup>220</sup>

Há que se ressaltar, não obstante as contribuições da autora, que não vigiam princípios de igualdade nas relações de vassalagem, pois as sociedades de Antigo Regime primavam pela desigualdade como princípio. Como sugere a própria autora, sociedades africanas, na prática do fundamento, também não seguiam noções de igualdade contratual, ainda que sua desigualdade fosse diferente das noções de desigualdade europeia. Provavelmente, ideias de reciprocidade assimétricas ajudem a compreender as bases das desigualdades<sup>221</sup>. Tampouco as relações de vassalagem era uma relação entre estados, ainda que formalmente se aluda a estados, mas não menos à pessoa do Rei de Portugal. Simbolicamente, pelo menos, havia a pessoalização das relações políticas ou elas assim se conduziam, ainda que autoridades africanas e o Rei de Portugal fossem representados por seus prepostos. De acordo com Miller:

(...) noções africanas sobre política, muito mais engajadas do que as modernas noções de “Estado” ou “reinos”, baseadas em princípios legais abstratos, prevaleceram em outros lugares da África Central, durante toda a época do crescente engajamento com a economia atlântica. Assim (...) pensavam em metáforas de poderes protetores exercidos por benfeitores (patronos) pessoais e poderosos em favor de clientes leais (...)<sup>222</sup>.

Catarina Madeira Santos incorpora outro objetivo as relações de vassalagem, a pretensão de sedentarizar os sobas e os seus súditos em zonas fixas, para impedir a circulação dos mesmos, agregando também a população africana aos presídios onde havia maior necessidade<sup>223</sup>. Por isso, os tratados de vassalagem estabelecidos depois de guerras recolocavam as autoridades africanas na posse e suas terras mesmo com deveres instituídos nos acordos. Esta política estava relacionada ao tráfico de escravos, já que, em um território em paz e com relações de aliança estabelecidas entre súditos portugueses e africanos, a concorrência estrangeira se afastaria e as trocas e tributos estariam garantidos<sup>224</sup>. Sendo assim, os autos de vassalagem do século XVIII, diferente dos analisados por Beatrix Heintze para o seiscentos, visavam reforçar a política de territorialização

---

<sup>220</sup> HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*, pp. 425-427.

<sup>221</sup> Cf. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; MAUSS, Marcel. “*Ensaio sobre a Dádiva*”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

<sup>222</sup> Miller, *A economia política do tráfico angolano*, pp. 52-53.

<sup>223</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 128.

<sup>224</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 134.

Para Cristina Ximenes, os acordos entre a administração portuguesa e as sociedades africanas ampliavam-se e tornavam-se mais comuns à medida que as conquistas militares e a conversão dos reis africanos eram impostas aos territórios das conquistas. Assim, o processo de dominação portuguesa, iniciado pela conquista militar e pela catequização, continuou por meio dos “contratos” firmados entre as partes, para realização do comércio em feiras, povoados coloniais e no entorno dos presídios e nas regiões do interior dos sertões. Esta situação, de acordo com a autora, durou do século XVI até o início do século XX<sup>225</sup>. No entanto, este processo de “dominação” visava manter a ordem, disciplinar, proteger o território e garantir o acesso a escravos, o que pode explicar a renovação constante destes termos estabelecidos entre a administração portuguesa em Angola e as autoridades africanas. Flávia Carvalho chama a atenção para a hipótese de o processo de interiorização dos portugueses nos sertões ter ocorrido por meio das relações tecidas com os chefes angolanos, garantindo a existência das redes de comércio de escravos, sendo possível, assim, traçar uma geografia do processo de penetração dos portugueses nos sertões do antigo Ndongo por meio da identificação dos sobados avassalados<sup>226</sup>.

Ora, se não vigorava a superioridade militar europeia em Angola<sup>227</sup>, as conquistas militares contaram também com a participação de autoridades africanas. As alianças entre agentes da Coroa e africanos não estavam expressas apenas nos contratos de vassalagem, mas também nas patentes recebidas pelos africanos, que se tornavam, mesmo que momentaneamente, súditos portugueses. Isso comprova que africanos faziam parte da administração portuguesa e que as relações não eram engendradas somente por meio da violência, mas por negociações, apropriações, reconhecimento e legitimação.

Entre os anos de 1754 e 1763, encontramos seis nomeações para autoridades africanas, uma concedida pelo governador Dom Antônio Álvares da Cunha e as demais da época do governador Antônio de Vasconcelos. Em 30 de julho de 1754 Dom Antônio Álvares da Cunha concedeu carta patente de Dembo e Senhorio das Terras de Gombe Amuquiama a Dom Sebastião Manoel Silvestre, natural destas mesmas terras, e filho de Dom Sebastião Manoel Silvestre e de Dona Lucrecia de Antônio<sup>228</sup>. Tratava-se de uma carta patente de confirmação, pois o provimento já havia sido realizado por todos os macotas, sobas e

---

<sup>225</sup> XIMENES, *Bahia e Angola*, p. 105.

<sup>226</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*, pp. 21, 23.

<sup>227</sup> THORNTON, *A África e os Africanos*

<sup>228</sup> PADAB, IHGB 126 DVD 8,13 - AHA - Códice 301 - C - 20 - 2, fl. 8.

quimbares<sup>229</sup> deste Senhorio, provimento que redundou na deposição de Dom Francisco Manoel Silvestre, pelo seu mau procedimento. Por já estar gozando do dito Senhorio, Dom Sebastião Manoel Silvestre pediu ao governador que fizesse a mercê de confirmá-lo no posto. Observação interessante é a afirmação do governador: “*tendo respeito ao referido e ao mais que se me representou*”. Não sabemos se esta representação era escrita, ou por meio de intermediários, mas, em qualquer caso, é um indício de apropriação da escrita (*lato sensu*) – entendida como princípios hierárquicos, códigos, valores – pelos africanos, no caso apropriação do ato de requerer patentes. *Stricto sensu*, a escrita podia ser utilizada como um dispositivo de diferenciação. Por corresponder às expectativas de ser fiel como um bom vassalo, Dom Antônio Álvares da Cunha confirmou o Dembo no posto, com todas as honras e privilégios, liberdades e isenções próprios do posto.

O *Dembo* e Senhorio das terras já exercia o “cargo”, sem carta patente dada pelo governador ou pelo Rei, mas respaldado pelos macotas, sobas e quimbares. Porém, mesmo assim buscou a confirmação do governador, que lhe foi concedida. Como se vê, a dimensão relacional criou identidades militares, quer entre africanos e portugueses (*dembo* e governador), quer entre africanos (*dembo*, quimbares, etc). O posto de *dembo* se confirmou pela relação entre africanos e o governador. O auto de vassalagem era uma relação recíproca, desigual, mas nem por isso deixava de ser uma troca com benefícios aos africanos, e não era apenas uma imposição unilateral.

Mais ainda, Dom Sebastião Manoel Silvestre conseguiu a confirmação do cargo de *Dembo* e Senhorio das terras de Gombe Amuquiama, ainda que se sublinhe na carta que deveria ser fiel como um bom vassalo e condicionado a servir a Sua Majestade. Pelo provimento do governador, Dom Sebastião Silvestre poderia ter honras e privilégios próprios do cargo. Tendo sido o próprio *Dembo* que fez a representação ao governador para conseguir a confirmação do cargo, não poderia residir aí uma estratégia de ocupar cargos “portugueses” a fim de aumentar o seu poder local? Da mesma forma, o governador Dom Antônio Álvares da Cunha reconheceu a lealdade de seu vassalo e confirmou a patente. Portanto, é possível afirmar que sociedades africanas participaram da monarquia portuguesa a partir de suas estruturas e hierarquias locais, reconhecendo também as formas de classificação do Reino, readaptando-as. Nada disso era, necessariamente, incompatível.

---

<sup>229</sup> São africanos livres que eram obrigados pelo tratado de vassalagem ao seu soba a prestar serviço militar aos portugueses. TAVARES; SANTOS, *Africae Monumenta*, p 437.

Outro que requereu a confirmação do posto foi Dom **Miguel** Afonso do Espírito Santo, natural das Terras de Namboangongo, filho de Dom **Silvestre** Afonso do Espírito Santo e de Dona Maria Afonso da Silva. A carta patente de confirmação no posto de Dembo e Senhorio das Terras de Namboangongo foi dada pelo governador Antônio de Vasconcelos em 15 de agosto de 1759 e, como o caso anterior, foi feita uma representação pelo Dembo, por ter sido eleito e provido por “Dembo e Senhorio das ditas Terras de Namboangongo por todos os macotas, Sovas, e Quilambas<sup>230</sup> do dito Senhorio”, ou seja, Dom Miguel já estava provido e pediu confirmação do governador ao posto. O motivo desta eleição foi o falecimento do Dembo anterior, Dom Francisco Afonso da Silva<sup>231</sup>. Como dissemos, os momentos de sucessão eram propícios à ritualização de instauração de poder e de alianças políticas.

Também filho de Dom **Silvestre** Afonso do Espírito Santo e de Dona Maria Afonso da Silva, foi confirmado no posto, em 26 de abril de 1762, Dom **Manoel** Afonso da Silva, natural de Namboangongo, eleito por todos os macotas, sobas e quimbares. O ocupante anterior e seu irmão, Dom Miguel Afonso do Espírito Santo, foi deposto por “*culpas graves que lhes deram e me contou pelas inteiras informações que tive serem justas e verdadeiras, pelo que todo o Povo do dito Estado o não queriam nele.*” E por isso seu irmão recebeu a patente deste posto, gozando de todas as honras e privilégios próprios do cargo. Nove anos depois, em 24 de dezembro de 1771, Dom Manoel Afonso da Silva assinou o Auto de obediência e vassalagem por “*por mão dos seus Embaixadores D. Francisco Cazumbu, e D. Pedro Manibundaguenga pelo Estado de Ambuela em que foi nomeado*”, composto por sete artigos. Neste auto o Dembo jurou inteira obediência e vassalagem à Coroa portuguesa, cumprindo todas as ordens do Governador e do capitão-mor do Presídio de Encoge<sup>232</sup>. O que se observa no caso das terras do Dembo Namboangongo é que a o contrato de vassalagem gira, entre 1759 e 1771, entre Dom **Silvestre** e seus filhos, Dom **Miguel** e Dom **Manoel**. O auto legitima a organização do poder do dembo – *pelo que todo o Povo do dito Estado o não queriam nele*. Uma alternativa seria representar a imposição do poder político do Rei de Portugal, mas não se observa isso no documento.

Um dos pontos abordados neste documento está relacionado à guerra. O auxílio na guerra é jurado, no entanto “*não farão Guerra a pessoa alguma, sem licença expressa do Excelentíssimo Governador deste Estado*”. Uma das obrigações firmadas era a de respeitar e

---

<sup>230</sup> O termo é impreciso, mas pode-se dizer que é um oficial africano da guerra preta. TAVARES; SANTOS, *Africae Monumenta*, p. 434.

<sup>231</sup> PADAB, IHGB 126 DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3, fl. 138 verso.

<sup>232</sup> PADAB, IHGB 126 DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3.

obedecer os missionários e de servirem na missão. Deviam fornecer carregadores gratuitos e tudo o que fosse necessário à subsistência daqueles que passavam nas suas terras em função do “*Sagrado*”. Deviam pagar dízimos por serem cristãos batizados, o que leva a presumir o interesse no batismo destes chefes locais com fins arrecadatários, sendo mais uma modalidade de tributação, não exercendo papel doutrinário<sup>233</sup>, embora uma coisa não inviabilize a outra. O comércio também é assunto de destaque neste Auto de Vassalagem conforme o quinto artigo do documento:

Que de nenhuma forma, em nenhum tempo, e por nenhum caso farão Comércio com os povos do Norte, que comerciam com os estrangeiros em Loango, Cabinda, e Molembo; e nem deixaram passar fazendas, ou Escravos pertencentes a este comércio; e todos os que assim passarem com fazendas, ou escravos serão presos, e remetidos via Reta ao capitão-mor de Encoge para proceder na forma das ordens de Sua Majestade, e assim mesmo todas as fazendas, e escravos com que passarem<sup>234</sup>.

Os povos do Norte e a presença de estrangeiros eram preocupações do governo português, sobretudo no que diz respeito ao comércio de escravos. Nas suas feiras, chamadas “*Sonas*”, o Dembo não poderia consentir comércio com estrangeiros, nem impor tributos aos povos vassalos do Rei. Este Auto é assinado pelos Embaixadores, na presença do secretário de Estado do Governado do Reino Antônio Lobo da Costa Gama e do capitão tendala Nicolau de Nazareth, responsável pela leitura e explicação deste documento na “língua do país,” e também assinou o secretário do Dembo, o frei Miguel Francisco de Menezes.

A ideia de que os “Vassalos de Sua Majestade” assinaram os Autos de Vassalagem por imposição bélica pode ser em parte contestada, visto que, antes do Auto de Vassalagem, Dom Manoel Afonso da Silva recebeu a patente de Dembo e Senhorio. Significaria esta patente um ato de imposição bélica? Acreditamos que trata-se de uma relação de interesses mútuos, de acordos consensuais, pelo menos neste caso. A concessão de uma patente pressupõe apoio militar por parte do Dembo, da mesma forma que permite acesso aos portugueses a esta região. Como afirmamos anteriormente, ao pedir confirmação do posto, o Dembo concorda e busca a inserção na estrutura administrativa e militar do governo português em Angola. O Auto de Vassalagem pressupõe uma relação de submissão, no entanto, o vassalo buscava proteção e em alguns casos vantagens comerciais.

---

<sup>233</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*, p. 76.

<sup>234</sup> PADAB, IHGB 126 DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3

Para as terras de Caculo Cacahenda, em 1759 foi provido pelo governador Antônio de Vasconcelos, Dom Paulo de Sebastião Francisco Cheque, para o cargo de Dembo e Senhorio das Terras de Caculo Cacahenda. Filho de Dom Sebastião Francisco e de Dona Madalena de Paulo,

(...) fez representação sobre estar eleito e provido por Dembo e Senhorio das ditas terras de Caculo Cacahenda por todos os macotas, sobas e quilambas do dito Senhorio por deporem a Dom Francisco Sebastião Cheque, que haviam[sic] eleito por seu mal procedimento com que se havia no dito Estado e para haver de lograr o dito Senhorio com quietação me pedia me lhe fizesse mercê de confirmar nele.<sup>235</sup>

Como nas cartas patentes anteriores, o Dembo e Senhorio das Terras de Caculo Cacahenda já estava eleito pelas lideranças locais, mas fez representação ao governador para o confirmar no posto. O mau procedimento do Dembo anterior serviu novamente como justificativa à deposição. Assim, Dom Paulo Sebastião Francisco Cheque pediu a mercê de confirmá-lo no dito posto.

Em 2 de novembro de 1763, Antônio de Vasconcelos concedeu o pedido feito por meio de uma representação de Dom João Afonso da Silva, pela confirmação no posto de Dembo e Senhorio das Terras de Namboangongo. Filho de Dom Paulo Afonso da Silva, Dom João Afonso correspondia com a fidelidade de um bom vassalo, o que serviu de justificativa para a confirmação. Antes da confirmação estava eleito por todos os Macotas, Sobas e Quimbares, pois o Dembo anterior falecera.

Há ainda uma nomeação para o posto de Golambole do Presídio de São José do Encoge realizada pelo governador Antônio de Vasconcelos no dia 26 de junho de 1760. No dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola de Antônio Parreira, Golambole é título do comandante de um exército Jaga<sup>236</sup>. Flávia Maria de Carvalho informa que o termo ngolambole deriva de “ngola a mbolem”, que significa o Ngola da caça. Estes homens eram responsáveis pelas funções militares, ou seja, ocupavam o cargo de chefe do exército. Com o aumento das guerras esse personagem passou a ganhar mais prestígio na hierarquia do Ndongo<sup>237</sup>. O argumento da nomeação é o da necessidade de, na jurisdição do Presídio de São José de Encoge, existir um Golambole no serviço de Sua Majestade Fidelíssima. Outra justificativa para a nomeação é o fato de anteriormente ter ocupado o posto

---

<sup>235</sup> PADAB, IHGB 126 DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3, fl. 82 verso.

<sup>236</sup> PARREIRA, *Dicionário glossográfico e toponímico*, p. 49.

<sup>237</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*, p. 64.

de Meirinho-Mor de Ambuela e, conseqüentemente, ter toda a capacidade para o exercício do cargo. O governador afirma ainda estar informado que, nas terras do Presídio de São José de Encoge, sempre se portou com inteligência e zelo do Real Serviço. Assim, esperava-se que Golambole continuasse sendo um bom vassalo no exercício deste posto, “com condição que será sempre obrigado e obediente para todas as coisas que tocarem ao Serviço Real de que for encarregado pelo Capitão-Mor do dito Presidio por minha ordens e de meus sucessores”.<sup>238</sup>

Como se vê, a incorporação de cargos africanos na estrutura militar portuguesa está presente nestas patentes militares recebidas pelos chefes locais. Assim, é possível afirmar que a ascensão social e inserção no império português, por meio dos postos militares, não eram exclusivas dos habitantes do Reino ou da América portuguesa. As cartas patentes concedidas para as autoridades locais seguiam um modelo comum, no entanto a presença de alguns membros da hierarquia local (a exemplo dos quimbares, tendalas, quilambas) no reconhecimento da autoridade nomeada não devem ser desconsideradas. Ao nomear, o governador reconhece a existência anterior de uma eleição local que legitimava os nomeados. Desse modo, formalmente, mas não apenas, a carta patente ratifica uma decisão já tomada pelas autoridades locais.

Chamamos aqui a atenção para algumas características do Estado Moderno, que pode estar relacionada a estas concessões locais, pois pensamos o Reino de Angola como um microcosmo social do império português, sem que se resuma a isso. A consolidação do Estado Moderno Português se deu em torno de características afins, como a ideologia do serviço e a recompensa, laços múltiplos de interdependência e valias. Neste sistema de mercês, foi que se sustentaram novas forças sociais, fidelidades e relações políticas. Para justificarem seu trono e manterem a Coroa, os monarcas tinham como obrigação dar, o que implica em um gesto de obrigações recíprocas. Logo, a economia de mercê também estava presente em Angola, manifestando-se nas nomeações dos postos militares. Os autos de vassalagem, os pedidos e concessões de patentes podem ser entendidos como uma “disponibilidade para o serviço, pedir, dar, receber e manifestar agradecimento, num verdadeiro círculo vicioso, eram realidades a que grande parte da sociedade deste período se sentia profundamente vinculada, cada um segundo a sua condição e interesses.”<sup>239</sup> Nada disso era incompatível com o fundamento. Logo, a parte do contrato se ajustou ao sistema de mercê portuguesa. Porém, ao

---

<sup>238</sup> PADAB, IHGB 126 DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3, fl. 104.

<sup>239</sup> OLIVAL, Maria F. *Honra, mercê e venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789)*. Dissertação de doutoramento em História Econômica e Social Moderna. Universidade de Évora, 1999, p. 30.

reconhecer cargos e autoridades locais formalmente pelo auto de vassalagem, o sistema de mercê se ajustou ao fundamento

Não estamos aqui negando a violência, os modos de conquista, ainda presentes no século XVIII. As guerras de conquistas eram práticas na região, e os conflitos entre as autoridades locais eram utilizadas para conseguir maiores benefícios para os agentes da Coroa. Guerras rendiam escravos, presença territorial e maior influência administrativa. No entanto, as relações políticas não podiam ser tecidas somente pela violência. As autoridades locais aceitavam acordos visando também benefícios e não aceitariam apenas a “submissão”, mesmo porque a presença militar portuguesa era limitada por diversos fatores. Na organização das tropas e sua composição, veremos o quão menor era esta “presença portuguesa”, até por questões de mortalidade. Com efeito, o governo português em Angola utilizava atributos essenciais para governar seus súditos, como o prêmio e a punição. Tentavam impor o poder de ordenar, proibir, autorizar e decidir<sup>240</sup>, mas concepções de uma monarquia corporativa ainda estavam presentes em Angola na segunda metade do século XVIII, em meio às reformas pombalinas. Poderes africanos, no mínimo, impediriam a imposição absoluta da “presença portuguesa”.

Todos os homens que receberam a patente de Dembo e Senhorio tinham o nome cristão de batismo e carregavam consigo o título de Dom. Conforme o dicionário Raphael Bluteau, Dom é um título honorífico, que, antigamente, se dava só aos reis e seus descendentes, aos ricos homens, e a cavaleiros que tinham o privilégio Real por grandes serviços. Tratava-se de uma dádiva. Porém, o uso deste título tornou-se comum e muitos se queixavam de sua usurpação<sup>241</sup>. Provavelmente, o uso deste título honorífico pelos chefes africanos esteja relacionado aos contratos e acordos estabelecidos entre portugueses e Dembos por seus grandes serviços. Ou, talvez, fosse uma prática apropriada pelos africanos na tentativa de se inserir no universo reinol, e nos benefícios daí derivados, mas também na diferenciação social local.

Afinal, por um lado, os africanos se apoderaram de elementos da cultura europeia para criar e reforçar as hierarquias sociais entre si. Por outro, parte do aparato jurídico colonial e do tecido cultural e religioso português em Angola foi baseado em instituições africanas. As sociedades angolanas costeiras que surgiram a partir de interações entre os africanos,

---

<sup>240</sup> OLIVAL, *Honra, mercê e venalidade*, p. 33.

<sup>241</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712–1728, volume 3, p. 283. <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/dom> Consultado em 20 de fevereiro de 2014.

brasileiros e europeus estavam longe de serem sociedades coloniais com uma hierarquia rígida, justamente porque o direito consuetudinário africano foi fundamental para o ordenamento jurídico português de Angola<sup>242</sup>.

Para tirar proveito do papel político proeminente destes governantes africanos, portugueses procuraram estabelecer parcerias com sobas. Assim, estes sobas aliados passaram a realizar vários serviços para a administração portuguesa, incluindo o fornecimento de carregadores para as caravanas que transportam mercadorias para os mercados (feiras) nos sertões, protegendo comerciantes que viajavam nos sertões e fornecendo apoio militar ao governo de Luanda em caso de guerra. Por isso, as alianças entre portugueses e sobas eram particularmente úteis para manter a segurança e o controle social das regiões sob influência portuguesa. Sobas que se recusassem a cumprir os seus deveres ou que não estavam em conformidade com as políticas de Luanda, ficavam sujeitos à punição por parte das autoridades coloniais<sup>243</sup> - mas que autoridades coloniais eram estas?

Era vantajosa a relação estável com os governantes africanos, já que isto representava a possibilidade de fortalecimento do comércio e a garantia de segurança desta possessão. Ainda assim, a administração reinol redesenhou fronteiras territoriais e estabeleceu novas estruturas hierárquicas<sup>244</sup>, como veremos no caso da inserção dos africanos nas tropas militares. De novo, a guerra e as relações políticas com os chefes locais foram usadas como recurso para o desenvolvimento dos interesses políticos e comerciais em Angola. Em um momento em que a Coroa tentava territorializar e controlar negócios, alguns empecilhos foram postos. A própria necessidade de estabelecer acordos com dembos e sobas e as guerras empreendidas a partir destas relações foram algumas delas. A presença de militares negociantes fez com que os interesses pessoais fossem prioridade e a própria atuação dos africanos nas tropas modificou os moldes políticos portugueses oriundos dos poderes centrais do Reino de Portugal. A atividade militar era influenciada pelos poderes locais necessários às práticas comerciais, uma vez que militares também realizavam comércio, sobretudo de escravos.

Sendo assim, acreditamos que a guerra e a negociação eram práticas constantes em Angola neste período. Apenas pelo recurso à violência as relações não se mantinham e, por isso, os sobas vassalos do rei eram fundamentais na *hierarquia sócio-política africana*<sup>245</sup>, mas

---

<sup>242</sup> FERREIRA, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, pp. 9, 13

<sup>243</sup> FERREIRA, *Cross-Cultural Exchange*, pp. 39, 40

<sup>244</sup> FERREIRA, *Cross-Cultural Exchange*, p. 42.

<sup>245</sup> CARVALHO, *Os homens do rei em Angola*, p. 227.

a guerra também era utilizada contra sobas inimigos ou inimigos dos amigos. De qualquer modo, a coexistência misturada de poderes e hierarquias, vindos de Portugal e locais, era condição *sine qua non* para a manutenção do Reino de Angola.

## *Capítulo 3*

### *Organização militar e tropas*

## ***1 - A organização das tropas no Reino***

A organização militar ditada por Lisboa compreendia três segmentos militares: a tropa regular ou de primeira linha, composta por oficiais que recebiam soldo e que tinham a função de defender o território contra inimigos externos em caso de guerra; as tropas auxiliares ou milícias responsáveis por manter a segurança interna do território, sendo consideradas reservas das tropas de primeira linha, quando estas estavam mobilizadas para a guerra; e os corpos de ordenanças, formados pela população local, que se destinavam a manter a segurança local. Os corpos de ordenanças não tinham pagamento regular de soldos<sup>246</sup>.

Apenas em 1641, o primeiro exército permanente de Portugal foi organizado após as cortes gerais, que aprovaram um imposto extraordinário para despesas de guerra e manutenção de um exército de primeira linha. Antes disso, as forças militares se organizavam apenas em função de uma situação particular de defesa ou ataque<sup>247</sup>.

As tropas regulares ou pagas constituíam a única força paga pela Fazenda Real e era o exército “profissional” português. Essa força se organizava em terços e companhias, comandados pelos fidalgos de nomeação real, e se dedicava apenas às atividades militares<sup>248</sup>, às operações de grande guerra, incluindo as manobras nas fronteiras<sup>249</sup>. Mesmo com considerável atraso, os corpos regulares recebiam soldo, fardamento, armamento, farinha, azeite e assistência médico-hospitalar<sup>250</sup>.

As milícias ou corpos de auxiliares, também organizados em terços e companhias, prestavam apoio às tropas regulares e as substituíam, quando estas eram chamadas para fora de seu território. Seu enquadramento era realizado em bases territoriais junto à população civil e, ao contrário do que ocorria com as tropas regulares, os homens que serviam nas auxiliares não estavam submetidos permanentemente à função militar<sup>251</sup>. Para Fernando Dores Costa, a escassez de forças pagas é o pano de fundo social que leva à criação das forças

---

<sup>246</sup> SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed, 1990, p. 97; Cf. FILHO, Jorge da Cunha Pereira. “Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX”. In: Boletim do Projeto: Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira, 1998, ano 03, nº. 12. [http://buratto.org/gens/gn\\_tropas.html](http://buratto.org/gens/gn_tropas.html); COSTA, *Insubmissão*, pp. 30, 31.

<sup>247</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 45.

<sup>248</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. *Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial*. Revista de História Regional 11(2): 109-162, Inverno, 2006, p. 111.

<sup>249</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, p. 46.

<sup>250</sup> COTTA, *Negros e mestiços*, p. 41.

<sup>251</sup> COSTA, *Organização militar*, pp. 111, 112.

auxiliares, e por isso a concessão de privilégios era um artifício utilizado no momento do recrutamento para esta força. A extensão dos privilégios era excessiva e demonstra uma perspectiva de obtenção de efeitos mobilizadores em curto prazo<sup>252</sup>. As tropas auxiliares eram compostas por um capitão comandante, um alferes, um sargento e quatro cabos de esquadra, com algumas diferenças entre os quadros de Infantaria e de Cavalaria. No terço de infantaria, o comandante era o mestre de campo, ao passo que, no terço de cavalaria, este comandante tinha o título de coronel. Um terço de infantaria em Portugal era formado, além do mestre de campo, por um sargento-mor, um ajudante do sargento-mor, contando com oito a 10 companhias. Um terço de cavalaria possuía um coronel, seguido pelo tenente-coronel, sargento-mor, ajudante de sargento-mor, com 6 a 10 companhias<sup>253</sup>. As atividades dos corpos de ordenança estavam mais voltadas à defesa local e seu sistema de recrutamento abrangia toda a população masculina entre 18 e 60 anos não recrutada pelas outras forças. Tais homens estavam sujeitos à convocação automática e permanente para as ordenanças, mesmo não recebendo instrução militar regular. Neste caso, o serviço militar era secundário, pois somente em graves perturbações os homens eram convocados, abandonando suas outras atividades<sup>254</sup>

Tratava-se de forças reunidas localmente cujo líder era o capitão-mor, que determinava a formação e o serviço das companhias. No caso de uma substituição, o sargento-mor estaria apto a ocupar o comando. A partir de 1709, estes postos passaram a ser nomeados pelo Governador e Capitão-General, antes eram escolhidos pela Câmara<sup>255</sup>.

As ordenanças também se organizavam em terços e se subdividiam em companhias com um capitão comandante em cada e um alferes subcomandante. Eram formadas por 10 esquadras com 25 soldados comandadas, cada uma, por um cabo de esquadra. O capitão-mor, o sargento-mor e o capitão eram os postos de mais alta patente, e os postos de alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes eram inferiores<sup>256</sup>. O Terço de Ordenanças correspondia à reunião das companhias de ordenanças em unidades maiores compostas por quatro companhias.

Contudo, a organização militar em todo o império português era muito mais complexa, inclusive em Angola, onde o grosso da força militar era configurado por homens da própria localidade influenciado decisivamente por hierarquias sociais. O exército português em

---

<sup>252</sup> COSTA, *Insubmissão*, pp. 30, 31.

<sup>253</sup> FILHO, *Tropas militares luso-brasileiras*

<sup>254</sup> COSTA, *Organização militar*, pp. 112, 113, 114.

<sup>255</sup> FILHO, *Tropas militares luso-brasileiras*

<sup>256</sup> FILHO, *Tropas militares luso-brasileiras*

Angola também possuía as tropas de primeira e segunda linhas, bem como ordenanças, mas contava ainda com os empacaceiros<sup>257</sup> ou Gente de Guerra Preta fornecidos pelos sobas, sendo que o uso militar do escravo era uma prática comum na África, o que engrossava as fileiras da Guerra Preta<sup>258</sup>.

Contudo, a organização militar possuía, ao mesmo tempo, um papel de defesa e um social, no sentido de auxiliar as populações conforme as leis ou adaptando estas de acordo com o contexto. Um meio para isso é a concessão de mercês e honras que integravam os diversos homens na estrutura política portuguesa. Pesava muito, para a ocupação dos postos, a concessão de mercês e honras, bem como as relações sociais locais que integravam os homens na estrutura político-militar. Desse modo, a organização militar era de grande importância por constituir um elemento de ordem, negociação, disciplina, honras e privilégios que associavam os poderes da Coroa portuguesa com os de suas diversas conquistas.

## ***2 - As tropas militares em Angola***

Em diversas partes do império ultramarino português, a organização das tropas militares pretendida pela Coroa não pôde se realizar, inclusive em Angola. Diversos fatores, como a falta de homens para ocupar os postos do exército, a dificuldade de ser um militar e realizar a guerra em um território estranho, provocaram a inserção de elementos próprios da cultura local, seja na organização das tropas ou na ocupação dos postos. Além da distância, as especificidades da região impediam uma uniformidade nos critérios de ação. Por isso, o sistema administrativo apresentava várias facetas, já que a legislação do Reino não foi fielmente seguida nas possessões ultramarinas, sendo adaptada à realidade local<sup>259</sup>.

Com efeito, houve uma africanização da guerra e da organização militar, pois a “*constituição dos exércitos coloniais fugia a um padrão uniforme e as táticas empregues*

---

<sup>257</sup> De acordo com Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos, o termo empacaceiro deriva de pacaça, um animal e por isso eram assim designados por serem caçadores de pacaça. No entanto, tornaram-se uma milícia indígena dos portugueses por serem conhecedores dos sertões, valentes e bons flecheiros. No decorrer do tempo, tornaram-se uma milícia não só flecheira, mas de mosqueteiros, armados de espingardas, e servindo não só de tropa mas também de auxiliares dos exércitos portugueses. Relaciona-se com a guerra preta. TAVARES; SANTOS, *Africae Monumenta*, p. 400.

<sup>258</sup> COTTA, *Negros e mestiços*, pp. 18, 19.

<sup>259</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 25. Isto era esperado em uma monarquia corporativa, sem moldura institucional uniforme. Cf. HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

*denunciavam, muitas vezes, a adoção da cultura militar local*<sup>260</sup>. Os militares portugueses utilizaram estratégias de guerra africanas nos confrontos no sertão.<sup>261</sup>

Outros fatores que propiciavam essa africanização da guerra e das tropas militares eram o pequeno número de soldados pagos e o grande número de soldados recrutados localmente. Mesmo pagos, os soldados eram mal remunerados e se envolviam em outras atividades para sua subsistência. Ademais, a realidade africana era bem diferente, já que as companhias existentes não eram compostas sequer pelos efetivos desejados por Lisboa e pelos governadores de Angola.<sup>262</sup> Ao reclamar dos vícios dos governantes dos presídios, o Marquês de Pombal forneceu uma dimensão de sua composição, já que os “*negros tintos*” eram parte da tropa e alguns recebiam provimento. Muitos governavam os presídios, tarefa que, segundo Pombal, era para os brancos<sup>263</sup>. Em uma representação de 20 de julho de 1764, do governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para o Secretário dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, falou-se sobre a presença de negros como oficiais sertanejos e que o provimento dos brancos nestes postos só ocorreria quando estes recebessem o mesmo soldo dos oficiais dos presídios. Para o governador, isto provocaria a extinção do provimento de negros como oficiais sertanejos<sup>264</sup>. Portanto, para o referido governador, os brancos seriam os mais aptos a ocuparem os postos, contudo em Angola houve a possibilidade de muitos africanos exercerem postos militares, inevitavelmente.

Carlos Couto afirma que para os cargos da Justiça, da Fazenda e de comando dos presídios, muitas vezes chegou-se a preferir os filhos dos portugueses nascidos em Angola. Estes homens desempenhavam funções/postos de capitães-mores, oficiais do exército, ouvidores-gerais, juízes de fora, vereadores, dentre outros. Para o autor, eram estes homens que, no exército de Angola, constituíam a maior parte das tropas; em segundo lugar estavam os portugueses e, em terceiro, os brasileiros. Os naturais de Angola muitas vezes eram acusados de proteger seus negócios, famílias e amigos, não governando com isenção. Interessante é que os provimentos para os postos geralmente recaíam para as principais famílias da capital, nos sertanejos mais conhecidos e nos oficiais do Regimento mais distintos<sup>265</sup>. Os governadores “*ao longo do tempo, sempre fizeram este recrutamento nos*

---

<sup>260</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*; SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 287.

<sup>261</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 288

<sup>262</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, pp. 288, 289.

<sup>263</sup> AHU, Angola, código 555, fl. 45.

<sup>264</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 20 de julho de 1764, Caixa 48, documento 24.

<sup>265</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, pp. 38, 39.59, 60.

*filhos da terra*” à medida que iam vagando os postos<sup>266</sup>. Além da melhor adaptação ao ambiente angolano, os filhos da terra<sup>267</sup> eram preferidos para os cargos por conhecerem melhor os sertões e os usos e costumes da população. O matrimônio e os laços de compadrio também serviram de estratégia para garantir o acesso ao poder local e às rotas comerciais, ou a um patamar mais alto na hierarquia de poder local<sup>268</sup>. Em 14 de março de 1756, D. Antônio Álvares da Cunha afirmou que, para a infelicidade do Reino de Angola, “(...) não há homens para os empregos que são precisos (...)”, e ainda criticou os “*filhos de Angola*” no exercício dos postos militares pelas suas inabilidades e costumes preguiçosos em que eram criados.<sup>269</sup> Descontados seus preconceitos, constatou que os naturais de Angola predominavam na ocupação dos postos.

O contingente de soldados localmente arregimentados era determinado pela articulação dos tratados de vassalagem<sup>270</sup> e com a participação dos chefes africanos nas guerras. Quem realizava o cálculo para o alistamento dos homens que deveriam pegar em armas eram os capitães-mores dos presídios, que levavam em conta o número de sobados e as populações dependentes de cada presídio. O poder dos sobas ou macotas sobre seus subordinados, as relações de parentesco, as dependências ou lealdades eram fatores cruciais na constituição numérica das tropas, pois, pelos tratados de vassalagem, os sobas eram obrigados a fornecer homens de guerra. O recrutamento também ocorria junto aos moradores dos presídios, brancos, pardos ou pretos, cabendo aos recrutados levarem suas próprias armas<sup>271</sup>. Os sobas constantemente eram obrigados a ir à presença dos capitães-mores, rotina que se traduzia em pedidos de escravos, carregadores e gêneros indispensáveis à subsistência<sup>272</sup>.

---

<sup>266</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 16

<sup>267</sup> Os termos filhos a terra ou naturais da terra se referem aos indivíduos que viviam em terras africanas há muitos anos ou que lá nasceram. PANTOJA, *Laços de afeto*, p. 23-42, 2010, p. 370.

<sup>268</sup> Cf. PANTOJA, *Laços de afeto*. Sobre os modos pelos quais relações pessoais pesavam para o acesso a postos militares, no Brasil. Cf. SOUZA, Adriana Barreto. Duque de Caxias - o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Capítulo 3.

<sup>269</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 14 de março de 1756, Caixa 40, documento 119.

<sup>270</sup> Cf. HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII*.

<sup>271</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, pp. 290- 308

<sup>272</sup> COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 244.

## 2.1 - As tropas militares nos mapas e relações

Na tentativa de disciplinar a força militar em Angola para que os projetos de territorialização fossem empreendidos, uma das necessidades era a de saber o quantitativo das tropas, o que foi feito por meio de Mapas de População e Listas Nominativas de Habitantes (Notícias). Intentava-se conhecer o contingente que poderia servir nas tropas. Nesse sentido, em finais do século XVIII, houve um grande processo de inventariação dos recursos humanos<sup>273</sup>. Por meio destes mapas e relações, é possível conhecermos o quantitativo dos militares em diversas partes em Angola, mesmo que sejam escassos os utilizados no período em foco.

No *Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção Reino de Angola e de suas diferentes Corporações Empregos, Estados, e Condições das Pessoas, e das que aumentarão ou diminuirão em o anno de 1799 e dado a 4 de Janeiro de 1800*<sup>274</sup> é possível ter um indício da dimensão do quantitativo militar presente neste local e momento.

**Quadro 6 – Tropas Pagas de Luanda (1799-1800)**

	Oficiais		Oficiais inferiores	Artificies	Tambores	Soldados	Total
	Efetivos	Agregados					
Regimento de Infantaria	32	0	82	2	23	464	<b>603</b>
Cia. de Artilharia	3	0	8	0	3	85	<b>99</b>
Esquadrão de Cavalaria	6	0	6	2	1	47	<b>62</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>96</b>	<b>4</b>	<b>27</b>	<b>596</b>	

Fonte: IHGB, DA2G4Nº8.1.

**Quadro 7 - Tropas Auxiliares de Luanda (1799-1800)**

	Oficiais		Oficiais inferiores	Artificies	Tambores	Soldados	Total
	Efetivos	Agregados					
Regimento de Milícias	35	4	56	0	7	237	<b>339</b>
Corpo de Ordenança	19	4	10	0	0	0	<b>33</b>
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>8</b>	<b>66</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>237</b>	

Fonte: IHGB, DA2G4Nº8.1.

<sup>273</sup> SANTOS, *Um governo "polido"*, pp. 75, 76. Ver também BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 - 1775)*. São Paulo: Alameda, 2ª edição, 2007; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec, 2000; RIBEIRO, Mônica da Silva. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce": A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro Sul da América portuguesa (1748 - 1763)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, 2010. WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2009. GUEDES, *Exóticas denominações*.

<sup>274</sup> IHGB, DA2G4Nº8.1.

Já no *Mappa das duas companhias de infantaria e artilharia (capitania de Benguella deque he chefe o governador)*<sup>275</sup>, de 1798, o quadro militar pronto para o serviço dividia-se em uma companhia de infantaria e outra de artilharia. Na companhia de infantaria, havia um ajudante de cirurgia, um sargento, um porta-bandeira, quatro cabos, dois tambores e 51 soldados, totalizando 60 homens. Já a companhia de artilharia era composta de um primeiro tenente, um furriel, cinco cabos, dois tambores e 28 soldados, totalizando 37 homens.

Por meio desta documentação, percebemos que o quantitativo da tropa paga em Luanda era pequeno. Em 1790, eram apenas 41 soldados efetivos e o grosso do contingente encontra-se entre os soldados, que, em sua maioria, eram recrutados localmente. Ademais, constituíam a maioria em todos os segmentos das tropas. A maior parte dos homens ocupava o Regimento de Infantaria. Em Benguela não foi diferente. Chama a atenção o fato de não haver capitão nem na companhia de infantaria, nem na de artilharia. Muito provavelmente, a companhia de artilharia estivesse sob o comando do primeiro tenente. Nos dois casos, o grosso da tropa era constituído por soldados, e não sabemos se, no caso de Benguela, tratava-se de tropas pagas ou de auxiliares.

Surpreende-nos o *Mapa do Exercito dirigido a castigar aos rebeldes do sertão de Angola, mandado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, Governador e Capitão General do dito Reino, e de que vai Comandante o Coronel de Infantaria, e Governador da Fortaleza de São Francisco do Penedo Paulo Martins Pinheiro de Lacerda*<sup>276</sup>, de 13 de junho de 1793:

---

<sup>275</sup> IHGB, DL 32. 02\_doc 20. p. 105.

<sup>276</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 13 de junho de 1793, Caixa 79, documento 6.

**Quadro 8 – Mapa do exército de Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda - 1793**

**Mappa do Exercito dirigido a castigar aos rebeldes do sertão de Angola, mandado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, Governador e Capitaõ General do dito Reino, e de que vai Comandante o Coronel de Infantaria, e Governador da Fortaleza de Sao Francisco do Penedo Paulo Martins Pinheiro de Lacerda**

Arraial de Nossa Senhora da Nazareth, e Santo Antonio no Campo do Dande em 13 de junho de 1793	Infantaria da Capital	Cavalaria	Artilharia	Presídios					Total da Infantaria, Cavalaria, e Artilharia	Moradores	Guerra Preta						Total do Exército
				Muxima	Cambambe	Ambaca	Pedras	Massangano			Oficiais	Dembos	Souvas	Quilambas	Empacaceiros	Carregadores	
Coronel Comandante	1								1								
Sargento Mor	1								1	1							
Capitães	3		1						4	4							
Quartel Mestre	1								1								
Ajudante	1								1	2							
Tenentes	5	2	1				1		9	1							
Alferes	3	1		1	1	1		1	8	2							
Capelão	1								1								
Tambor Mor	1		4						1								
Cirurgião e Ajudante	2								3								
Sargentos	4		1	1	1	1	1		9	1							
Furriéis	4		1	1				1	7	1							
Porta Bandeiras	4	1			1		1	1	8								
Cabos de Esquadra	16	2	3	2	2	2	2	2	31								
Tambores e Pífanos	10	1	2	1	1		1	1	17								
Soldados	250	23	41	24	25	44	52	24	483	51							
<b>Soma</b>	<b>307</b>	<b>30</b>	<b>51</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>48</b>	<b>58</b>	<b>30</b>	<b>585</b>	<b>63</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>238</b>	<b>24</b>	<b>2.003</b>	<b>2.525</b>	<b>5.453</b>

Fonte: AHU, Caixa 79, documento 6.

Este mapa é referente a uma expedição destinada a castigar rebeldes do sertão de Angola. É crucial atentar ao fato de que quem o assinou foi o próprio coronel da expedição, Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda, cuja contagem se refere ao Arraial de Nossa Senhora da Nazareth, e Santo Antônio no Campo do Dande. Como a expedição foi comandada por

Lacerda, supomos que este era o exército efetivo na Campanha ao País de Mossulo. Já pela *Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até o princípio do ano de 1791*, de autoria do próprio Lacerda<sup>277</sup>, constatamos que esta campanha foi destinada a lutar contra os “bárbaros Mossuis”, que acabaram com a povoação de negros no Libongo, e também para conquistar as terras de Ambiul, Encoge, Ambuela, Quina, Onde, Massango, Lundo e Zala. Esta ação era justificada pelas perdas com os contrabandos realizados entre os homens destas terras e estrangeiros europeus na venda de alguns cativos, deixando Angola apenas com o refugio.

Se estes números são reais, constatamos que o exército de Paulo de Lacerda era em grande medida apoiado pela Guerra Preta. Os soldados são o grosso das tropas de artilharia, infantaria e cavalaria, mas surpreendente mesmo é o número de homens que compõem a Guerra Preta. A Guerra Preta era composta de 4.805 (88,1%) homens, o que nos mostra o peso dela nas campanhas de conquista e reconquista em Angola. O próprio Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, em 30 de setembro de 1793, ao realizar o Diário do Exército da Conquista do Sertão de África e se queixar da falta da Guerra Preta, afirma “em que por total falta de Guerra Preta, tendo-lhe toda desertado, sendo sem ela impraticável qualquer ação nos sertões de África, nada pode adiantar a Campanha.”<sup>278</sup> Como se vê, a organização militar e as tropas, pelo menos em tempo de guerra, necessariamente sofreram adaptações em Angola. O grosso da “força militar portuguesa” era formado pela guerra preta. Aliás, ela não era vista como algo homogêneo, antes hierarquizada entre lideranças e subalternos. Entre os primeiros, os oficiais, os dembos, os sobas e, entre os segundos, os carregadores e, provavelmente, os empacaceiros. Reconhecia-se, portanto, as autoridades militares africanas. Isto sugere que o comando das expedições guerreiras não ficava apenas a cargo dos que desfrutavam de postos com patentes portuguesas. Em suma, sem a adaptação, sem o uso de técnicas e de alianças com militares africanos era impossível formar tropas e empreender guerra.

O Coronel destaca mais ainda a importância da guerra preta e o respeito a sua forma de combate e acampamento quando afirma que, nas campanhas do sertão da África, é útil seguir o método próprio de acampamento da “gente preta”, ao qual se se sujeita pela esperança que lhe deu nas ações no sertão de Benguela, Quissamã e no Mossulo<sup>279</sup>.

---

<sup>277</sup> *Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até princípio do anno de 1791*. Annaes Marítimos e Coloniaes redigidos sob a direção da Associação Marítima e Colonial, Sexta parte, parte não oficial, 1846, Lisboa na Imprensa Nacional.

<sup>278</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 30 de setembro de 1793, Caixa 79, documento 59.

<sup>279</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 30 de setembro de 1793, Caixa 79, documento 59.

Pelo memorialista Joaquim Antônio de Carvalho e Menezes, também aferimos outras informações sobre a composição das tropas existentes em Luanda. De acordo com o autor, a guarnição de Luanda tinha um regimento de infantaria de linha, um esquadrão de cavalaria e duas companhias de artilharia, um regimento de milícias composto de brancos, pardos e pretos crioulos. Por sua vez, nos presídios, o governo era realizado pelos capitães-mores ou regentes, mas os africanos. Africanos faziam parte das tropas tanto nos presídios como nos distritos:

(...) há igualmente corpos volantes de Pretos nus, envoltos em uma simples tanga, armados de arco, e flecha, ou espingarda, circundando a cabeça com uma tira de qualquer pele, e na frente uma pluma de diversas penas, ou de alguma outra coisa, e se denominam – Empacaceiros – com os quais a Fazenda não dispense um só real.<sup>280</sup>

Em relação à Benguela, Joaquim Antônio de Carvalho e Menezes afirma que a guarnição do Presídio de São Felipe de Benguela era composta por uma companhia de infantaria, uma de artilharia e um corpo de milícia<sup>281</sup>. Além disso, possuía ainda o Regimento dos Henriques, que era um batalhão formado exclusivamente por negros, homens que não faziam parte das tropas regulares e, portanto, não recebiam soldo<sup>282</sup>.

Elias Alexandre da Silva Corrêa também apresenta informações sobre as tropas em Angola, compostas por um regimento de infantaria, uma companhia de artilheiros e uma companhia de cavalaria, que jamais estavam completas. Apesar da entrada de recrutas, a falta de homens nas tropas era crônica, já que o clima era insalubre e reinóis que morriam quando chegavam a Angola. Por isso, Elias Alexandre informou que a tropa era “*um casco negro*”, que, segundo o militar, seriam os nacionais de Angola recrutados na cidade. Eram os mais hábeis e inteligentes para o serviço militar, ao contrário dos homens que viviam nos sertões, rudes e incapazes para o ensino e o serviço. Percebemos, pelo militar, uma distinção entre os nacionais que vivem na Cidade, mais polidos e aptos ao serviço militar, e os estabelecidos nos sertões, considerados mais rudes<sup>283</sup>.

---

<sup>280</sup> MENEZES, *Memoria geográfica*.

<sup>281</sup> MENEZES, *Memoria geográfica*, pp. 9, 10.

<sup>282</sup> CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*, p. 100; Cf. MATTOS, Hebe. “*Guerra Preta*”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico, in: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Na trama das Redes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>283</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 1, pp. 70, 71.

Na *Coleção*, fica em evidência a falta de homens para conservar as tropas militares, falta que é explicada pela morte dos soldados. O Marquês de Pombal, baseado nos relatos do Governador Antônio de Vasconcelos, afirmou:

(...) que dos duzentos e cinquenta homens que foram na sua companhia, já então não existiam mais que cento e dois degradados, e quarenta Ilhéus, de sorte que o Regimento que consiste em seiscentos homens se achava somente com trezentos e trinta: Pedindo recrutas para o completar, e que depois se transportem cinquenta homens cada ano para se conservar aquele Regimento.<sup>284</sup>

O mau estado das tropas retratado pelos governadores de Angola se refletiu no seu contingente. Por exemplo, a tropa de artilharia, que até 1784 possuía duas companhias, foi reduzida a uma, e o esquadrão da cavalaria se reduziu a uma companhia com diminuta lotação<sup>285</sup>.

Ainda conforme Elias Corrêa, cada presídio criou-se uma companhia de tropa regular que perfilhava um capitão, sendo que o mesmo também ocupava o posto de capitão-mor do local. Mas o exército pago era frágil, já que o número de homens recrutados localmente era grande e o soldo recebido era baixo, quando se pagava soldo. O pagamento destes homens era feito com fazendas, facilmente trocadas por escravos em Angola. Dessa forma, muitos desses homens desenvolveram outros tipos de atividade. Nos dizeres do cronista militar:

Os Capitães mores, d'entre a oficialidade militar desta Cidade, não gozavam em outro tempo soldo algum, tolerando-se lhes as ganancias que podiam adquirir pela sua indústria, e comercio; mas refinando-se a ambição pelo abuso desta cognomina tolerância, empregavam a sua autoridade em abono dos próprios interesses atropelando os alheios<sup>286</sup>.

A partir dessa variedade de números e dados sobre as tropas em Angola, podemos concluir que havia, na perspectiva dos administradores, uma deficiência militar e que as necessidades de homens para ocupar os postos militares eram supridas com forças locais. Foi assim que o governo português pode manter o território e sua administração, uma complexidade que ia muito além do que se preconizava em Lisboa, envolvendo a liderança de homens africanos, inclusive dos sertões: dembos, sobas, etc.

---

<sup>284</sup> AHU, códice 555, fl. 56v.

<sup>285</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 1, p. 72.

<sup>286</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 1, p. 25.

## 2.2 - A africanização da guerra

Fica explícito até aqui a participação dos africanos nas tropas militares, mas vejamos como era de fato esta participação nos contingentes militares. Uma definição de Elias Alexandre demonstra um pouco da realidade militar em Angola: “*Os detalhes destes Exércitos, compostos de miscelâneas corporações: de diversas armas: de celebres empregos: precedidos de galantes Exórdios: dirigidos por diferentes costumes aos da Europa (...)*”<sup>287</sup>.

A já mencionada Guerra Preta se formou no final do século XVII, sendo constituída apenas por soldados negros, um tipo de tropa que se caracterizava pela grande mobilidade devido ao conhecimento do território e à vestimenta mais leve que utilizavam<sup>288</sup>. A dependência em relação aos africanos era tamanha que se temiam deserções e consequentes paralisações das operações militares.

Segundo Carlos Couto, a guerra preta era um fenômeno característico da presença portuguesa em Angola e os recrutamentos para esta tropa garantiam a preservação dos poderes instituídos constituindo uma relação entre os capitães-mores e os chefes africanos. Nesse sentido, a Guerra Preta é definida como uma tropa de cor, de segunda linha, comandada por chefes indígenas, que coadjuvou com as forças portuguesas nas lutas de ocupação<sup>289</sup>.

Necessariamente, para o recrutamento da guerra preta havia a participação de sobas avassalados, dembos e macotas. São também integrados as forças portuguesas o tendala, os quilambas e quimbares, agentes africanos da guerra.<sup>290</sup> Logo, em um mesmo exército há a presença de culturas diversas, ou melhor, as forças militares “portuguesas” são formadas por diferentes tipos de aliados. Do mesmo modo que

havia uma coexistência tecnológica pelo uso de armas próprias da cultura africana, como arcos e flechas junto com armas de origem europeias, como as armas de fogo, vigora a coexistência de lideranças e de autoridades. Aliás, a própria documentação portuguesa não deixou de reconhecer, ainda que este não tenha sido seu objetivo, as estruturas africanas de poder, como demonstra a carta patente passada, em 1753, ao capitão-mor do Distrito do Golungo:

---

<sup>287</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, p. 48.

<sup>288</sup> FERREIRA, *Transforming Atlantic*, pp. 171, 173.

<sup>289</sup> Sua origem remonta ao começo da conquista e era motivada pela falta de efetivos militares portugueses. Paulo Dias Novaes tratou logo avassalar os sobas que conquistava e estes “esperavam uma oportunidade para se eximirem à ditadura do Rei de Angola, muitos dos quais, por sinal, já se haviam acolhido à proteção dos jesuítas [e] não tardaram a reconhecer a autoridade portuguesa.” Desta adesão nasceu a guerra preta formada por jagas e de empacaceiros. COUTO, *Os capitães-mores em Angola*, p. 256- 259.

<sup>290</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 291.

Dom Antônio Álvares da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente virem que por ser necessário prover-se o posto de Capitão mor do Distrito do Golungo que vagou por Simão Pereira bravo que o exercia acabar-se lhe o tempo porque foi provido nele pelo meu antecessor o Ex<sup>mo</sup> Conde do Lavradio em pessoa de satisfação e merecimentos que bem o haja de exercitar em pertencer este provimento pela ordem de sua Majestade Fidelíssima do teor seguinte = [fl. 5] Governador Capitão General do Reino de Angola (...)hei por bem de o prover como por esta o faço no dito posto de capitão mor do distrito do Golungo, por tempo de três anos na forma da referida ordem de Sua Majestade Fidelíssima, e o mais enquanto lhe não for sucessor, [ilegível] entanto eu o haver por bem e o dito Senhor não mandar [folha 5v] o contrário com o qual gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções porque em razão de seu posto lhe tocarem, o qual por esta hei por metido de posse dele tomando primeiro o juramento na forma costumada de que se farão assento nas costas desta carta patente. Pelo que mando **a todos os oficiais, moradores, sobas, quilambas, quimbares, e mais pessoas residentes no dito distrito do Golungo**, conheçam ao dito Julião Francisco Gonçalves por capitão dele, e como tal honrem, estimem e o lhe obedeam, cumpram e guardem suas ordens tão pontual e inteiramente como quem e são obrigados; (...) Dada nesta cidade de São Paulo de Assunção aos oito dias do mês de outubro. João de Deus dos Santos a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1753 Secretario de Estado João Jose de Lima a fez escrever = Dom Antônio Álvares da Cunha<sup>291</sup>.

Nota-se nesta carta que, para o provimento do cargo de capitão-mor do Distrito do Golungo, o governador, D. Antônio Álvares da Cunha, ordena que oficiais, moradores, sobas, quilambas, quimbares e mais pessoas residentes no distrito obedecessem ao capitão-mor. Reconheceu, portanto, a participação e integração dos homens que ocupam estes postos na estrutura militar “portuguesa”, com a pretensão, evidentemente, de se submeterem ao capitão-mor, ou de tomar ciência de sua autoridade.

A descrição de Elias Alexandre Corrêa sobre a formação de um exército no momento da guerra destaca ainda mais a importância dos africanos. Após os capitães-mores dos presídios realizarem o alistamento daqueles que devem compor as tropas de acordo com o número dos sobados e suas respectivas populações, é possível saber o número de indivíduos que cada soba devia dispor.

Faziam parte dos exércitos os *jagas* que, segundo Elias Alexandre, eram governadores de gente belicosa, ambulante, de uma variedade de nações. Os Jagas se dividiam em duas

---

<sup>291</sup> PADAB - IHGB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2.

companhias comandadas por Macotas subordinados a um *Golambole*<sup>292</sup>. É interessante a aliança entre estes guerreiros e súditos portugueses:

Juram administrar a justiça: defender o seu povo: não desamparar os brancos: não lhes ser traidor; e morrer com eles, quando o sucesso da guerra seja infausto; apesar de serem desamparados pela mesma sua Tropa. Estes animosos guerreiros tem mais de uma vez dado exemplos de sua constância e da fidelidade ao seu sagrado juramento.<sup>293</sup>

Os quilambas ou, no dizer de Elias Corrêa, os *cabos*, também eram tidos como fiéis companheiros dos brancos. Cada quilamba regia uma esquadra e obedecia ao capitão-mor, enquanto os quimbares eram senhores de porções de terra e viviam subordinados aos sobas. Apesar de a designação quimbares significar homens livres, eles podiam ser cativos, forros ou agregados de homens brancos<sup>294</sup>. Cada companhia contava ainda com seu macota (ou capitão)<sup>295</sup>, que, apesar de tributários aos sobas, viviam nos sobados com regência própria. Regiam sua esquadra mesmo se subordinados ao capitão-mor dos presídios e/ou distritos<sup>296</sup>. Além do macota, e todo o corpo, havia um cabo, que governa o corpo. Mais ainda, os negros vestidos dos presídios compunham a guerra preta. Por fim, o contingente do exército aumentava com o número de carregadores. Todavia, devido à falta de gente para formar o exército, gerava grande demora para sua composição<sup>297</sup>. O interessante é que o cronista militar, que era ácido e sarcástico em relação aos ocupantes de postos militares em Angola, não deixou de afirmar a fidelidade política dos jagas e dos macotas. Especialmente, estes últimos, criados entre os brancos e seus “fiéis companheiros”.<sup>298</sup>

Em marcha, a tropa exibia uma hierarquia a ser respeitada em sua organização. O regimento do jaga era responsável por fazer a vanguarda do exército, seguindo-no, em ordem de fileira, os quilambas com suas esquadras e o regimento dos soldados da guerra preta, com o seu capitão-mor. Logo atrás estava a artilharia; na retaguarda, os quilambas. A cavalaria marchava pelos lados ou onde o comandante ordenasse<sup>299</sup>.

---

<sup>292</sup> Título do comandante de um exército Jaga. PARREIRA, *Dicionário glossográfico e toponímico*, p. 49.

<sup>293</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, p. 50.

<sup>294</sup> O significado do que era forro, cativo, ou mesmo livre, podia variar e não equivaler aos mesmos sentidos da América portuguesa.

<sup>295</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, pp. 49, 50, 51.

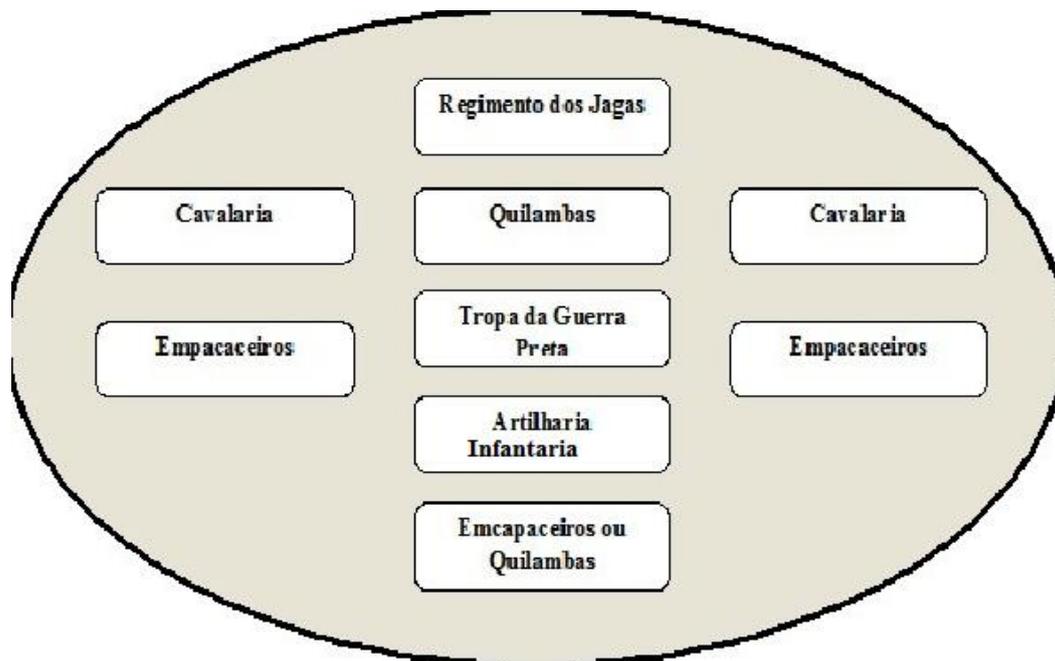
<sup>296</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, p. 50. Percebemos então por meio da descrição de Elias Corrêa que talvez estes negros recebessem também o pagamento por meio de fazendas.

<sup>297</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, p. 51.

<sup>298</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, p. 50.

<sup>299</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, p. 51.

**Figura 3 –Exército em marcha, por Elias Alexandre da Silva Corrêa**



No momento da batalha, na vanguarda os jagas e quilambas, seguidos, pela tropa da guerra preta em linha. Na retaguarda da tropa da guerra preta ficavam os soldados da artilharia e da infantaria. Logo atrás formava-se a reserva de quilambas, mulheres, crianças e pessoas doentes. Como já exposto, os quilambas e os empacaceiros também protegiam os lados das tropas, auxiliados por uma cavalaria. Na vanguarda da infantaria e em seus lados se colocavam batedores, chamados de companhias ligeiras, que observavam e descobriam ciladas. Existiam ainda os ajudantes que distribuía munições, provavelmente eram os carregadores<sup>300</sup>. Esta é uma descrição feita pelo cronista militar, e tentamos aqui reproduzi-la, no entanto, sabemos que a organização dos exércitos, a composição das tropas, a formação da guerra preta é mais complexa do que isso e, nesse sentido, merece ser melhor estudada. Mas neste momento pontuamos somente a participação dos africanos segundo o olhar de Elias Alexandre da Silva Côrrea.

Muitos dos soldados que compunham a Guerra Preta, provavelmente eram escravos fornecidos pelos sobas. O serviço militar para os escravos tornou-se um instrumento de barganha, já que muitos deles conseguiram a liberdade por meio de recompensas de suas

<sup>300</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, pp. 55, 56.

atividades bélicas<sup>301</sup>. Uma nova arte da guerra, que combinava braços europeus, brasileiros e africanos, foi empreendida em Angola a partir do momento em que armamentos e táticas de organização local precisavam ser levadas a sério. Isso provocou uma simbiose de sistemas militares<sup>302</sup>. Igualmente, no ato do combate, em si, movimentos, tiros, formas de combate de mesclavam, era um modo original de luta. De acordo com o militar:

A multidão corre, para, divide-se, investe, reúne-se e retrocede conforme as ideias da manobra; e fins do seu desígnio. Este, quase sempre é compreender o Corpo q. atacam no semicírculo, ou corda de uma meia Lua: Com tudo: dispersos por uma e outra parte, cada hum sem regra de uniformidade, salta já hum, já a outro Lado, volta em roda, abaixa-se, levanta hum braço, curva uma perna, fazendo mil visagens, e no meio destes equilíbrios, dispara a sua arma: atira a sua seta; e descarrega os seus golpes sem dar tempo a que por causa de imobilidade, seja o alvo de algum tiro.<sup>303</sup>

As tropas de cavalaria utilizadas pelas forças portuguesas lutaram ao lado das forças africanas<sup>304</sup>, estratégia que foi crucial e incentivou o transporte de cavalos em navios saídos do Brasil. Para Roquinaldo Ferreira, historiadores minimizaram o impacto da cavalaria em Angola e, ao investigar a relação entre a oferta de cavalos e o comércio de escravos, reavaliou o papel desempenhado pela cavalaria na guerra de Angola. Por exemplo, os navios saídos do Brasil deveriam trazer uma cota de cavalos, no que conseguiam privilégios e títulos<sup>305</sup>. A própria atuação no tráfico de cativos, portanto, era atrelada ao transporte de cavalos. Elias Alexandre Corrêa confirma tal aspecto sublinhando que cada navio era obrigado a conduzir um cavalo para Angola<sup>306</sup>. Igualmente, na carta patente a seguir podemos perceber a obrigação de trazer cavalos do Brasil e a importância de tal suprimento para a ascensão na carreira militar. Transportar cavalos para Angola serviu como um argumento positivo para Antônio Carneiro de Magalhães receber a patente de sargento-mor do Presídio de Benguela:

Dom Antônio Alvarez da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente virem que por ser necessário prover-se o posto de Sargento Mor do Presídio de Benguela que vagou por falecimento de

---

<sup>301</sup> COTTA, *Negros e mestiços*, pp.20, 21.

<sup>302</sup> THORNTON, John K. *The Art of War in Angola, 1575-1680*. Comparative Studies in Society and History, Vol. 30, No. 2, (Apr., 1988), p. 361.

<sup>303</sup> *Ibid*, pp. 56, 57

<sup>304</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 292, 293.

<sup>305</sup> FERREIRA, *O Brasil e a Arte da Guerra em Angola*, p. 184, 185.

<sup>306</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v 1, p. 73.

João de Figueiredo sem [ilegível] que o exercia em pessoa de satisfação e merecimento (...) E tendo respeito [ilegível] concorrem nas referidas partes na de Antônio Carneiro de Magalhães, natural da Vila de Meão do Conselho de Santa [ilegível], Bispo do Porto, filho Legítimo de Baltazar Carneiro e de Tereza de Magalhães e haver servido a sua Majestade em varias ocasiões em trazer dos Portos do Brasil em Navios de que foi Mestre e avançador, e senhorio, muitos cavalos para as companhias deles desta Cidade, e no ano de 1754, vindo por passageiro em navio do Mestre Manoel Pereira, trazer voluntariamente dois, e no ano de 1756, mandar vir em seu Navio, quatro, postos todos nesta Cidade a sua custa, com dispêndio grande recebendo da Real Fazenda só cem mil réis por cada hum na forma que se pratica (...) Dada e passada nesta Cidade de São Paulo de Assunção, aos vinte dias do mês de março, Manoel Henriques a fez Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e oito, o Secretário de Estado [ilegível] João José de Lima a fez escrever D. Antônio Álvares da Cunha<sup>307</sup>.

A carta patente indica que, se as expedições não foram organizadas com o objetivo de trazer cavalos do Brasil, ao menos havia a preocupação em embarcá-los. Considerando que era problemático o transporte de cavalos em navios que traficavam escravos, a cavalaria parece ter sido muito importante, pois compensava a falta de forças suficientes para proteger a cidade, principalmente de ataques estrangeiros. Apesar das dificuldades, a cavalaria foi amplamente utilizada em Angola para defesa territorial<sup>308</sup>. Todavia, nenhum natural de Angola ocupou posto militar em função do transporte de cavalos, o que significa que este meio de ascensão militar era-lhes interdito. Além disso, o caso indica como fatores sociais, e não exclusivamente militares, influenciavam na ocupação dos postos.

Outro contingente militar que se fez presente (ou ausente) nos campos de batalha africanos em Angola foram os degredados. Já eram vistos como pretensos soldados quando estavam sendo levados para Angola e sua utilização influenciou na capacidade militar, já que tendiam a desertar durante as campanhas e não passavam por treino militar. Não raro, muitos dos desertores se tornaram pequenos traficantes<sup>309</sup>. Para Joaquim Antônio de Carvalho e Menezes, a falta de disciplina militar se deve ao fato de a maior parte da oficialidade militar ser constituída por degredados incapazes de disciplinar as tropas<sup>310</sup>.

Elias Alexandre da Silva Corrêa alude à falta de profissionalização dos efetivos militares, tecendo feroz crítica – que acaba por confirmar – à mobilidade social que os

---

<sup>307</sup> PADAB - IHGB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2, fl. 55v.

<sup>308</sup> FERREIRA, *Transforming Atlantic Slaving*, pp. 208, 209.

<sup>309</sup> FERREIRA, *Transforming Atlantic Slaving*, p. 145.

<sup>310</sup> MENEZES, *Memoria geografica*

degradados alcançam por meio do serviço militar. Nisso, aliás, não seriam diferentes dos demais europeus.

Pensava que a heroicidade de Voluntario: este só o nome: faria hum mérito distinto entre a classe dos degradados: foi engano: os crimes destes estão punidos com a graduação q se dá por premio aos beneméritos; e assim por distinção de Patente; e acidente de fortuna, subi a ombrear com a escória da plebe desterrada, &c com ofuscadas camaradas.<sup>311</sup>

Tudo isso era visto pelo autor da *História de Angola* como algo desestabilizador da presença militar portuguesa, o que pode ter justificado algumas orientações da Coroa portuguesa para levar para Angola “gentes de melhores costumes”, uma vez que a população não poderia ser constituída somente por degradados<sup>312</sup>. Do mesmo modo, sobre a incorporação dos africanos nas tropas, Elias Corrêa se queixava de o brilhantismo de suas ações ser ofuscado pela população local: “(...) as boas ações praticadas n`África Angolense, perdem o brilhantismo entre os negros competidores”<sup>313</sup>. Na verdade, sua denúncia revela a apropriação dos cargos militares pelos africanos, como demonstraremos adiante.

É importante destacar que há uma grande diferença nas formas de organizar o território entre os africanos e a orientação da Coroa portuguesa. Sociedades tradicionais africanas se relacionam com o território para assegurar a sobrevivência e a reprodução, enquanto os portugueses dividiam as terras em função da organização administrativa, mercantil, fundiária e residencial. Nesse sentido, políticas de territorialização de conservação ou alargamento do território tinham que considerar as formas tradicionais de organização territorial dos africanos<sup>314</sup>. De acordo com Elias Alexandre, os maiores objetivos das guerras empreendidas em Angola eram o aumento da conquista ou o castigo a algum potentado rebelde.<sup>315</sup> As fortalezas eram utilizadas para apoiar os exércitos que estavam em movimento e, ao mesmo tempo, proteger áreas vitais. Havia também espaços africanos que serviam de proteção a eles, a exemplo dos sítios chamados de *quipacas*<sup>316</sup>. Fortalezas e *quipacas* marcariam, portanto, a territorialização em sua forma mais eficaz, já que para se pensar a guerra é preciso pensar no território. Assim, a:

---

<sup>311</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 1, p. 15.

<sup>312</sup> AHU, Angola, códice 555, fl. 56v.

<sup>313</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 1, p. 15.

<sup>314</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 301.

<sup>315</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v.1, pp. 55-61.

<sup>316</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v.1, pp. 296, 297.

(...) guerra colonial iria, portanto, organizar-se com o objetivo da conservação ou alargamento do território politicamente dominado pelo poder de Luanda, sem, para isso, deixar de ter em conta os processos de organização territorial das sociedades africanas (...)<sup>317</sup>

Consequentemente, elementos do direito e das estruturas políticas africanas precisavam ser incorporadas pelas instituições portuguesas, o que significa que a participação política de chefes africanos não era desprezada em eventuais pedidos de informações de homens candidatos a alguns cargos, ou seja, na hierarquia colonial havia a necessidade de incorporação de cargos e funções da estrutura política africana. Além disso, alguns cargos, tipicamente da estrutura política africana, eram incorporados à administração portuguesa, como é o caso do *Tendala* e do *Dembo*<sup>318</sup>. Os homens que ocupavam estes cargos recebiam cartas patentes nos mesmos moldes da formalidade portuguesa:

Dom Antônio Álvares da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente de confirmação virem que tendo respeito ao que por parte de Dom Sebastião Manoel Silvestre, natural das terras de Gombe Amuquiama, filho Dom Sebastião Manoel Silvestre e de Dona Lucrecia de Antônio, se me representou sobre **estar provido por Dembo e Senhorio** da [ilegível] terras de Gombe e Amuquiama por todos os macotas, sobas e quimbares do dito Senhorio por uns e outros deporem a Dom Francisco Manoel Silvestre que se achava no dito Estado por Conselho de meu antecessor o Ex<sup>mo</sup> Conde do Lavradio a quem fizeram certo a justas causas de seu mau procedimento que tiveram para com ele a fim procederem; **e para haver de lograr do dito senhorio com quietação me pedia lhe fizesse mercê de confirmar nele.** E tendo respeito ao referido e ao mais que se me representou e ser o dito Dom Sebastião Manoel Silvestre apto o suficiente para o exercitar e esperar dele o que em tudo o de que for encarregado do Real serviço se haverá com bom procedimento, correspondendo em tudo a fidelidade de bom vassalo, e mais conforme a confiança que faço de sua pessoa **hey por bem de confirmar e prover ao dito Dom Sebastião Manoel Silvestre como por esta o faço em nome de Sua Majestade no dito cargo de Dembo** e senhorio das terras de Gombe Amuquiama para que o seja enquanto eu o houver por bem e o dito senhor não mandar o contrário, e com ele gozará de todas as honras, privilégios, liberdade, isenções e franquezas os que em razão do dito cargo lhe tocarem assim e da maneira o lograram seus antecessores. **Pelo que mando a todos os macotas, sobas, quimbares, e mais pessoas sujeitas ao dito Estado e senhorio das ditas terras conheçam ao dito Dom Sebastião**

<sup>317</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v.1, p. 301.

<sup>318</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v.1, p. 406.

**Manoel Silvestre por Dembo e Senhorio delas e como tal honrem, estimem e respeitem, e o obedecam, com condição que o dito Dembo Dom Sebastião Manoel Silvestre estará sempre obrigado para todas as coisas que forem de serviço de Sua Majestade de que for encarregado por mim e meus sucessores.** E por firmeza de tudo lhe mandei dar e passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas ao qual será registrada nos livros da Secretaria deste Reino e mais partes tocar. Dada nesta cidade de São Paulo de Assunção aos 30 dias do mês de julho. João de Deus dos Santos a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1754. Secretario de Estado João Jose de Lima a fez escrever = Dom Antônio Álvares da Cunha.<sup>319</sup> (grifos meus)

Nesta carta fica clara a incorporação de cargos africanos na estrutura militar portuguesa, tal como é possível afirmar que as ideias de ascensão e inserção no império português por meio dos postos militares não eram exclusivas dos habitantes do Reino ou da América portuguesa. Como dito, o posto de dembo se confirmou pela relação.

Assim, não deixa de ser curioso que não encontramos nenhum indício de batalha com tropas europeias no século XVIII, diferente do que ocorrera em períodos anteriores. Durante o século XVII, os governadores tiveram destaque nas campanhas militares que tinham como objetivo o controle territorial, a exemplo das batalhas entre portugueses e holandeses ao longo da costa angolana. Os governadores aproveitando-se dessas campanhas também lutaram contra chefias africanas e, como resultado, a guerra tornou-se onipresente em Angola<sup>320</sup>.

Quem seriam, então, os capitães-mores, os alferes, dentre outros, cujos postos também resultavam de relações sociais, e não necessariamente de aptidões militares? A análise das nomeações pode contribuir melhor para visualizar essa apropriação dos postos militares; de códigos de poder e de hierarquia social, enfim.

---

<sup>319</sup> PADAB - IHGB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2 , fl. 8.

<sup>320</sup> FERREIRA, *Transforming Atlantic Slaving*, p. 18. Em socorro aos portugueses na luta contra os holandeses em Angola, o Conselho Ultramarino ordenou o envio de duas expedições, uma organizada no Rio de Janeiro e outra na Bahia. Estas expedições foram comandadas por Salvador Corrêa de Sá, e ao que parece sem o apoio de africanos, pois muitos estavam aliados aos holandeses. Brasileiros seriam os grandes interessados em retomar esta conquista pelos grandes lucros que obtinham com o tráfico de cativos. BOXER, *Salvador de Sá e a luta*, p. 207. Cf. ALENCASTRO, *O trato dos viventes*, pp. 222, 223.

### ***2.3 - O quantitativo das tropas nas cartas patente***

Analisar a nomeação para cargos militares no Reino de Angola no contexto da territorialização e da militarização a partir do período “pombalino” – aqui não considerado em bloco – leva a atentar aos diferentes governos angolanos durante o período em foco. Por isso, algumas ressalvas de método e de disponibilidade de fontes são importantes. Nesta parte do estudo utilizaremos os registros de cartas patentes para o período de 1753 a 1772, com lacunas para os anos 1762 a 1771. Não obstante tais lacunas temporais, as fontes disponíveis cobrem os períodos/governos de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758), Antônio de Vasconcelos (1758-1764) e D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772). Para este último, as fontes só contemplam o último ano de seu governo, sendo aqui analisadas como um exercício metodológico e de forma complementar.

Uma carta patente apresenta uma estrutura invariável, ou seja, trata-se de uma documentação serial, que apresenta informações básicas, a saber: data, nome do governador que concede a patente, nome do agraciado, sua naturalidade e filiação, as qualidades do agraciado ou os serviços por ele prestados, os destinatários da carta, a especificação do posto, da toponímia geográfica ou política, a data e o local da emissão, os argumentos em favor da concessão da patente, se se trata de cargo remunerado, a fonte pagadora, a assinatura do governador, a instituição na qual a carta será registrada e o documento que fundamenta a prerrogativa do governador (regimento) em conceder a patente. Evidentemente, a frequência de tais informações pode variar de um registro para outro.

Para respaldar a análise da organização das tropas militares em Angola e a presença de forças locais, não só em relação à naturalidade, mas na apropriação e na forma de realizar a guerra, observar como os cargos aparecem nas cartas patentes é de suma importância. Doravante, no caso dos registros das cartas patentes, dividimos o período em três blocos, conforme os governadores aludidos.

**Quadro 9 – Nomeações por governos (1753-1772)**

Nomeador	Ano	Quantidade de cartas patentes	Média de nomeações por ano de governo
D. José I*	1753-1764	54	4,5
D. Antônio Álvares da Cunha	1753-1758	70	11,7
Antônio de Vasconcelos	1758-1764	214	30,6
D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho**	1772	47	47,0
<b>TOTAL</b>	1753-1764/1772	385	29,6

\* Para os demais quadros, as nomeações reais serão distribuídas entre os governadores. Deixamos-as neste quadro para explicitar nossa amostragem.

\*\* O governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho começa no ano de 1764 e se estende até 1772, mas só dispomos de dados para o último ano de seu governo.

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

Pelo quadro 9, nota-se a recorrência de registro de cartas patentes no período pombalino, representativas dos cargos militares em Angola, as quais somam 385 cartas patentes, incluindo as concedidas pelo Rei, entre 1753 e 1764. Para o ano de 1772 não dispomos de nenhuma carta patente régia. Por meio da média realizada entre os anos de cada governo e a quantidade de nomeações, afere-se que, nas cartas concedidas pelos governadores, a média de nomeações aumentou, no decorrer do tempo, de um governo para o outro governo, apesar de, para o governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, só desfrutarmos de um códice que se refere ao último ano de seu mandato. Assim, é expressivo o aumento de nomeações do governo de D. Antônio Álvares da Cunha para o de Antônio de Vasconcelos, que se multiplicam quase por três. Por que este aumento?

Elias Corrêa nos dá algumas informações a respeito do governo de Antônio de Vasconcelos, que talvez expliquem em função estreita relação entre o comércio e a guerra. De acordo com ele, os negociantes de Angola não só desejam, mas solicitam com ousadia, a declaração de guerra. Isto porque a guerra “*carrega de cativos os vencedores*”<sup>321</sup>. Outro fator que pode ter determinado o aumento do número de militares foram as campanhas que objetivavam a conquista de terras de chefes locais não avassalados e, por conseguinte, o impedimento do comércio de estrangeiros nestes locais. Exemplo disso são as disposições de Antônio de Vasconcelos para o empreendimento do presídio de Encoge. Nas palavras de Elias Alexandre da Silva Corrêa, o estabelecimento de um presídio ao Norte de Angola espalharia os gêneros próprios da nação e inibiria a passagem de estranhos. Este local era o domicílio dos Dembos Ambufla e Ambuela, vassallos do Rei do Congo. Assim, se enviou quase toda a

<sup>321</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 15.

infantaria e cavalaria da capital, além de um exército de gente preta, composto de habitantes armados dos presídios e jurisdições vizinhas. Estes conflitos e a relação entre a guerra e o comércio podem explicar o número crescente de nomeações no governo de Antônio de Vasconcelos<sup>322</sup>.

Outro aspecto, que pode ter influenciado no aumento das nomeações, na segunda metade do século XVIII, foi a tentativa de imposição de organização das tropas pelas novas diretrizes militares imprimidas pelo Conde Lippe ao exército português. Conde Lippe foi contratado pelo marquês de Pombal, em 1762, com a missão de modernizar o exército português, considerados, na época, um dos menos eficazes da Europa. Essas novas diretrizes estavam em consonância com as demais orientações político-administrativas do governo de D. José de disciplina e polimento social<sup>323</sup>. A crescente militarização da população masculina se insere nesta nova perspectiva.

Podemos relacionar isto com o grande número de recrutamentos realizados em Angola, no entanto, ainda que se visasse a disciplina no corpo militar e a necessidade de homens aptos para o serviço, os naturais da terra estavam maciçamente nas tropas angolanas. Não existiam homens suficientes que correspondessem às necessidades de disciplina militar, sobretudo homens brancos e europeus. A regularização das tropas militares era um objetivo definido pela Coroa, mas os limites de seus recursos militares e financeiros impunham óbices a estes planos, bem como a falta de braços portugueses para constituírem o exército das colônias.<sup>324</sup> Era inevitável que esta militarização precisasse contar com os braços locais, além de a realidade local influenciar nas políticas da Coroa.

Regras e usos locais eram aceitas pela Coroa fundamentando o seu próprio exercício de poder, o que justifica até mesmo as várias fórmulas existentes para o poder administrativo<sup>325</sup>. Portanto, podemos mais uma vez afirmar que era decisiva a presença dos africanos nas tropas militares para a realização de projetos políticos e comerciais propostos para Angola na segunda metade do século XVIII.

Mas vigoravam diferenças conforme o tipo de tropa, se tropas de linha, auxiliar, ordenança ou outra.

---

<sup>322</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, pp. 17, 18.

<sup>323</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, p. 134.

<sup>324</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, pp. 142-144.

<sup>325</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, pp. 52, 53.

**Quadro 10 – Tipos de nomeações em relação aos governadores**

Nomeadores	Linha		Auxiliar/outsos		Ordenança		Cargos Locais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
A	28	33,7	41	49,4	9	10,8	5	6,0	83	100,0
B	42	16,5	151	59,4	28	11,0	33	13,0	254	100,0
C	21	43,8	17	35,4	5	10,4	5	10,4	48	100,0
<b>Total</b>	91	23,6	209	54,3	42	11,0	43	11,2	385	100,0

A = Nomeações realizadas no período de D. Antônio Álvares da Cunha.

B = Nomeações realizadas no período de Antônio de Vasconcelos.

C = Nomeações realizadas no período de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

Ao separarmos os tipos de nomeações em relação aos governadores que nomearam, observa-se que, em relação às tropas pagas ou de linha, o período mais expressivo, proporcionalmente, foi o de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Em relação às tropas auxiliares e demais cargos diferentes das tropas de linha, ordenança ou cargos locais, Antônio de Vasconcelos priorizou este tipo de posto, 59,4%. Assim, se 54,3% de nomeações, somadas as de Vasconcelos às realizadas nos outros governos, contribuíram para que as tropas auxiliares constituíssem o principal setor nas tropas angolanas, em grande parte isto se deve ao governador mencionado. No total, das 385 cartas patentes, 209 eram de auxiliares. Ou seja, grande parte dos militares que compunham as tropas angolanas não estava permanentemente submetida à função militar, característica esta das tropas pagas.

Em relação às ordenanças, podemos afirmar que eram minoria nas tropas. Nenhum dos nomeadores aludidos privilegiou as ordenanças em relação às outras forças e houve pouca diferença na proporção (ao redor de 10%) de nomeações entre os governos, mas é interessante que Antônio de Vasconcelos realizou mais nomeações para as forças locais do que para as ordenanças, o que contribuiu para que, do total de patentes concedidas em todos os governos, os postos locais ultrapassassem os das ordenanças. Ainda sobre os cargos locais, todos os governadores concederam pelo menos uma carta patente deste tipo, a exemplo da patente de Capitão Tendala-Mor dada a Nicolau de Nazareth por D. José I, em 12 de junho de 1760<sup>326</sup>, no tempo do governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Todavia, em termos absolutos, no período de Vasconcelos concedeu-se 33 das 43 patentes locais em todo o período, mas o que se deve ao simples fato de nossa amostragem ser maior, para todos os tipos de cargo, durante o seu governo.

<sup>326</sup> PADAB, IHGB - DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3, fl. 118 verso.

Vejamos então a que cargos nos referimos quando tratamos destas tropas e o quantitativo de cada um deles no período abordado:

**Quadro 11 – Nomeações dos governadores para a Tropa de Primeira Linha**

<i>Cargos das tropas de Primeira Linha</i>	<b>A</b>		<b>B</b>		<b>C</b>		<b>Total</b>	
	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Alferes					7	33,3	<b>7</b>	7,7
Ajudante	1	3,6					<b>1</b>	1,1
Ajudante das Fortificações	3	10,7	1	2,4			<b>4</b>	4,4
Ajudante das Obras	2	7,1	4	9,5			<b>6</b>	6,6
Ajudante das ordens	2	7,1	1	2,4			<b>3</b>	3,3
Ajudante do Capitão-Mor			3	7,1	1	4,8	<b>4</b>	4,4
Ajudante do Número	2	7,1	4	9,5			<b>6</b>	6,6
Ajudante do Regimento					1	4,8	<b>1</b>	1,1
Ajudante do Sargento-Mor	1	3,6					<b>1</b>	1,1
Ajudante Supra			2	4,8			<b>2</b>	2,2
Capelão	1	3,6					<b>1</b>	1,1
Capelão-Mor			1	2,4			<b>1</b>	1,1
Capitão da Artilharia	4	14,3	7	16,7	1	4,8	<b>12</b>	13,2
Capitão da Companhia de Granadeiros	1	3,6					<b>1</b>	1,1
Capitão da Guarda do Governador			1	2,4			<b>1</b>	1,1
Capitão de Infantaria	3	10,7	3	7,1			<b>6</b>	6,6
Capitão da Nova Companhia de Cavalos	1	3,6					<b>1</b>	1,1
Capitão de Companhia			1	2,4			<b>1</b>	1,1
Capitão-Mor	5	17,9	9	21,4	1	4,8	<b>15</b>	16,5
Comandante de Fortaleza					2	9,5	<b>2</b>	2,2
Coronel do Regimento			1	2,4			<b>1</b>	1,1
Governador e Capitão-General	1	3,6			1	4,8	<b>2</b>	2,2
Mestre de Campo	1	3,6					<b>1</b>	1,1
Sargento-Mor de Infantaria			1	2,4			<b>1</b>	1,1
Tenente Coronel			1	2,4			<b>1</b>	1,1
Tenente de Companhia					5	23,8	<b>5</b>	5,5
Tenente da Fortaleza			2	4,8			<b>2</b>	2,2
Tenente de Regimento					2	9,5	<b>2</b>	2,2
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>30,8</b>	<b>42</b>	<b>46,2</b>	<b>21</b>	<b>23,1</b>	<b>91</b>	<b>100</b>

A - Nomeações realizadas no período de D. Antônio Álvares da Cunha

B - Nomeações realizadas no período de Antônio de Vasconcelos

C - Nomeações realizadas no período de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

Obs: O cálculo percentual foi feito da seguinte forma: nas colunas relacionadas aos governos, o percentual foi baseado no total de nomeações em cada governo. Por exemplo, no governo de D. Antônio Álvares da Cunha, 3,6% das 28 nomeações foram para a tropa de primeira linha. Já os percentuais totais foram baseados no total de patentes concedidas para este segmento da tropa, 91 patentes.

Das patentes que provavelmente se destinavam às tropas de linha, há um quadro diversificado de cargos nomeados. Mais uma vez dividimos as patentes de acordo com o período dos três governos aludidos, na tentativa de localizar alguma tendência das nomeações. Foi no período de Antônio de Vasconcelos que mais houve concessão de patentes para os postos das Tropas de Linha e, neste mesmo período, em 21,4% dos casos, o cargo privilegiado foi o de Capitão-Mor. Mas no tempo de D. Antônio Álvares da Cunha, o cargo de capitão-mor também foi privilegiado. O posto de capitão de artilharia esteve em segundo lugar dos mais nomeados no período de Antônio de Vasconcelos. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho privilegiou mais o de Alferes em suas nomeações, mas também dedicou atenção ao de Tenente de Companhia, com 23,8% de nomeações. Do total de nomeações, dois cargos sobressaem, o de capitão-mor, com 16,5% do total, e o de capitão de artilharia, 13,2% (quadro 11).

**Quadro 12 - Nomeações dos governadores para as Tropas Auxiliares/Outros**

<i>Cargos Auxiliares/outros</i>	<b>A</b>		<b>B</b>		<b>C</b>		<b>TOTAL</b>	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Ajudante do Capitão-Mor			3	2,0			3	1,4
Ajudante do Número	3	7,3	10	6,6			13	6,2
Ajudante dos Homens Forasteiros			1	0,7			1	0,5
Ajudante dos Moradores	1	2,4	1	0,7	1	5,9	3	1,4
Ajudante Supra do Capitão-Mor	1	2,4	5	3,3			6	2,9
Ajudante Supra do Tenente General			1	0,7			1	0,5
Ajudante Supra dos Auxiliares			1	0,7			1	0,5
Alferes					3	17,6	3	1,4
Cabo	2	4,9	5	3,3			7	3,3
Capitão da Artilharia			7	4,6			7	3,3
Capitão da Companhia dos Moradores	1	2,4	1	0,7			2	1,0
Capitão da Curveta	1	2,4	3	2,0			4	1,9
Capitão da Fortaleza/Forte	7	17,1	20	13,2	3	17,6	30	14,4
Capitão da Galera	3	7,3	1	0,7			4	1,9
Capitão da Guarda do Governador	1	2,4					1	0,5
Capitão da Infantaria			20	13,2			20	9,6
Capitão das Marcas	1	2,4	5	3,3	1	5,9	7	3,3
Capitão de Mar e Guerra			3	2,0			3	1,4
Capitão de Companhia			4	2,6			4	1,9
Capitão dos Auxiliares	1	2,4	2	1,3	1	5,9	4	1,9
Capitão dos Homens Forasteiros			10	6,6	2	11,8	12	5,7
Capitão dos Moradores	5	12,2	13	8,6	1	5,9	19	9,1
Capitão e Cabo	4	9,8	6	4,0	2	11,8	12	5,7
Capitão-Mor	6	14,6	11	7,3	1	5,9	18	8,6
Coronel dos Auxiliares			4	2,6			4	1,9
Sargento dos Moradores	1	2,4					1	0,5
Sargento-Mor	3	7,3	11	7,3	2	11,8	16	7,7
Tenente General			3	2,0			3	1,4
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>19,6</b>	<b>151</b>	<b>72,2</b>	<b>17</b>	<b>8,1</b>	<b>209</b>	<b>100</b>

A - Nomeações realizadas no período de D. Antônio Álvares da Cunha.

B - Nomeações realizadas no período de Antônio de Vasconcelos.

C - Nomeações realizadas no período de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

Obs: O cálculo percentual foi feito da seguinte forma: nas colunas relacionadas aos governos, o percentual foi baseado no total de nomeações em cada governo.

Pelo quadro 12, nota-se, em relação aos postos das tropas auxiliares e outros postos, que D. Antônio Álvares da Cunha e Antônio de Vasconcelos realizaram um maior número de

nomeações para o posto de Capitão do Forte ou de Fortaleza. Somando às nomeações dos outros governos, este posto recebeu maior quantidade de patentes no período abordado para o serviço nas tropas auxiliares, 14,4%. Como no caso das tropas de Primeira Linha, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho se preocupou mais com o posto de Alferes, configurando 17,6% das suas nomeações, mas também concedeu o mesmo número de patentes para o posto de Capitão do Forte ou da Fortaleza, 17,6%. Ambas, somam 35,2%, mais de 1/3. O posto de Capitão de Infantaria também ganhou grande atenção de Antônio de Vasconcelos, 13,2%.

**Quadro 13 - Nomeações dos governadores para as Tropas de Ordenança**

<i>Cargos Ordenança</i>	<b>A</b>		<b>B</b>		<b>C</b>		<b>TOTAL</b>	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Ajudante da ordenança		0		0	1	20	1	2,4
Ajudante do numero da ordenança	1	11,1	1	3,6	1	20	3	7,1
Ajudante do numero do Sargento-mor da ordenança		0	1	3,6		0	1	2,4
Ajudante Supra da ordenança	1	11,1	2	7,1	1	20	4	9,5
Ajudante Supra do Sargento-Mor da ordenança		0	1	3,6		0	1	2,4
Alferes		0		0	1	20	1	2,4
Capitão da Ordenança		0	2	7,1		0	2	4,8
Capitão de Infantaria	1	11,1	5	17,9		0	6	14,3
Capitão-mor da ordenança		0		0	1	20	1	2,4
Coronel da Ordenança	3	33,3	7	25		0	10	23,8
Sargento-Mor da Ordenança	1	11,1	2	7,1		0	3	7,1
Tenente Coronel da Ordenança	2	22,2	7	25		0	9	21,4
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>21,4</b>	<b>28</b>	<b>66,7</b>	<b>5</b>	<b>11,9</b>	<b>42</b>	<b>100</b>

A - Nomeações realizadas no período de D. Antônio Álvares da Cunha

B - Nomeações realizadas no período de Antônio de Vasconcelos

C - Nomeações realizadas no período de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

Obs: O cálculo percentual foi feito da seguinte forma: nas colunas relacionadas aos governos, o percentual foi baseado no total de nomeações em cada governo.

Nas tropas de ordenança (quadro 13), a variedade de cargos diminuiu e o número de cartas patentes concedidas entre 1754 e 1772 é pequeno. O posto com maior número de nomeações é o de Coronel da Ordenança, com 23,8%, seguido pelo de Tenente Coronel da Ordenança, com 21,4%. Essas nomeações foram em grande parte realizadas por D. Antônio Álvares da Cunha e Antônio de Vasconcelos, e apenas cinco por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

Os corpos auxiliares e de ordenanças representariam um princípio ordenador e integrariam a população nos corpos militares<sup>327</sup>, podendo-se observar que as populações não foram integradas tanto pelas tropas de ordenanças, já que, nos 13 anos analisados, há somente 42 nomeações para exercício nos postos na ordenança, uma média de 3,2 por ano. Se compararmos com as patentes para os auxiliares e outros postos, a média é maior, 16 nomeações por ano.

**Quadro 14 - Nomeações dos governadores para as os cargos locais**

<i>Cargos Locais</i>	<b>A</b>		<b>B</b>		<b>C</b>		<b>TOTAL</b>	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Ajudante do Número dos Homens Pretos Livres			1	3			1	2,3
Ajudante Supra do Sargento Mor dos Homens Pretos Livres			1	3			1	2,3
Capitão das Passagens	1	20	2	6	1	20	4	9,3
Capitão das Salinas	1	20	1	3			2	4,7
Capitão dos Bongues			2	6	1	20	3	7,0
Capitão dos Comboios			1	3	1	20	2	4,7
Capitão dos Homens Pretos Forros Calçados			1	3			1	2,3
Capitão dos Homens Pretos Livres			5	15			5	11,6
Capitão-Mor da Guerra Preta			3	9	2	40	5	11,6
Capitão-Mor Tendala	1	20	1	3			2	4,7
Capitão Tendala	1	20	6	18			7	16,3
Dembo e Senhorio	1	20	4	12			5	11,6
Golambole			1	3			1	2,3
Governador dos Pretos Maxilundas			1	3			1	2,3
Sargento-Mor da Guerra Preta			2	6			2	4,7
Sargento-Mor dos Maxilundas			1	3			1	2,3
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>11,6</b>	<b>33</b>	<b>76,7</b>	<b>5</b>	<b>11,6</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

A - Nomeações realizadas no período de D. Antônio Álvares da Cunha

B - Nomeações realizadas no período de Antônio de Vasconcelos

C - Nomeações realizadas no período de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

Obs: O cálculo percentual foi feito da seguinte forma: nas colunas relacionadas aos governos, o percentual foi baseado no total de nomeações em cada governo.

Para os cargos que acreditamos não se enquadrarem neste tripé organizacional das tropas militares (quadro 14), muitos deles apropriados ou existentes somente em Angola, realizamos um quadro separado. Todos os governadores nomearam para os cargos locais, mas

<sup>327</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, p. 85.

Antônio de Vasconcelos foi o governador que mais os privilegiou. Este mesmo governador foi responsável pelo maior número de nomeações para o posto de Capitão Tendala, configurando 18% do total de patentes. Da soma de nomeações de todos os governos aludidos, privilegiaram-se os cargos de Capitão Tendala (16,3%), Capitão dos Homens Pretos Livres (11,6%), de Dembo e Senhorio (11,6%), e Capitão-Mor da Guerra Preta (11,6%).

É possível perceber que alguns cargos foram criados para melhor administrar o território angolano, que também eram registrados como patentes concedidas pelo governador. São os cargos de Capitão das Salinas, Capitão dos Bongues<sup>328</sup>, Capitão dos homens Pretos Forros Calçados e o Capitão-Mor da Guerra Preta. Há, ainda, um registro para o cargo de Golambole, que, segundo Elias Alexandre Corrêa, equivalia a major<sup>329</sup>. Estes postos indicam a existência de regimentos específicos, como o dos Homens Pretos Livres ou Pretos Forros Calçados e dos pretos Maxilundas. Se, conforme afirmara Elias Corrêa, os maiores objetivos das guerras empreendidas em Angola eram o aumento da conquista ou o castigo a algum potentado rebelde<sup>330</sup>, as urgências de defesa militar propiciaram a flexibilização nas categorias tradicionais de preenchimento dos postos militares por caminhos bastante originais<sup>331</sup>. Concordamos com Francis Cotta na afirmação de que:

O processo de institucionalização e consolidação do aparato militar lusitano resultaria dos diálogos entre universos geograficamente afastados, em (re)apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas bélicas<sup>332</sup>.

A composição das tropas, com muitos africanos, exigia uma maior flexibilidade às propostas reformistas da Coroa, ou melhor, uma readaptação dos moldes propostos, moldando a organização militar original às práticas locais. As redes marcadas pela heterogeneidade e pela negociação não foram deixadas de lado neste período. No dizer de Catarina Madeira Santos a cultura política colonial resulta em transferências culturais e difusão, em seu interior, de traços africanos, na sequência de contatos com o mundo político endógeno<sup>333</sup>.

---

<sup>328</sup> Os bongues eram diques construídos às margens dos rios com o objetivo de impedir a inundação das margens utilizadas para agricultura. Para cuidar dos bongues, Antônio de Vasconcelos considerou necessária a criação do posto de Capitão dos Bongues com a função de zelar pela manutenção e impor algumas penas para os que esquecessem ou recusassem cuidar dos bongues. CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 14.

<sup>329</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 50.

<sup>330</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v.1, pp. 55-61.

<sup>331</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, p. 21.

<sup>332</sup> COTTA, *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*, p. 17

<sup>333</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 407.

No contexto da segunda metade do XVIII, a Coroa visava criar condições para que se constituísse em Luanda um grupo de homens ligados à carreira militar que seguisse o padrão reformador almejado para a África. Contudo, a realidade africana não podia deixar de ser considerada diante das reformas propostas, pois, como dito anteriormente, os africanos se apropriam da malha administrativa portuguesa; o “programa pombalino” em Angola não seria possível sem o auxílio dos “engenheiros militares”<sup>334</sup>. A interação entre a cultura europeia e as africanas resulta no que Catarina Madeira Santos designou “geração de 60”, que são indivíduos oriundos de famílias luandenses, ligados à vida militar ou ao exercício de ofícios na administração régia<sup>335</sup>. Os homens da *geração de 60* valorizam a naturalidade, ou seja, formavam uma elite que se reconhece nacional, mas que, ao mesmo tempo, não se desliga do pensamento de seu tempo. Esses homens podem ser chamados também de brancos da terra, ou mulatos nascidos em Luanda que seguiam carreira militar frequentando as aulas de Geometria e Fortificação. Essa geração contemplava também “soldados da conquista”, que podem ser degredados ou militares enviados do Reino para servir em Angola. Acrescentamos que nessa se incluem os militares, incluindo degredados, saídos do Brasil, a exemplo de Elias Alexandre da Silva Corrêa.

Os esforços de racionalização administrativa no plano militar se confrontam com uma distinta estrutura militar local. Mais importante ainda, as maneiras pelas quais a sociedade angolana interferia nos planos da Coroa tornava difícil a realização de uma racionalização administrativa sem considerar os fenômenos específicos existentes na África. As opiniões de grandes teóricos sobre a guerra não eram muito válidas para Angola e muito menos as técnicas e a experiência dos africanos podiam ser desconsideradas. Igualmente, os africanos também utilizaram técnicas europeias de guerra e o manuseio de armas de fogo, tal como o bom êxito das ações, dependia de considerar opiniões de oficiais e sobas principais do exército. Em suma, a guerra para os africanos estava mais presente em seu cotidiano do que para as tropas do Reino<sup>336</sup>.

Era dessa forma, ou seja, nos moldes africanos, que se buscava o maior objetivo da guerra, que era a conquista, empreendimento quase sempre realizado por forças terrestres, pois a guerra naval era praticamente inexistente em Angola. Para Catarina Madeira Santos, o processo de africanização da guerra também era explícito no momento da batalha, pois o africano combatia com base em uma tática de dispersão, por meio de ações individuais

---

<sup>334</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 484.

<sup>335</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 491.

<sup>336</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 283

contrária à tática europeia regulada e prudente. Consequentemente, a guerra na África ocorria de acordo com costumes locais, houve uma assimilação das táticas de guerra dos africanos<sup>337</sup>. Portanto, podemos mais uma vez reafirmar a importância de militares africanos para a manutenção deste domínio português na África.

---

<sup>337</sup> SANTOS, *Um governo "polido" para Angola*, p. 292; Cf. THORTHON, *A África e os africanos*

***Capítulo 4***  
***Militares do Reino de Angola***

## *1 - Naturalidade, disciplina e alianças*

Abordamos algumas questões importantes ao longo do trabalho, a exemplo das reformas propostas na segunda metade do século XVIII, que desencadearam numa grande preocupação com a militarização. Aludimos ainda às formas de ocupação do território, sobre as fronteiras móveis, o comércio de diversos gêneros, sobretudo o de escravos, e o uso da violência e da negociação nas relações estabelecidas entre “agentes reinóis” e autoridades locais. Em todas estas questões, a atividade militar interferia de forma expressiva, seja na participação dos homens nas guerras, nos autos de vassalagem, seja na concessão de patentes. No terceiro capítulo, reafirmamos que a guerra e os postos nomeados sofreram diversas apropriações, levando em consideração a urgência da defesa militar e a participação dos africanos nas tropas, o que flexibilizou categorias “tradicionais” de preenchimento dos postos militares.

Outrossim, tratar de apropriações, inclusive as existentes, no momento das batalhas e nas nomeações foi um dos caminhos para tentar entender a militarização no Reino de Angola. Mas, um outro caminho é a análise da composição das tropas militares, questionando quem eram os homens que ocupavam as tropas militares em Angola. Para tentar responder a esta questão, traçamos um perfil da naturalidade dos homens que receberam patentes militares entre 1753 e 1772 e, além disso, investigamos alguns discursos que versaram sobre características dos homens que exerceram o serviço militar em Angola.

No discurso de Marquês de Pombal, na *Coleção*, encontramos indícios em relação à origem dos homens que ocupavam os postos militares em Angola. Ao aludir à conservação dos povos, o Marquês de Pombal defendia que os chefes e os governadores ocupados nesta atividade deviam ser homens de religião católica e de providência. Porém, queixava-se que o governo de alguns presídios e de seus respectivos territórios era exercido por homens com vícios infames e notórios, e que até negros foram providos para governarem presídios de homens brancos<sup>338</sup>.

Em 23 de março de 1755, o governador D. Antônio Álvares da Cunha escreveu ao secretário dos domínios ultramarinos, Diogo de Mendonça da Corte Real, sobre a necessidade de homens no Reino de Angola, para a defesa. Ao solicitar o envio de recrutas para esta possessão, o governador abordou a situação militar de Angola e afirmou que, mesmo com o seu incessante cuidado, era obrigado, mais uma vez, a mostrar que, com o número de

---

<sup>338</sup> AHU, Códice 555, fl. 44 verso, 45.

soldados existente, o Reino de Angola se achava desamparado, o que não devia ser atribuído à falta do governador. Por isso, afirmara que:

Tem o Regimento [442] praças inclusas as dos seus oficiais a Tropa de Cavalos de [61], e a artilharia [37] que tudo faz [540], destes estão doentes mais de [100] e o resto se compõe da pior qualidade de homens que se podem achar; porque os que vêm desse Reino já tenho dito que todos são ladrões apoleados, açoitados, e marcados, e estes não é possível fazê-los ser soldados, por não terem honra nem temerem castigo. Os naturais deste Reino são tão moles, incapazes para o trabalho militar que todo o ano ocupam os lugares das enfermarias do hospital. Este lastimoso estado o veem todos os anos os Franceses que aqui arribam, e também se lhe não pode ocultar que tem minas de ouro este Reino. A ambição e infidelidade desta nação é bem para recear pelo que espero que Sua Majestade tenha mandado para este Reino os recrutas que tenho sempre pedido. Não incluí nesta conta dos soldados, as guarnições das quatro Fortalezas; por que estas, por falta de homens, são todas de negros que nem sabem falar português: gente inútil à qual darei logo baixa se me vierem os soldados que bastem para preencher o mesmo número que existe.<sup>339</sup>

Sendo assim, o governador tinha a seu dispor um regimento com 540 homens, porém mais de 100 doentes, sem incluir na soma as guarnições de quatro fortalezas. Subtraindo estes 100 doentes, restava nas palavras do governador, “*homens que vem desse Reino*” de Portugal, além dos naturais de Angola, cujas qualidades eram postas em causa. Os que vieram de Portugal eram ladrões apoleados, açoitados e marcados, sem honra. Com certeza, eram os degredados. Os naturais de Angola eram considerados moles e incapazes para o trabalho militar, estes eram os “filhos da terra”. Ademais havia os negros que faziam parte das guarnições das Fortalezas, considerados inúteis por D. Antônio Álvares da Cunha. Sabemos que interessava ao governador conseguir homens para as suas tropas e que, por isso, o discurso da “má qualidade” dos que as compunham era exagerado. No entanto, este discurso fornece indícios sobre a naturalidade dos militares e, neste relato, os portugueses reinóis não eram a maioria, nem entre os oficiais, antes os naturais de Angola, e até mesmo escravos.

Percebemos que eram recorrentes os ofícios enviados por D. Antônio Álvares da Cunha versando sobre a situação das tropas e das fortificações. Por exemplo, em 10 de março de 1755, o governador, respondendo a uma provisão real, relatou a qualidade das tropas

---

<sup>339</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 23 de março de 1755, Caixa 40, documento 31.

angolanas, sobretudo oficiais militares de alta patente e inferiores<sup>340</sup>. Pelo relato, cujo objetivo era informar a capacidade e préstimo dos oficiais militares, notamos o modelo de militar que o governador gostaria de ter em suas tropas. Em suas palavras, Manoel Matoso de Andrade era natural de Luanda e considerado uma das principais pessoas da cidade, com abastados bens patrimoniais e de boa família. Mas, não servia para o regimento pago, somente para coronel de ordenança. Apesar da boa idade para o serviço, já que não tinha 50 anos de idade, e pacífico em seu procedimento, o oficial era, nas palavras do governador, brando e mole, o que “*lhe causa demasiada gordura*”, tornando-o “*uma estátua com nome de Coronel*”.

Outra crítica era em relação ao tenente coronel Antônio da Fonseca Coutinho, que tinha 70 anos de idade e que, apesar de respeitado localmente, não tinha capacidade para o serviço militar, apenas para viver e tratar com os seus naturais. Não era apropriado para o posto que ocupava e nem para qualquer outro por sua ambição, orgulho e soberba. Nas palavras do governador, “(...) não tem obediência, não cede e nem cederá nunca ao seu Coronel, não serve, nem é capaz de servir por velho, sempre se esta fingindo doente nas ocasiões de concorrer com o Coronel”<sup>341</sup>. Tem cometido delitos graves sem receber nenhum castigo. Com efeito, os dizeres do governador atestam que o militar se apropriou do cargo, dando-lhe significado próprio, ainda que desconhecido para nós.

Ao aludir a dois ajudantes do regimento, o governador menciona Gonçalo Álvares Simpliciano, natural da província de Trás-os-Montes, em Portugal, e José Corrêa de Araújo natural de Luanda. Gonçalo Álvares seria muito digno para este emprego se não tivesse o defeito de beber demais, o que lhe embaraçava o juízo e lhe arruinava a saúde. Já José Corrêa de Araújo era capaz do emprego e procedia de maneira honrosa, mas possuía o defeito da naturalidade, que, para o governador, se relacionava ao pouco trabalho.

Ao se referir aos seis capitães do regimento, D. Antônio Álvares da Cunha só considerava dois aptos ao serviço. O capitão Roque Ferreira de Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira, sempre estava de cama e não podia servir à Sua Majestade; Domingos da Fonseca Negrão, natural da província de Alentejo, era sadio e com boa condição, mas considerado frouxo e de pouco préstimo; Inácio Grales da Vidi [sic], natural de Luanda, faltava a maior parte do tempo e não era capaz de realizar os serviços; Euzébio de Queirós Coutinho, natural do Reino de Angola, não se encontrava em termos de poder continuar o

---

<sup>340</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

<sup>341</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

serviço por ser muito doente. Somente Teles José Nogueira, natural de Luanda, e Antônio João Menezes, natural do Reino de Angola, estariam preparados ao exercício do posto de capitão, apesar da ressalva de serem criminosos por terem dado umas pancadas em Bernardino Pinheiro Falcão.

De acordo com o governador, havia sete tenentes do regimento, apesar na necessidade de 10. O tenente Antônio José de Lima era doente e servia contra a sua vontade, no entanto “nele seria bem empregada uma Patente honorária por ser das principais famílias deste Reino, irmão do Secretário de Estado(...)”<sup>342</sup>. O tenente Manoel Carrillos, era natural do Reino de Angola e servia com honrado procedimento, porém era mulato e estava doente a maior parte do ano, merecia assim ser reformado. Também tido por inábil ao serviço era o tenente Pascoal Corrêa Trindade, natural de Luanda, um dos melhores subalternos do regimento, mas possuía o defeito da naturalidade. Os outros quatro tenentes, todos de naturalidade desconhecida, José de Souza, Joaquim Marquês, João Miguel e José da Fonseca, seriam adequados aptos ao exercício do posto pelo zelo, atividade e bom emprego.

Sobre o provimento dos alferes, o governador também fez uma seleção dos (des)qualificados a ocupar o posto. Antônio Pereira Denis, natural de Luanda, e apesar de servir com bom procedimento, tinha o defeito de ser mulato. Pajo de Araújo, natural de Luanda, era desprovido de talento para oficial por sua simplicidade, e com pouca razão lhe deram o posto. João Rodrigues de Carvalho, natural de Luanda, possuía o defeito de ser mulato. Antônio dos Mártires era natural do Reino de Angola, procedia honradamente mas também era mulato. Mateus Ferreira, natural de Luanda, não tinha atividade e préstimo para o ofício que exercia há 21 anos. Sobre Antônio da Silva Torres, natural de Luanda, o governador afirmou “(...) que este oficial não tem préstimo para os empregos militares e que mal entendidamente o proveram nele”<sup>343</sup>. João Rodrigues Alfama era natural da cidade de Luanda, servia bem há 31 anos, mas estava impossibilitado por achaques e poucas vezes podia fazer sua obrigação. Somente o Alferes Francisco Manoel de Lira, natural da Ilha da Madeira, tinha seu distinto procedimento reconhecido por D. Antônio Álvares da Cunha. Responsável pela vigilância das obras reais, mostrou neste emprego grande préstimo, verdade e zelo.

---

<sup>342</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

<sup>343</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

O sargento-mor João Daça Castelo Branco era natural do Reino de Angola e foi com licença do rei para Lisboa em companhia de Marquês do Lavradio. Apesar de não ter servido no tempo de D. Antônio Álvares da Cunha, o governador afirmou que:

(...) nos dias que aqui se demorou, antes da sua partida, me pareceu ativo e robusto, e como é moço e solteiro, não sei se se encontrará outro com tão bons predicados, aqui me dizem que ele cuidadosamente disciplinava o Regimento, porém notam algumas pessoas ao dito Sargento-Mor o defeito de ser áspero para os oficiais e soldados, e esta circunstância me faz entender que é capaz deste emprego pelo que me parece será muito conveniente que sua Majestade o mande recolher a este Reino, ou que prova o posto em pessoa de conhecida capacidade<sup>344</sup>.

Por meio destes relatos do governador, nota-se o que ele esperava de um militar. Inversamente, características negativas são enfatizadas para os militares que ele não considerava um tipo ideal. Ademais, selecionamos discursos desse governador porque em seu período foram emitidos os maiores juízos de valor sobre os membros das tropas.

Ser natural de Angola estava quase sempre relacionado à frouxidão e à brandura, além do que, na visão do governador, estes homens não eram dedicados ao trabalho, sendo um defeito da naturalidade. Até mesmo a forma física foi mencionada como um fator negativo, como no caso de Manoel Matoso de Andrade e sua “*demasiada gordura*”. Ser orgulhoso, ambicioso e soberbo não foram atributos defendidos por D. Antônio Álvares da Cunha para um militar, o que implicava em insubmissão política. Alguns portugueses também eram considerados inaptos ao serviço, por ficarem doentes com facilidade ou por algum tipo de vício, como o da bebida. Não ser um militar assíduo também era considerado uma grande falta. A cor mulata também foi mencionada diversas vezes como um defeito, mesmo que o militar tivesse bom procedimento no exercício do seu posto. Mas o governador poupou os negros. O problema maior para ele parecia ser o mulatismo.

Os argumentos positivos em geral eram o grande préstimo – leia-se, serviço no sistema de mercê -, a verdade e o zelo no trabalho. No caso do sargento-mor João Daça Castelo Branco, apesar da naturalidade angolana, D. Antônio Álvares da Cunha o considerava um bom militar por ser ativo, robusto e solteiro. Logo, a naturalidade e a qualidade de cor podiam ser atenuadas pelas virtudes. Também destacou o fato de ser disciplinado, áspero com os

---

AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16

oficiais e soldados, o que, no olhar do governador, lhe dava capacidade para este emprego. Por isso, pediu o retorno de João Daça para Angola.

Apesar de, na maioria das vezes, o governador criticar os naturais da terra no exercício da atividade militar, D. Antônio Álvares da Cunha reconhecia que a falta de militares tinha que ser suprida com os filhos da terra:

(...) é importante que Sua Majestade saiba que os naturais desta cidade não são capazes de se empregarem no serviço militar por brandos. O ar da noite lhe causa maiores moléstias, que os naturais da Europa não são capazes de saírem desta Cidade sem que adoeçam logo, e o que tem qualquer moléstia com ela fica toda a vida sem préstimo por senão curar com médico, nem usa de outros remédios se não os que aplicam os negros feiticeiros, e só por não haver outros remédios se pode e deve suprir a falta que há de homens com os naturais de Angola<sup>345</sup>.

Diante de tal panorama em relação à qualidade das tropas, o governador defendeu a necessidade de uma reforma geral:

Desta fiel e lastimosa relação serve a provisão que havia de que Sua Majestade soubesse a qualidade das tropas que tem neste Reino, para lhe defenderem com tudo se carece de uma geral reforma para a Sua Segurança e como, por Real Grandeza de El Rei Nosso Senhor, me acho encarregado dela, devo dizer que só homens honrados desse Reino, especialmente trasmontanos e de Alentejo, poderão ser úteis e ter préstimo neste Reino e nas suas tropas, pelo que se desta qualidade vierem cem homens tudo se remediará, porque em breve tempo os porei hábeis para officias de Sua Majestade, me ter faculdade para reformar os inábeis e prover os postos nos que me parecerem úteis. Para soldados infantes, tenho pedido homens das Ilhas dos Açores, e, para a Cavalaria, Ciganos, e que, podendo ser, viessem uns e outros com suas mulheres<sup>346</sup>.

Para esta reforma, honrados para ocupar as tropas seriam somente homens do Reino, não os angolanos. Interessante é o pedido de ciganos para a cavalaria, talvez pela habilidade à montaria. O envio de mulheres se inseria na política de povoamento branco. Todavia, mesmo entre os portugueses, deveria haver uma seleção, a exemplo da preferência por homens de Alentejo e Trás-os-Montes.

---

<sup>345</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

<sup>346</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

Mas devemos considerar que estes atributos dados por D. Antônio Álvares da Cunha aos militares podem estar relacionados a questões políticas, ou seja, não se tratava somente atribuições militares. O governador talvez estivesse tentando beneficiar seus aliados políticos como militares em Angola.

Em resposta a uma resolução régia que mandou criar uma nova companhia de 60 cavalos, D. Antônio Álvares da Cunha, em ofício de 14 de março de 1756, propôs pessoas que considerava capazes para os postos de capitão, tenente, alferes e furriel e afirmou realizar esta ordem, não do jeito que devia, mas “(...) com o que permite a infelicidade deste Reino no qual não há homens para os empregos que são precisos (...)”<sup>347</sup> Para o governador, nenhum dos “*filhos de Angola*”, pelas suas inabilidades e costumes preguiçosos, deviam ser empregados nos postos militares, e os que desfrutavam de tal benefício não exerciam sua atividade da forma esperada. Estes filhos da terra, ainda de acordo com o governador, temiam os negros e possuíam aversão ao serviço militar. No entanto, mais uma vez o governador se via obrigado a solicitar a nomeação de um angolano, pela falta de homens para ocupar as tropas. Um exemplo disso foi a defesa da continuidade de Francisco Xavier de Andrade no posto de Tenente de Cavalos, por servir à Sua Majestade há mais de 20 anos em praça de soldado, cabo de esquadra, furriel, alferes e tenente. Argumentou a favor da sua nomeação o fato de ter ido à guerra contra a Jinga e também na província do Quissamã. Mesmo sem dar muito crédito às certidões que comprovam estes fatos em relação a Francisco Xavier, o governador o considera merecedor do posto pelo seu bom procedimento, ainda que fosse natural de Angola e também da “*casta de mulato*”<sup>348</sup>. Novamente, suas qualidades, inclusive guerreiras, ultrapassaram os impedimentos de naturalidade e de cor. No mais, a força das elites locais pesou muito para a composição das tropas em Angola.

O serviço e a andança no sertão serviam de críticas e ao mesmo tempo argumentos a favor da nomeação de Antônio Anselmo de Siqueira ao posto de tenente. Era natural do Reino de Angola e servia há 10 anos, mas com tempo perdido pelas andanças no sertão “*fazendo negócio no qual se perdeu*”. Por outro lado, ser bem nascido e ter prática e conhecimento no sertão o habilitaram para ser oficial da companhia de cavalos<sup>349</sup>.

Por falecimento de Roque Ferreira de Vasconcelos ficou vago o posto de capitão da companhia do regimento pago da cidade de Luanda; com isso D. Antônio Álvares da Cunha fez três indicações para o posto “(...) por serem capazes pelo seu nascimento, préstimo e

---

<sup>347</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 14 de março de 1756, Caixa 40, documento 119.

<sup>348</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 14 de março de 1756, Caixa 40, documento 119.

<sup>349</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 14 de março de 1756, Caixa 40, documento 119.

distintos serviços, e não haver outros com estes merecimentos<sup>350</sup>. Quem foram estes indicados? O primeiro, José Corrêa de Araújo, ajudante do número do mesmo regimento, já ocupara o papel de capitão. Os argumentos a seu favor ressaltam vários postos ocupados anteriormente e o fato de estar no serviço militar há mais de 27 anos. Este documento não informa sua naturalidade, mas o documento de 10 de março de 1755, antes analisado, ressalta que este homem tinha o defeito da naturalidade<sup>351</sup>. O segundo indicado, João Miguel Dorneles e Vasconcelos, natural de Luanda, servia no posto de tenente de infantaria do regimento pago da cidade de Luanda, mas estava ocupado o posto de ajudante. Os argumentos a seu favor foram, também os postos ocupados anteriormente, a longevidade no serviço militar, 22 anos e a satisfação das suas obrigações com honrado procedimento e obediência<sup>352</sup>. O terceiro proposto foi Joaquim Marquês Pereira, para tenente de infantaria do regimento pago da cidade de Luanda. Estava fazendo a obrigação de ajudante e também era natural de Luanda<sup>353</sup>. Serviu por 22 anos, passando por diversos postos.

Pelo cruzamento nominal com as cartas patentes, constata-se que o agraciado foi o primeiro indicado, José Corrêa de Araújo, que recebeu de D. José I, em 22 de abril de 1757, a confirmação no posto de capitão de infantaria paga de uma das companhias da cidade de São Paulo de Assunção<sup>354</sup>. Os demais receberam outras nomeações. João Miguel Dornelas de Carvalho foi nomeado por D. José I, em 9 de junho de 1756, para capitão-mor de Benguela<sup>355</sup> e, em 9 de fevereiro de 1758, a ajudante do número do sargento-mor do regimento pago da infantaria da Praça de Luanda, por D. Antônio Álvares da Cunha. O interessante neste caso é que a patente de capitão-mor só foi registrada em Luanda em 5 de março de 1759. Provavelmente, João Miguel Dornelas serviu os dois postos ao mesmo tempo. Joaquim Marques Pereira recebeu a patente de ajudante do número do sargento-mor do regimento Pago da Infantaria da Praça de Luanda por D. Antônio Álvares da Cunha em 3 de dezembro de 1757<sup>356</sup> e, em 24 de novembro de 1761, foi agraciado por D. José I no posto de Sargento-Mor da Infantaria da Guarnição da Cidade de São Paulo de Assunção.

Por meio deste ofício, é possível reafirmar as qualidades esperadas de um militar pelo governador D. Antônio Álvares da Cunha. Novamente, ele indicou homens que prestavam

---

<sup>350</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 15 de março de 1756, Caixa 40, documento 121.

<sup>351</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

<sup>352</sup> PADAB, IHGB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 - C - 20 - 2.

<sup>353</sup> PADAB, IHGB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 - C - 20 - 2

<sup>354</sup> PADAB, IHGB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 - C - 20 - 2

<sup>355</sup> PADAB, IHGB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 - C - 21 - 3

<sup>356</sup> PADAB, IHGB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 - C - 20 - 2

serviço com zelo e obediência, além do que todos já serviam à Majestade há mais de 20 anos. No entanto, todos possuíam o “*defeito da naturalidade*”, por provavelmente serem “*filhos da terra*”. Nestes casos, os serviços e os laços de amizade talvez tenham influenciavam nas indicações. Era um conflito entre um preposto do Rei, *outsider*, e forças políticas locais. Por outro lado, não era um jogo de soma zero, pois a longevidade em cargos militares atestava, apesar de eventuais maus serviços militares, fidelidade política, ainda que se apropriassem dos cargos a seu favor. O governador teve que se adaptar. Nesse sentido, a longevidade em cargos militares era um argumento utilizado para a concessão de nomeações. Realçamos, portanto, que, apesar de sub-registros, mais da metade dos nomeados já estava em postos militares quando da nomeação, 242 (63,1% do total), mas, infelizmente, a fonte predominantemente não informa o período de permanência nos postos pretéritos. Contudo, nas 385 cartas patentes analisadas, em 40 delas (10,4%) foi possível saber o tempo anterior de atuação militar. Destes casos, quase metade (47,5%) exercia cargo militares há mais de 20 anos, o que significa que a longevidade devia ser recorrente e, por isso mesmo, foi um argumento favorável para o recebimento da patente (quadro 15).

**Quadro 15 - Tempo no serviço militar (1758-1772)**

<b>Tempo de serviço em anos</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Até 5	6	15,0
De 6 a 10	6	15,0
11 a 20	9	22,5
Mais de 20	19	47,5
Total	40	10,4

Fonte: PADAB DVD 8,13, AHA, Códice 301-C- 20- 2; PADAB DVD 9,16, AHA-Códice 308 - C-21-3; PADAB DVD 10,23, AHA-Códice 309 - C - 21- 4.

A longevidade também sugere o papel de certas famílias e a influência de relações pessoais e de grupos para o acesso aos postos, como veremos adiante. Tratava-se de carreira militar, mas não guiada apenas e necessariamente pela ideia de meritocracia.

Também o governador Antônio de Vasconcelos se incomodou com a falta de militares em Angola. Em um ofício de 31 de maio de 1763, referiu-se a doenças nas tropas e a necessidade de reformas e nomeações. Por isso, lembrava ao Secretário de Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que era preciso mandar subalternos de

Portugal de bons costumes para ocuparem os postos, pois os atuais, indigna mas necessariamente, ocupavam-nos por não haver melhores<sup>357</sup>.

D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho também se reportou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fazendo alguns apontamentos sobre os militares. Na esperança de reestabelecer a disciplina militar, o então governador solicitava o envio de recrutas, e, ao menos, oficiais de patentes, já que nestas condições Sua Majestade teria uma boa tropa no Reino de Angola, assim como na Europa. Para isto, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho escolheu dois moços nobres, soldados e filhos de coronéis das tropas pagas, com o fim de fazerem a prova para cadetes. O governador concordava com a postura do seu antecessor, Antônio de Vasconcelos, que não mandava o mesmo soldo para os oficiais dos presídios, “(...) com o fundamento de o não merecerem, porque, sendo negros, qualquer coisa lhe bastava”<sup>358</sup>. No entanto, achando quatro destes postos vagos, realizou o provimento em quatro brancos e ordenou que lhe pagassem “porque não havia razão para lhe duvidar o referido igual pagamento, antes muito pelo contrário me parece assim necessário para estimular os brancos a servir estes postos”<sup>359</sup>. A ideia de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho era a de criar oficiais sertanejos capazes e extinguir os negros providos pouco a pouco.

Não só os governadores demonstraram incômodo com a presença dos africanos nas tropas angolanas. Uma passagem do militar Elias Alexandre da Silva Côrrea nos dá uma ideia da composição das tropas:

Quantas vezes entre as meditações do meu estado, exclamei, depois que a prática me instruiu: Que estimação! Que Caráter! Que ilusão! Capitão entre um punhado de facinorosos enfermos, e de negros sórdidos, e indigentes! Tais são os indivíduos que formam a benemerita, e honrosa corporação militar<sup>360</sup>.

Com a conquista de postos oficiais por negros e mestiços, o incômodo de administradores, como o próprio Elias Alexandre, era justificado pelo fato de as patentes constituírem um elemento nobilitante, destacando ainda mais estes homens na sociedade. Senhores locais que ocupavam os postos militares, teriam amplos privilégios e imunidades<sup>361</sup>.

---

<sup>357</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 31 de maio de 1763, Caixa 46, documento 37.

<sup>358</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 20 de julho de 1764, Caixa 48, documento 24.

<sup>359</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 20 de julho de 1764, Caixa 48, documento 24.

<sup>360</sup> CORRÊA, *História de Angola...* v1, p. 14.

<sup>361</sup> COTTA, *Negros e mestiços*, pp. 112.

Percebemos que a preferência do governador e de Elias Corrêa por brancos para as tropas em Angola estava relacionada à ideia de polimento que supostamente estes homens teriam, por serem “brancos” e “civilizados”. Neste contexto, negros era associados a características como preguiça, falta de disciplina e, desse modo, sem os requisitos necessários a um profissional da guerra e/ou a um ocupante de posto militar que propiciava mobilidade social ascendente. Aliás o próprio Elias Corrêa fora para Angola para galgar na hierarquia social por meio do serviço militar. Os naturais da terra eram vistos por ele como concorrentes que estariam ascendendo socialmente. No fim das contas, o que se confere é que, à revelia das intenções da Coroa, dos governadores e do cronista militar carreirista, negros e mulatos estavam presentes na oficialidade das tropas angolanas, por falta de brancos reinóis capazes e/ou por imposição do poder local.

Desse modo, a grande presença de homens da comunidade local no serviço militar não representa o controle do poder central e nem total autonomia dessa comunidade. Antes, um complexo tecido de relações internas e externas onde se conjugavam a política de militarização e a motivação dos senhores locais para ocupar postos<sup>362</sup>. A organização militar era capaz de englobar amplas camadas da população, definindo o lugar de cada morador na hierarquia do corpo social e militar<sup>363</sup>.

## ***2 - A naturalidade dos nomeados nas cartas patentes***

Pelos discursos dos governadores, foi possível ter uma dimensão da naturalidade dos homens que compunham as tropas militares. Grande parte das súplicas se refere ao envio de brancos, considerados zelosos, obedientes e capazes. A naturalidade angolana era considerada um defeito aos olhos dos governadores, que sempre a associava à preguiça, frouxidão ou falta de capacidade. Mas ao mesmo tempo os governadores tiveram que ceder e aceitar o exercício dos postos pelos “naturais da terra” ou, talvez, os laços políticos e sociais os levassem a isso. Considerando a importância da naturalidade e as qualidades a elas associadas, cabe analisá-la por meio das cartas patentes, a fim de perceber se guardam coerência com o discurso dos governadores, responsáveis pelas nomeações, e, também, para saber quem eram os militares em Angola. Para isso utilizamos o banco de dados de cartas concedidas pelos governadores de Angola entre os anos de 1754 a 1772, com as lacunas já mencionadas. Para melhor visualizar

---

<sup>362</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, p. 67.

<sup>363</sup> MELLO, *Forças Militares no Brasil Colonial*, p. 84.

a naturalidade dos militares, os agrupamos em quatro origens, Portugal, Angola, América portuguesa e Índia. Evidentemente não esquecemos de levar em conta os movimentos e intercâmbios no seio do império português, pois a naturalidade não necessariamente significa sentimentos e formas específicas de pertencimento à monarquia. Trata-se mais de interligá-la a fatores de ordem militar, como a possível conhecimento do terreno, técnicas de guerra, alianças locais para ocupação dos postos, atividade mercantil e, conforme a visão dos governadores, aptidão para os cargos.

Pela classificação das tropas utilizada no terceiro capítulo, analisamos a naturalidade dos homens que receberam patentes militares de acordo com o segmento de tropa militar em que estavam ocupados, relacionando o tripé organizacional das tropas e os cargos locais.

**Quadro 16 – Tropas e a naturalidade (1758-1772)**

Naturalidade	Linha		Auxiliar/outros		Ordenança		Cargos locais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
América portuguesa	4	4,4	10	4,8	4	9,5	1	2,3	19	4,9
Angola	26	28,6	66	31,6	12	28,6	27	62,8	131	34,0
Portugal	16	17,6	92	44,0	15	35,7	5	11,6	128	33,2
Índia	1	1,1							1	0,3
Ilegível			6	2,9	3	7,1			9	2,3
Não informado	44	48,4	35	16,7	8	19,0	10	23,3	97	25,2
<b>Total</b>	91	23,6	209	54,3	42	10,9	43	11,2	385	100

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4.

Obs: O cálculo percentual foi feito da seguinte forma: nas colunas relacionadas aos governos, o percentual foi baseado no total de nomeações em cada governo.

O quadro 16 demonstra que, na tropa de linha, com 23,8% do total, 48,8% nomeações não informam a naturalidade, sobretudo no governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, como se verá adiante. Entre os demais, predominavam os angolanos, como 28,6%, seguidos dos portugueses reinóis e dos nascidos no Brasil, respectivamente com 17,6% e 4,4%. Tudo indica, portanto, que os naturais de Angola recebiam soldo, mesmo que entre os sem naturalidade conhecida os reinóis majorassem. Aliás, no conjunto de todas as tropas, os naturais de Angola eram maioria. Aí, sim, apenas 28,6% dos 131 angolanos recebiam soldo, mas isto era o mais corriqueiro também entre portugueses reinóis e brasileiros.

Proporcionalmente, os angolanos foram os que mais receberam nomeações com soldo, contrariando as palavras dos governadores. De qualquer modo, a única força paga pela Fazenda Real, o exército “profissional português”, era majoritariamente constituído por naturais de Angola, estes muito provavelmente filhos de reinóis ou súditos portugueses nascidos em Angola, os filhos da terra. Mas existia um número expressivo de portugueses nas tropas pagas também.

Como se vê, 54,3% dos militares estão entre os auxiliares ou outros cargos que não se enquadraram nos critérios para as tropas de linha ou ordenança. Destes, os portugueses receberam 44,4% nomeações, seguidos pelos angolanos, com 31,6%. Desconsiderando os casos não informados e os ilegíveis, e, somando os angolanos aos brasileiros, os portugueses ainda eram a maioria.

Apenas 10,9% das patentes se destinam às tropas de ordenança, as destes militares, 35,7% eram naturais de Portugal e de Angola, 31,6%. Portugueses se tornam minoria quando somamos os angolanos aos brasileiros. Infelizmente, 26,2% casos não são informados ou estão ilegíveis. Já em relação aos cargos locais, os naturais de Angola configuravam a maioria, mas é surpreendente que 11,6% naturais de Portugal ocupassem cargos locais. Em 23,3% destas nomeações não há informação sobre a naturalidade e é interessante que houvesse mais nomeações para cargos locais do que para as tropas de ordenança. Provavelmente, os postos locais supriam a função das ordenanças, diferente de outras partes do império.

Já em relação às tropas auxiliares, os portugueses eram a maioria, talvez incentivados pela perspectiva de obtenção de privilégios a curto prazo, já que não faziam parte do exército profissional português. O corpo de ordenança que, na teoria estava mais voltado para as defesas locais, constituía uma pequena parte do contingente militar em Angola, e entre eles a maioria dos nomeados eram portugueses. Isso indica que os governadores sabiam que os portugueses reinóis não seriam os melhores combatentes em Angola, seriam apenas força secundária. Mais ainda, considerando a dimensão local das ordenanças, os governadores contavam, politicamente, mais com os reinóis (não raro vindos na mesma embarcação se nomeados em Portugal) do que com os filhos da terra, mais envolvidos em questões. Daí redonda grande parte da depreciação que os governadores dirigiam aos filhos da terra.

Diante destes dados percebemos que a realidade local condicionava as nomeações. A falta de militares e as doenças que acometiam os reinóis geraram um grande número de

patentes para angolanos, mesmo nas tropas pagas. Com certeza, os naturais de Angola se apropriaram de cargos militares, até por imposições de ordem demográfica.

Resta saber se houve variação nestas tendências em cada governador de Angola. Assim, realizamos ainda o desmembramento entre os períodos dos governos de D. Antônio Álvares da Cunha, Antônio de Vasconcelos, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, incluindo as nomeações realizadas pelo rei D. José I, respectivamente, em cada um destes governos. Visamos saber o que mais foi priorizado pelos governadores sobre a naturalidade. Vimos que, nos seus discursos, sempre solicitavam o envio de homens brancos, pois os que lá existiam morriam ou adoeciam. Era quase, aos nossos olhos, um paradoxo, pois os governadores sabiam da altíssima mortalidade dos reinóis, mas os solicitavam continuamente. O paradoxo é apenas aparente, uma vez que se guiavam por um ideal almejado, que preconizava, inclusive, o povoamento com reinóis brancos em prol da territorialização, mas a morte era mais insistente. Por isso, muitas vezes precisavam reconhecer angolanos nos postos militares. No período de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758), metade das nomeações se dirigiu a naturais de Portugal, o que corrobora seu discurso a favor deles para postos militares em Angola (quadro 17). Em seu governo, houve 41,4% nomeações para angolanos. Já no período de Antônio de Vasconcelos, com 56% de todas as nomeações, houve mais concessão de patentes para os naturais de Angola, ainda que com uma diferença pequena em relação aos portugueses, mas também foi o período com mais nomeações para os cargos locais (Ver Quadro 14). No período de governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, em 63,8% nomeações a naturalidade não foi informada, mas, nos casos informados, a maioria isolada das patentes concedidas em seu governo beneficiou os naturais de Angola, 21,3%, índices que, para os portugueses e naturais da América portuguesa, foram de, respectivamente 12,8% e 2,1%. Em nenhuma das cartas patentes régias, informou-se sobre a origem (quadro 17).

**Quadro 17 – Governadores e a naturalidade dos militares**

Naturalidade	A		B		C		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
América Portuguesa	5	7,1	13	6,1	1	2,1	19	4,9
Angola	29	41,4	92	43	10	21,3	131	34,0
Portugal	35	50	87	40,7	6	12,8	128	33,2
Índia			1	0,5			1	0,3
Ilegível	1	1,4	8	3,7			9	2,3
Não informado			13	6,1	30	63,8	43	11,2
Total	70	18	214	56	47	12	385	100

A - Nomeações realizadas no período do governo de D. Antônio Álvares da Cunha  
 B - Nomeações no período do governo de Antônio de Vasconcelos  
 C - Nomeações realizadas no período do governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4

**Quadro 18 – O local de exercício dos postos e a naturalidade dos ocupantes**

Naturalidade	Local de exercício dos postos									
	Angola e Luanda		Interior de Luanda		Benguela e seus distritos		Terras e passagens		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
América portuguesa	8	6,3	4	2,2	7	9,7			19	4,94
Angola	27	21,4	82	45,6	16	22,2	6	85,7	131	34,03
Portugal	44	34,9	52	28,9	32	44,4			128	33,25
Índia	1	0,8							1	0,26
Ilegível	2	1,6	6	3,3	1	1,4			9	2,34
Não informado	44	34,9	36	20,0	16	22,2	1	14,3	97	25,19
Total	126	32,7	180	46,8	72	18,7	7	1,8	385	100

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4

Com efeito, a naturalidade era importante, mas não era fator isolado, pois se relacionava ao local de exercício do posto. Por exemplo, os 126 homens que serviam em Luanda ou Angola correspondem a 32,7% do total de nomeações conhecidas, mas a maioria era português, ainda que entre os nomeados para Luanda e Angola não haja informação sobre naturalidade para 34,9% dos casos, e apenas 21,4% eram de naturais de Angola. Por seu turno, para os postos exercidos no interior, o quadro muda um pouco, já que apenas 2,2% eram da América portuguesa e 28,9% de Portugal. Os naturais de Angola atingiam 45,6% e para os demais não foi possível saber.

Em Benguela e seus distritos, há um número expressivo de portugueses ocupando os postos militares, angolanos são apenas 22,2% dos casos, mas, nos locais caracterizados como terras e passagens, 85,7% dos homens eram naturais de Angola e para os demais casos não há informação. Esta disposição entre naturalidade e local de exercício muito provavelmente esteve relacionada ao conhecimento do terreno e da língua. Homens com conhecimento da língua local poderiam facilitar negociações com autoridades locais e nisto os naturais de Angola provavelmente tinham vantagem. Além disso, estes homens tinham mais conhecimento do terreno se comparados aos portugueses, com presença na maior parte das vezes limitada à costa. Em Benguela, portugueses predominavam, talvez pelo próspero comércio de escravos naquele porto.

Todavia, a relação entre local e naturalidade não era tão rígida, uma vez que os militares circulavam em diferentes passagens ao longo de suas carreiras militares. As cartas patentes demonstram a circulação dos indivíduos por diversos cargos, já que muitos deles receberam mais de uma nomeação. Além disso, esta experiência prévia era acionada como argumento a favor da concessão da mercê ao agraciado. Logo havia carreiras militares em Angola. Geralmente, ainda que haja dúvidas sobre a hierarquia dos postos, a circulação entre distintos lugares e a troca de postos militares sugerem percursos de mobilidade social abertos pelo recebimento de uma nova patente militar, a progressão nos postos era uma forma de diferenciação social<sup>364</sup>.

Como aludimos, mais da metade dos nomeados já estava em postos militares quando da nomeação, 242 (63,1% do total), ainda que não saibamos o momento de suas nomeações anteriores. Por isso, inicialmente, nos restringiremos aos nomeados mais de uma vez, dentre os quais havia 67 homens (17,4%), mas ressaltamos que os assim caracterizados nem sempre mudaram de posto. Em certos casos, trata-se apenas de confirmação, como ocorrera com Nicolau de Nazareth, angolano, nomeado pela primeira vez por D. Antônio Álvares da Cunha, em 7 de fevereiro de 1758, e depois no mesmo posto, mas agraciado por Antônio de Vasconcelos em 16 de novembro do mesmo ano. Por fim, recebeu a confirmação real de D. José I em 8 de janeiro de 1761. Noutros casos, os postos indicam, sim, mobilidade social na carreira militar. Daqueles 67 homens que receberam mais de uma patente, 34 eram portugueses, enquanto 25 angolanos viveram a mesma situação, o que representa uma pouca diferença entre angolanos e portugueses. Ainda entre os 67, cinco homens eram da América portuguesa e três de naturalidade desconhecida.

---

<sup>364</sup> COSTA, *Insubmissão: aversão ao serviço militar*, p. 258.

Entre os 34 portugueses nomeados para mais de uma nomeação, há trajetórias interessantes de mobilidade social, como o de Manoel Rodrigues da Cruz, que recebeu, de Antônio de Vasconcelos, em 28 de setembro de 1759, as patentes de capitão-mor do regimento do Distrito da Quanza e de capitão de Infantaria do Terço do Distrito da Quanza. Já em 11 de janeiro de 1760 foi nomeado a capitão-mor do Terço do Distrito da Quanza, posteriormente confirmada por D. José I em 25 de maio de 1762. Sendo assim este militar serviu em dois postos ao mesmo tempo e que recebeu a graça do rei via patente militar, com todas as honras e privilégios do posto. Outro exemplo é o do português Custódio Simões da Silva que, em 10 de janeiro de 1759, recebeu de Antônio de Vasconcelos a patente de tenente coronel da ordenança da cidade de Luanda e em 31 de julho de 1759, devido ao falecimento de Tomás da Silva Batista. No conjunto dos 34 portugueses, 19 ascenderam na hierarquia militar (quadro 19)<sup>365</sup>, mas alguns não o fizeram porque já desfrutavam de postos superiores ou receberam confirmação de patente.

**Quadro 19 – Militares que receberam mais de uma nomeação (1753-1772)**

<b>Naturais de Portugal</b>						
<b>#</b>	<b>Agraciado</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Cargos</b>	<b>Data da nomeação</b>	<b>Nomeador</b>	<b>Tipo de nomeação</b>
1	Amaro Gomes da Cruz	Portugal	CAPITAO DA FORTALEZA DE SANTO AMARO DA CIDADE DE LUANDA	06/03/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA FORTALEZA DE SANTO AMARO DA CIDADE DE LUANDA	10/01/1761	D. José I	Carta Patente de Confirmação
2	Antônio Ferreira Cardoso	Portugal	CAPITAO DA INFANTARIA DO REGIMENTO DO DISTRITO DE QUANZA	9/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA INFANTARIA DO REGIMENTO DO DISTRITO DE QUANZA	22/01/1763	D. José I	Carta Patente de Confirmação
<b>3</b>	Antônio Luis de Souza e Castro	Portugal	CAPITAO MOR DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	14/09/1759	D. José I	Carta Patente
			COMANDANTE DA FORTALEZA DE SÃO MIGUEL	28/07/1772	Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho	Carta Patente
4	Antônio Rodrigues Algarve	Portugal	CAPITAO DOS MORADORES DO PRESIDIO DE BENGUELA	20/11/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DE MORADORES DO DISTRITO DE AMBO	20/12/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente

<sup>365</sup> No quadro, assinalamos em negrito e fundo cinza os números dos militares que ascenderam na carreira.

			DO PRESIDIO DE BENGUELA			
			CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DAS NECESSIDADES DA PRAIA DA CASSENDAMA DA CIDADE DE LUANDA	[ILEGIVEL]/03/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
5	Bento José de Almeida Lobo	Portugal	CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO PEDRO GONÇALVES DA MARINHA DA CIDADE DE LUANDA	14/08/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DO FORTE DE SÃO PEDRO GONÇALVES DA MARINHA DA CIDADE DE LUANDA	27/11/1758	D. José I	Carta Patente de Confirmação
6	Bernardo Lucas da Silva Rabelo	Portugal	CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DO CABO DA ILHA	09/01/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DO CABO DA ILHA	02/04/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
7	Custódio Simões da Silva	Portugal	TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA QUE SE COMPOE DE 4 COMPANHIAS	10/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	31/07/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
8	Francisco Antônio Ribeiro	Portugal	SARGENTO MOR DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	6/12/1755	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			SARGENTO MOR DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	29/11/1758	D. José I	Carta Patente de Confirmação
9	João Álvares Pamplona Carneiro Rangel (Fidalgo da Casa de Sua Majestade)	Portugal	AJUDANTE DO NUMERO DO SARGENTO MOR DO REGIMENTO PAGO DA PRAÇA DE LUANDA	22/06/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	20/07/1761	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CORONEL DOS AUXILIARES DA VILA DE MASSANGANO	17/02/1763	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
10	Joaquim José da Silva	Portugal	ALFERES DA COMPANHIA PAGA QUE GUARNECE O PRESIDIO DE MASSANGANO	7/04/1772	Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho	Carta Patente
			ALFERES DA COMPANHIA DE QUE É CAPITAO ANTONIO D'ORNELAS VASCONCELOS	1/08/1772	Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho	Carta Patente
11	José Antônio Marquês	Portugal	CAPITAO DA CURVETA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA SANTOS REIS	17/10/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DA CURVETA NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA E SANTOS	[ILEGIVEL]/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação

			REIS QUE NAVEGA PARA O BRASIL			
12	José Bernardino da Cunha	Portugal	AJUDANTE DO NUMERO DO CAPITÃO MOR DO DISTRITO DO DANDE	1755	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DOS HOMENS FRAUSTEIROS DO DISTRITO DO DANDE	03/04/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
13	José Caetano de Araújo e Vieira	Portugal	TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	[ILEGIVEL]17 58	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO FELIPE DO PRESIDIO DE BENGUELA	14/05/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
14	José Carreira Pimentel	Portugal	CAPITAO DA ARTILHARIA DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	20/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DA CIDADE DE LUANDA	26/04/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DA CIDADE DE ANGOLA	7/06/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
15	José da Fonseca Monteiro	Portugal	CAPITAO DOS HOMENS FRAUSTEIROS DA CIDADE DE LUANDA	06/07/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO FELIPE DE PENEDO	07/12/1763	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
16	José de Matos Moreira (Padre)	Portugal	CAPELÃO DE TODOS OS MILITARES DA GUARNIÇÃO DA CIDADE DE LUANDA	7/08/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPELÃO MOR DE TODOS OS MILITARES DO REINO DE ANGOLA	11/09/1759	D. José I	Carta Patente de Confirmação
17	José de Souza	Portugal	CAPITAO DE MORADORES DO DISTRITO DE GOLUNGO	12/02/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DOS MORADORES DO DISTRITO DO GOLUNGO DISTANTE DESTA CIDADE 30 LEGUAS QUE SE COMPOE DE 50 SOLDADOS	19/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
18	José dos Santos Torres	Portugal	CAPITAO DE INFANTARIA DE CACONDA	15/01/1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DE INFANTARIA DO PRESIDIO DE CACONDA	SEM DIA/06/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação
			CAPITAO DE INFANTARIA DO PRESIDIO DE CACONDA	02/02/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
19	José Leitão de Figueiredo	Portugal	CAPITAO DA GUARDA DO GOVERNADOR	18/08/1753	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DA NOVA COMPANHIA DE	[ILEGIVEL]17 57	D. José I	Carta Patente

			CAVALOS			
20	José Rodrigues Bahia	Portugal	AJUDANTE DO NUMERO DO SARGENTO MOR DO REGIMENTO PAGO DA PRAÇA DE LUANDA DE QUE É CORONEL MANOEL MATOSO DE ANDRADE	13/03/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA FORTALEZA PRINCIPAL DE SÃO MIGUEL DA CIDADE DE LUANDA	26/05/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO MOR DO REGIMENTO DO DISTRITO DA QUANZA	28/09/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CORONEL DOS AUXILIARES DA VILA DE MASSANGANO	04/01/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
21	Julião José Gomes	Portugal	CAPITAO DE UMA DAS COMPANHIAS DE AUXILIARES DO PRESIDIO DE BENGUELA	18/09/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA ARTILHARIA DO PRESIDIO DE BENGUELA	10/01/1761	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
22	Lourenço Lopes	Portugal	CAPITAO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DA PENHA VERDE DA MARINHA DA CIDADE DE ANGOLA	14/12/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DA PENHA VERDE DA MARINHA DA CIDADE DE ANGOLA	25/05/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
23	Manoel da Costa	Portugal	CAPITAO DE INFANTARIA DO REGIMENTO DO DISTRITO DE QUANZA	14/03/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DE INFANTARIA DO REGIMENTO DO DISTRITO DA QUANZA POR SUA MAJESTADE	20/02/1761	D. José I	Carta Patente de Confirmação
24	Manoel da Silva Guimarães	Portugal	SARGENTO MOR DAS CONQUISTAS DO REINO DE ANGOLA	SEM DATA	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			SARGENTO MOR DAS CONQUISTAS DO REINO DE ANGOLA	09/12/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação
25	Manoel Dias da Silva	Portugal	CAPITAO DAS MARCAS DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	22/10/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DAS MARCAS DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	27/04/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação
26	Manoel Gonçalves Barros	Portugal	CAPITAO DA GALERA NOSSA SENHORA DO PATROCINIO, SÃO JOSE E ALMAS	[ILEGÍVEL]1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DA GALERA NOSSA SENHORA DO PATROCINIO, SÃO JOSE E ALMAS QUE NAVEGA PARA O	[ILEGÍVEL]	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente

			BRASIL			
27	Manoel José da Silva	Portugal	CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO JOSE DA ENCOMBOTA DA CIDADE DE LUANDA	13/03/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DE INFANTARIA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	19/06/1762	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
28	Manoel Rodrigues da Cruz	Portugal	CAPITAO MOR DO REGIMENTO DO DISTRITO DA QUANZA	28/09/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DE INFANTARIA DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	28/09/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO MOR DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	11/01/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO MOR DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	25/05/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
29	Matias da Costa	Portugal	CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	17/02/1762[?]	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	12/07/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
30	Matias de Araújo e Faria	Portugal	CAPITAO DOS HOMENS FRAUSTEIRO DA VILA DE MASSANGANO	20/02/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DE UMA DAS COMPANHIAS DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	16/04/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DE UMA DAS COMPANHIAS DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	28/05/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
31	Salvador Soares de Faria	Portugal	AJUDANTE DAS FORTIFICAÇÕES DESTA PRAÇA E APONTADOR DAS OBRAS REAIS DELA	23/12/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DE INFANTARIA DE REGIMENTO DESTA PRAÇA	9/01/1761	D. José I	Carta Patente
32	Simão Rodrigues Vidigal	Portugal	AJUDANTE DO SARGENTO MOR DO PRESIDIO DE BENGUELA	10/02/1755	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	25/02/1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO MOR DA GUERRA PRETA DO PRESIDIO DE BENGUELA	13/08/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente

			SARGENTO MOR DAS CONQUISTAS DO PRESIDIO DE BENGUELA	[ILEGIVEL]/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
33	Tomás da Silva Batista	Portugal	CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	10/05/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE SÃO PAULO DE ASSUNÇÃO[LUANDA]	25/11/1758	D. José I	Carta Patente de Confirmação
34	Tomé da Silva Coutinho	Portugal	CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO MIGUEL DA CIDADE DE LUANDA	29[?]/10/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DA INFANTARIA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	10/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	[ILEGIVEL]/07/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE ANGOLA	25/05/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
<b>Naturais de Angola</b>						
#	Agraciado	Naturalidade	Cargos	Data da nomeação	Nomeador	Tipo de nomeação
1	Antônio Álvares Sardinha	Angola	CAPITAO DAS MARCAS DO DISTRITO DO DANDE	23/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO TENDALA DO PRESIDIO DE SÃO JOSE DE ENCOGE	23/08/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
2	Antônio José de Lima (Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavalheiro da Ordem de Cristo)	Angola	TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO	24/01/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO	04/06/1764	D. José I	Carta Patente de Confirmação
3	Antônio Marinz Lisboa	Angola	CAPITAO DAS PASSAGENS DO LIBOLO DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	2/02/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DAS PASSAGENS DO LIBOLO DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	06/07/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
4	Antônio Paes de Faria	Angola	CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	10/06/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente de Confirmação
			CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	18/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
5	Bento Pinheiro Falcão	Angola	CAPITAO DE INFANTARIA DA ORDENANÇA DE LUANDA	25/11/1754	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DE INFANTARIA DA ORDENANÇA DE LUANDA	09/12/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação
			CAPITAO DE INFANTARIA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	13/03/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
6	Caetano Corrêa da Silva	Angola	CAPITÃO DA ARTILHARIA DA VILA	4/12/1755	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente

			DE MASSANGANO			
			CAPITÃO DA ARTILHARIA DA VILA DE MASSANGANO	24/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>7</b>	Caetano Matias Leitão	Angola	SARGENTO DOS MORADORES DA ILHA DE SÃO JOÃO DE CAZANGA	11/08/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			SARGENTO MOR DOS MORADORES DA ILHA DE SÃO JOAO DA CAZANGA	15/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação
			CORONEL DOS AUXILIARES DA VILA DE MASSANGANO	13/07/1763	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>8</b>	Francisco Rodrigues Fialho	Angola	CABO DE COMPANHIAS DO DISTRITO DO GOLUNGO	04/04/1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			SARGENTO MOR DOS MORADORES DO DISTRITO DO GOLUNGO DE CUJO CORPO DE COMPOEM DE 4 COMPANHIAS DE 60 HOMENS DADA UMA E MAIS OFICIAIS	09/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			SARGENTO MOR DO DISTRITO DE GOLUNGO	16/04/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
<b>9</b>	Francisco Xavier de Andrade (1)	Angola	CAPITAO MOR DE CAMBAMBE	03/09/1759	D. José I	Carta Patente
			CAPITAO MOR DA FORTALEZA DE SÃO JOSE DA PEDRA DE ENCOGE INTERINAMENTE	14/09/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>10</b>	Francisco Xavier de Andrade (2)	Angola	CAPITAO DOS BONGUES DO BENGU ATE ICOLO	02/10/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO E CABO DO DISTRITO DO ICOLO	03/06/1761	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>11</b>	João Baines	Angola	CAPITAO MOR DO DISTRITO DE GOLUNGO	14/10/1754	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO E CABO DO DISTRITO DO ICOLO	21/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO MOR DO DISTRITO DE GOLUNGO	01/06/1761	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>12</b>	João Gonçalves de Azevedo	Angola	AJUDANTE DO NUMERO DO DISTRITO DE ICOLO	2/03/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DAS MARCAS DO DISTRITO DO DANDE	25/11/1760	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>13</b>	João Miguel Dornelas Vasconcelos	Angola	AJUDANTE DO NUMERO DO SARGENTO MOR DO REGIMENTO PAGO DA INFANTARIA DA PRAÇA DE LUANDA, DE QUE É CORONEL MANOEL MATOSO DE ANDRADE	09/02/1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO MOR DO PRESIDIO DE BENGUELA	05/03/1759	D. José I	Carta Patente
14	João Pinto da Silva	Angola	CAPITAO TENDALA DO PRESIDIO DE AMBACA	5/6/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente de Confirmação

			CAPITAO TENDALA DO PRESIDIO DE AMBACA	27/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
15	Joaquim Marquês Pereira	Angola	AJUDANTE DO NUMERO DO SARGENTO MOR DO REGIMENTO PAGO DA INFANTARIA DA PRAÇA DE LUANDA, DE QUE É CORONEL MANOEL MATOSO DE ANDRADE	03/12/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente de Confirmação
			SARGENTO MOR DA INFANTARIA DA GUARNIÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO DE ASSUNÇÃO DE LUANDA	27/03/1762	D. José I	Carta Patente
16	José da Fonseca Negrão	Angola	CAPITAO DOS AUXILIARES DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	15/06/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			SARGENTO MOR DA GUERRA PRETA DO REINO DE ANGOLA	13/10/1762	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
17	Manoel Correia Leitão	Angola	SARGENTO MOR DOS MORADORES DO DANDE	12/10/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			SARGENTO MOR DO DISTRITO DO DANDE	21/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			SARGENTO MOR DO DISTRITO DO DANDE	20/08/1760	D. José I	Carta Patente de Confirmação
18	Manoel da Silva Vieira	Angola	CAPITÃO E CABO DO DISTRITO DO ICOLO	19/11/1755	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO	14/03/1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO	06/04/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação
			CAPITAO MOR DO PRESIDIO DE AMBACA	02/06/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO POR SUA MAJESTADE	[ILEGIVEL]/1760	D. José I	Carta Patente de Confirmação
19	Manoel Gracia Mendes	Angola	AJUDANTE DO NUMERO DO CAPITAO MOR DO DISTRITO DO GOLUNGO	8/01/1755	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			AJUDANTE DO NUMERO DO CAPITAO MOR DO DISTRITO DO GOLUNGO	22/06/1761	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação
20	Manoel José de Lima	Angola	CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA GUIA DA CIDADE DE LUANDA	18/01/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA GUIA	27/10/1758	D. José I	Carta Patente de Confirmação
21	Matias da Silva Vieira	Angola	CAPITAO E CABO DO DISTRITO DO ICOLO	17/03/1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CABO DA COMPANHIA DO DISTRITO DE GOLUNGO	14/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
22	Miguel da Costa Ferreira	Angola	ALFERES DA COMPANHIA DE QUE É CAPITAO INACIO JOSE VAZ UMA DAS COMPANHIAS DO REGIMENTO DA QUANZA	19/09/1772	Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho	Carta Patente

			ALFERES DA COMPANHIA PAGA DO REGIMENTO DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	19/09/1772	Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho	Carta Patente
23	Nicolau de Nazareth	Angola	CAPITAO MOR TENDALA DO REINO DE ANGOLA	07/02/1758	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO TENDALA MOR DO REINO DE ANGOLA	16/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO TENDALA MOR DO REINO DE ANGOLA	08/01/1761	D. José I	Carta Patente de Confirmação
24	Pedro Álvares Sardinha	Angola	CAPITAO DOS MORADORES DO DISTRITO DO DANDE	23/01/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DOS MORADORES DO PRESIDIO DE SÃO JOSE DA PEDRA DE ENCOGE	21/02/1761	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
25	Pedro de Souza de Azevedo	Angola	AJUDANTE DAS OBRAS DO PRESIDIO DE SÃO JOSE DE ENCOGE	[ILEGIVEL]/11/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			AJUDANTE DO NUMERO DOS MORADORES DO PRESIDIO DE SÃO JOSE DE ENCOGE	20/10/1763	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>Naturais da América portuguesa</b>						
#	Agraciado	Naturalidade	Cargos	Data da nomeação	Nomeador	Tipo de nomeação
1	Antônio Corrêa de Brito e Sá	América portuguesa	AJUDANTE SUPRA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	11/12/1755	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			AJUDANTE SUPRA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	25/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	19/07/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
2	Francisco Leite	América portuguesa	CAPITAO DO FORTE DE SANTO ANTONIO DA VITORIA DA MARINHA DA CIDADE DE LUANDA	08/09/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DO FORTE DE SANTO ANTONIO DA VITORIA DA MARINHA DA CIDADE DE LUANDA	25/05/1762	D. José I	Carta Patente de Confirmação
3	Francisco Xavier de Macedo Pereira	América portuguesa	TENENTE GENERAL DO CAMPO DO PRESIDIO DE BENGUELA	21/06/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			TENENTE GENERAL DO CAMPO DO PRESIDIO DE BENGUELA	[?]/07/1761	D. José I	Carta Patente de Confirmação
4	José Vieira de Araújo	América portuguesa	CAPITAO DE INFANTARIA DO PRESIDIO DE CACONDA	14/08/1756	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente de Confirmação
			CAPITAO DE ARTILHARIA DA CIDADE DE LUANDA INTERINAMENTE ENQUANTO SUA MAJESTADE NÃO FAZ COMO FOR SERVIDO QUE SE ACHA VAGO HÁ MAIS DE 4 ANOS	20/12/1757	Dom Antônio Álvares da Cunha	Carta Patente
			CAPITAO DE ARTILHARIA DA CIDADE DE LUANDA	16[?]/11/1758	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente de Confirmação

			INTERINAMENTE			
			CAPITAO DE ARTILHARIA QUE GUARNECE A PRAÇA DE LUANDA	09/01/1761	D. José I	Carta Patente
5	Manoel Vicente Franco	América portuguesa	CABO DE COMPANHIAS DO DISTRITO DE GOLUNGO	01/07/1761	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO MOR DA GUERRA PRETA DO REINO DE ANGOLA	01/07/1762[?]	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
<b>Naturalidade não informada</b>						
#	Agraciado	Naturalidade	Cargos	Data da nomeação	Nomeador	Tipo de nomeação
1	João Monteiro de Moraes	X	AJUDANTE DAS ORDENS DO REINO DE ANGOLA	21/05/1757	D. José I	Carta Patente de Confirmação
			TENENTE CORONEL DO REGIMENTO DE INFANTARIA PAGA DA CIDADE DE LUANDA DE QUE É CORONEL MANOEL MATOSO	1761[?]	D. José I	Carta Patente
			CORONEL DO REGIMENTO PAGO DA CIDADE DE LUANDA	27/03/1762	D. José I	Carta Patente
2	Manoel Cardoso da Silva	X	CAPITAO DA FORTALEZA PRINCIPAL DE SÃO MIGUEL DA CIDADE DE LUANDA	19/10/1759	Antônio de Vasconcelos	Carta Patente
			CAPITAO DA FORTALEZA PRINCIPAL DE SÃO MIGUEL DA CIDADE DE LUANDA	25/06/1763	D. José I	Carta Patente de Confirmação
3	Manoel Fonseca Coutinho	X	TENENTE DA COMPANHIA PAGA QUE GUARNECE O PRESIDIO DE MASSANGANO	7/04/1772	Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho	Carta Patente
			CAPITAO MOR DO ICOLO	6/11/1772	Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho	Carta Patente
Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 - C - 20 - 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 - C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 - C - 21 - 4						

Entre os 25 naturais de Angola, 15 ascenderam de posto, como João Miguel Dornelas Vasconcelos que, em 9 de fevereiro de 1758, foi nomeado por D. Antônio Álvares da Cunha a Ajudante do número do sargento-mor do regimento pago da Infantaria da Praça de Luanda e, em 05 de março de 1759, atingiu o posto de capitão-mor do Presídio de Benguela, com patente régia.

Cabe salientar que estes são indicadores mínimos de mobilidade social. Se considerássemos as cartas com alusão a postos exercidos, mas sem que saibamos o momento da nomeação, os índices se elevariam sobremaneira. Os 242 (63,1% do total) que já exerciam postos, incluindo os portugueses e angolanos nomeados com mais de um posto no período, 163 foram alguma vez apenas soldado, o que é um indicador de mobilidade social, tendo em vista que as cartas patentes que consultamos não nomeiam soldados, apenas oficiais. Pode-se

dizer, assim, que havia uma carreira militar, mesmo que os militares exercessem outras atividades.

Muitos deles, aliás, tinham experiência militar em Angola, pois, entre os 242 que já haviam exercido postos, 204 (84,3%) estavam nessa situação, o que reforça a ideia de que relações pessoais e familiares influenciavam no acesso aos postos, persistindo influências de Antigo Regime e das relações familiares locais, africanas. Ter pais com algum título pesou na nomeação de alguns homens, como podemos ver no quadro a seguir. Sessenta e dois (16%) homens que receberam patentes tinham pais com algum posto militar, dos quais 29 eram filhos legítimos. Assim, ainda que o objetivo da documentação não fosse informar relações de parentesco, pouco menos de 1/5 vinham de famílias com militares. Chamamos atenção para os pais que possuíam o título de Dom, já que seus filhos foram providos no cargo de Dembo e Senhorio, certamente respeitando as hierarquias locais baseadas no parentesco, como vimos no caso de Dom Silvestre e seus filhos Dom Miguel e Dom Manoel, no Dembo de Namboangongo. Em relação à naturalidade, 49 angolanos que receberam patente eram filhos de pais com título ou algum posto militar. Como era de se esperar, poucas vezes se mencionou os laços parentais dos portugueses, apenas seis, igualmente aos da América portuguesa, apenas dois casos. Podemos concluir que a relação entre a militarização e parentesco era maior para os angolanos.

**Quadro 20 - Militares com pais que possuíam títulos (1753-1772)**

#	AGRACIADO	Naturalidade	PAI	FILHO LEGÍTIMO	POSTO PAI
1	ANTONIO DA FONSECA SIMIAO	ANGOLA	JOSE DA FONSECA SIMIAO		ALFERES
2	ANTONIO GOMES DO NASCIMENTO	ANGOLA	FRANCISCO GOMES LUIZ	SIM	CAPITAO
3	ANTONIO JOSE DE LIMA	ANGOLA	JOAO COELHO E LIMA	SIM	CORONEL
4	ANTONIO MARINZ LISBOA	ANGOLA	MANOEL MARINZ DE AGUIAR	SIM	CAPITAO
5	ANTONIO MOREIRA RANGEL	ANGOLA	MATEUS MOREIRA RANGEL		CAPITAO
6	ANTONIO PAES DE FARIA	ANGOLA	ANTONIO DE FARIA	SIM	CAPITAO
7	ANTONIO PEREIRA DE SIQUEIRA	ANGOLA	ANTONIO PEREIRA		CAPITAO
8	ANTONIO PINHEIRO FALCAO	ANGOLA	BERNARDINO PINHEIRO FALCAO	SIM	CAPITAO MOR
9	BENTO JOSE DE ALMEIDA LOBO	PORTUGAL	CAETANO DA SILVA PEREIRA		CAPITAO
10	BENTO PINHEIRO FALCAO	ANGOLA	BERNARDINO PINHEIRO FALCAO	SIM	CAPITAO MOR
11	CAETANO DE MORAIS	ANGOLA	MANOEL DE MORAIS		CAPITAO
12	CAETANO MATIAS LEITAO	ANGOLA	ROQUE[?] VIEIRA LEITAO	SIM	TENENTE GENERAL
13	DIOGO COUSSEIRO[?]	ANGOLA	DIOGO COUSSEIRO		CAPITAO

	PALHA				
14	DOMINGOS MARINZ	ANGOLA	SEBASTIAO MARTINO	SIM	CAPITAO
15	DOMINGOS RODRIGUES FIALHO	ANGOLA	ANTONIO RODRIGUES FIALHO	SIM	CAPITAO
16	FELIPE TEIXEIRA	ANGOLA	ANTONIO TEIXEIRA		AJUDANTE
17	FELIX CATELA[?] DE LEMOS	ANGOLA	EUZEBIO CATELA DE LEMOS	SIM	DOCTOR FISICO MOR
18	FERNANDO MARTINS DE MATOS	ANGOLA	JOAM MARTINS		AJUDANTE
19	FRANCISCO ALVARES CORREA	PORTUGAL	JOAO ALVARES CORREA		CAPITAO
20	FRANCISCO ALVARES DE SOUZA	ANGOLA	JOAO DE ABREU DE MAUDO		CAPITAO
21	FRANCISCO RODRIGUES FIALHO	ANGOLA	ANTONIO RODRIGUES FIALHO	SIM	CAPITAO
22	FRANCISCO XAVIER DE ANDRADE	ANGOLA	MANOEL DE ANDRADE	SIM	AJUDANTE
23	FRANCISCO XAVIER DE MACEDO PEREIRA	AMÉRICA PORTUGUESA	SEBASTIAO DE MACEDO PEREIRA		CAPITAO
24	GONÇALO RODRIGUES DE AZEVEDO	ANGOLA	TOME RODRIGUES DE AZEVEDO	SIM	ALFERES
25	JERONIMO PEREIRA DO LAGO	AMÉRICA PORTUGUESA	MANOEL PEREIRA DO LAGO	SIM	CAPITAO
26	JOAO AFONSO DA SILVA	ANGOLA	PAULO AFOSNO DA SILVA		DOM
27	JOAO BAINES	ANGOLA	JOSE FERNANDES	SIM	AJUDANTE
28	JOAO DE DEUS DOS SANTOS	X	JOSE DA SILVEIRA TIBAU		CAPITAO
29	JOAO GAGO MATOSO DA CAMARA	ANGOLA	MANOEL MATOSO DE ANDRADE	SIM	CORONEL
30	JOAO GRACEZ DE SOUZA	ANGOLA	JOAO GRACEZ DE SOUZA	SIM	AJUDANTE DE INFANTARIA AUXILIAR
31	JOAO MIGUEL DORNELAS VASCONCELOS	ANGOLA	MANOEL DORNELAS VASCONCELOS		CAPITAO MOR
32	JOAO PINTO DA SILVA	ANGOLA	MANOEL PINTO DA SILVA		SARGENTO
33	JOAO XAVIER DE PROENÇA E SILVA	ÍNDIA	FRANCISCO DA PROENÇA E SÁ		CAPITAO DE MAR E GUERRA
34	JOAQUIM MARQUÊS PEREIRA	ANGOLA	PEDRO MARQUÊS PEREIRA		CAPITAO
35	JOSE CAETANO	ANGOLA	ANTONIO GONÇALVES CARVALHO		CAPITAO MOR
36	JOSE CAETANO DE ARAUJO E VIEIRA	PORTUGAL	MANOEL DE ARAUJO VIEIRA	SIM	ALFERES
37	JOSE CAETANO DE CRAVALHO	ANGOLA	ANTONIO GONÇALVES DE CRAVALHO	SIM	CAPITAO MOR
38	JOSÉ DA COSTA FARIA	PORTUGAL	JOSE DA COSTA	SIM	CAPITAO
39	JOSE DE ARAUJO DOS SANTOS	ANGOLA	MANOEL DE ARAUJO		CAPITAO
40	JOSE DOS SANTOS TORRES	PORTUGAL	ANDRE DOS SANTOS		CAPITAO
41	JOSEPH CAETANO DE MIGUEL[?]	PORTUGAL	MANOEL DE ARAUJO VIEIRA	SIM	ALFERES
42	JULIAO MENDES FLORES	ANGOLA	INACIO MENDES FLORES		TENENTE
43	MANOEL AFONSO DA SILVA	ANGOLA	SILVESTRE AFONSO DA SILVA		DOM
44	MANOEL CARDIA DOS REIS	ANGOLA	GONÇALO CARDIA DOS REIS	SIM	CAPITAO
45	MANOEL CORREA DE ALMEIDA	ANGOLA	VERISSIMO CORREA DE ALMEIDA		CAPITAO MOR
46	MANOEL CORREA LEITAO	ANGOLA	JOSE CORREA LEITAO		TENENTE GENERAL
47	MANOEL DA SILVA VIEIRA	ANGOLA	JOSE DA SILVA	SIM	CAPITAO

48	MANOEL FERREIRA NEGRAO	ANGOLA	DOMINGOS DA FONSECA NEGRAO		CAPITAO
49	MANOEL GRACIA MENDES	ANGOLA	FERNANDO DA SILCA CORREA	SIM	CAPITAO
50	MANOEL JOSE DE LIMA	ANGOLA	JOSE COELHO E LIMA	SIM	CORONEL
51	MANOEL VICENTE FRANCO	X	MANOEL VICENTE FRANCO	SIM	CAPITAO
52	MARCOS PEREIRA BRAVO	ANGOLA	SIMIAO PEREIRA BRAVO		CAPITAO MOR
53	MARTINHO TEIXEIRA MEDONÇA	X	JO[ILEGIVEL] TEIXEIRA DE MENDONÇA		TENENTE GENERAL
54	MIGUEL AFONSO DA SILVA DO ESPIRITO SANTO	ANGOLA	SILVESTRE AFONSO DO ESPIRITO SANTO		DOM
55	NICOLAU DE NAZARETH	ANGOLA	VITORIANO DE FARIA E MELO VAREJAO CASTELO BRANCO		SARGENTO MOR
56	PASCOAL FOITO GAYAO	ANGOLA	FRANCISCO FOITO GAYAO		CAPITAO
57	PAULO DE SEBASTIAO FRANCISCO CHEQUE	ANGOLA	SEBASTIAO FRANCISCO		DOM
58	PEDRO DE MATOS COUTINHO	ANGOLA	LOURENÇO DE MATOS COUTINHO	SIM	CAPITAO MOR
59	PEDRO GONÇALVES SOEIRO	ANGOLA	DOMINGOS GONÇALVES SOEIRO	SIM	ALFERES
60	SEBASTIAO CARLOS DA SILVA	X	VENTURA SUDE[ILEGIVEL] PA[?]	SIM	CORONEL
61	SEBASTIAO MANOEL SILVESTRE	ANGOLA	SEBASTIAO MANOEL SILVESTRE		DOM
62	SIMAO BATISTA GRACES	ANGOLA	MANOEL BATISTA GRACES[?]		CAPITAO

### ***3 - Paulo Martins Pinheiro de Lacerda: Guerra Preta, mercês e mobilidade social.***

Ao longo da pesquisa, encontramos diversos personagens que demonstraram como era a militarização, os modos de guerrear e as alianças estabelecidas para a melhor administração do Reino de Angola. Além disso, pode-se, ainda, observar a atuação de indivíduos em alguns conflitos que ocorreram neste território e os papéis que desempenhavam. Com efeito, a trajetória de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda sintetiza os papéis da guerra preta, das mercês e da vassalagem, bem como a possibilidade de mobilidade social via cargo militar e serviços de guerra; aliás, mobilidade social geracional, pois aspectos familiares influenciaram a ocupação de postos.

Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda foi o homem que comandou o exército contra o Marquês de Mossulo, em 1790-91, e outras expedições contra chefes locais. O militar passou por diversos postos e por seus serviços militares prestados era, nas palavras de Elias Côrrea, severo, acreditado e forte<sup>366</sup>. Após a morte do governador José Gonçalo da Câmara Coutinho (1779-1782), seguiu-se, em 1783, o triunvirato do Frei Luís Anunciação e Azevedo, do Doutor e Ouvidor Francisco Machado Peçanha e do Coronel Pedro Álvares de Andrade,

<sup>366</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 94.

quando Paulo Lacerda participou, como comandante do exército, dos conflitos na Província de Quissamã e, neste contexto, foi envolvido em intrigas e disputas, acusações de crimes que levaram à sua deposição do posto de Comandante do Exército de Quissamã<sup>367</sup>. Nesta ocasião, o capitão Paulo Lacerda acabou preso e sequestrado, sendo inocentado apenas durante o governo do Barão de Mossâmedes (1784-1790), então continuando, sem nota alguma, como capitão da Fortaleza do Penedo, posto conferido por Sua Majestade.

No governo de Barão de Mossâmedes, houve um investimento maior no avassalamento do marquês de Mossulo e, conseqüentemente, algumas batalhas aconteceram<sup>368</sup>. A manutenção da guerra, em alguns momentos, era vantajosa para o governo português, pois servia de recurso para o desenvolvimento de seus interesses comerciais, além de ser um meio para a expansão dos domínios territoriais<sup>369</sup>. Uma grande preocupação deste governador estava relacionada aos portos de Loango, Molembo e Cabinda, ao Norte de Luanda, pois o comércio realizado nestes locais fugia ao controle da Coroa Portuguesa<sup>370</sup>. Os comerciantes estrangeiros encontraram abertura para a realização das suas práticas comerciais em áreas cujas chefias não se submeteram à prática do avassalamento. Para tentar sanar este problema, a Coroa portuguesa enfrentou africanos hostis<sup>371</sup>.

Os domínios do soba intitulado Marquês de Mossulo estavam situados ao norte do rio Dande, na rota do comércio praticado com ingleses e franceses, no caso de Ambriz. Por isso, avassalar este território era tão importante, campanha na qual Paulo Martins Pinheiro de Lacerda envolveu-se fortemente. De acordo com Elias Alexandre da Silva Corrêa, o Marquês de Mossulo infringiu os sagrados deveres da vassalagem, protegeu o comércio estrangeiro em Ambriz e introduziu o contrabando de fazendas em Angola. Em 27 de dezembro de 1788, declarou-se, em Angola, um manifesto, contra o Marquesado de Mossulo, que exprimiu antigos e atuais motivos do “justo ressentimento”<sup>372</sup>.

Para tal empreitada, como se viu no capítulo três, no mapa de um exército comandado por Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, de 1793, a campanha era em grande medida apoiada pela Guerra Preta, com um total de 4.805 homens dessas tropas. Outros militares já tinham participado de campanhas contra Mossulo com o apoio da guerra preta, a exemplo do Capitão

---

<sup>367</sup> De acordo com Elias Côrrea, a Província de Quissamã éeraa combatida desde Paulo Dias de Novaes, por hábeis capitães e experientes comandantes.

<sup>368</sup> CARVALHO, Os homens do rei em Angola, p. 28.

<sup>369</sup> CARVALHO, Os homens do rei em Angola, p. 167.

<sup>370</sup> CARVALHO, Os homens do rei em Angola, p. 167.

<sup>371</sup> CARVALHO, Os homens do rei em Angola, p. 168; Ver também LACERDA, *Notícia da campanha, e paiz do Mosul*.

<sup>372</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 141

de Infantaria Antônio José da Costa que, de acordo com Elias Côrrea, em 2 de fevereiro de 1788:

Marchou [Antônio José da] Costa para o Mossul a 2 de fevereiro de 1788 com o destacamento de 3 Capitães, 4 Tenentes, 2 Alferes, 18 Oficiais inferiores, e 110 Soldados, inclusos 3 de [sic] Cavalos. Total 137 praças militares. Uniram-se lhe mais de 5.000 negros armados, com os quais se propunha Costa alcançar triunfos, que acreditassem o seu nome (...) <sup>373</sup>.

No entanto, a falta de munições foi um problema que levou a deserção de muitos daqueles negros. Em 1790, último ano do governo do Barão de Mossâmedes, o Marquês de Mossulo voltou a atacar, pois:

(...) vendo desguarnecida a Capital se aventurou a um golpe noturno nos seus subúrbios. Mandou entrar os seus belicosos Vassallos nas Províncias de Libongo, do Dande e do Bengo, e não poupando ao ferro e fogo os brancos que encontraram, nem os negros que se lhes opunham, levaram cativos todos os que se renderam ao seu inopinado e ímpio furor <sup>374</sup>.

O comércio de pessoas está presente nas duas investidas. Portugueses preocupados com o domínio do norte de Luanda propuseram expedições com o objetivo de eliminar a concorrência estrangeira nesta parte de Angola. Após dois anos, o Marquês de Mossulo atacou os portugueses e levou como cativos todos que se renderam e que, provavelmente, foram negociados com estrangeiros na região de contrabando. Foi neste momento que o Barão de Mossâmedes, temeroso do que ocorria, ordenou ao capitão da fortaleza de São Felipe do Penedo, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, que comandasse os exércitos que iam contra este poder africano <sup>375</sup>. Antes de retonarmos à expedição, deve-se ressaltar, nas palavras de Elias Corrêa, que a serviço de guerra era visto como uma oportunidade de mobilidade social. O Capitão de Infantaria Antônio José da Costa visava “alcançar triunfos que acreditassem seu nome (...)”. Ora, o que se percebe claramente é que, se governadores salientavam as aptidões e os comportamentos esperados dos militares, estes, por sua vez, almejavam, além de escravos como butim de guerra, honras e glórias. A guerra fazia parte da política de mercê. Tudo indica que, com o desprestigiado Lacerda outrora preso, não foi diferente. Mas os tempos mudariam para ele.

---

<sup>373</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 142.

<sup>374</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 172

<sup>375</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 173.

Em 20 de maio de 1791, Lacerda, que neste momento era Sargento-Mor de Infantaria, escreveu sobre a necessidade do castigo ao Marquês de Mossulo pelos insultos contra os domínios de Sua Majestade Fidelíssima nos Distritos do Dande e Bengo, com a morte de alguns oficiais. Lacerda relata ainda que os rebeldes fizeram cativos a muitos forros, levaram escravos dos lavradores para venderem, incendiaram casas de moradores, suas oficinas e os armazéns Reais que haviam na Barra do Dande. Essas ações por parte dos “*bárbaros Mossuis*” serviram de justificativa para a marcha que levou a batalha entre as tropas de Lacerda e os Mossuis. Ao desembarcar na Barra do Dande, as tropas de Lacerda marcharam para o Libongo e, quando chegaram às primeiras povoações dos inimigos, foram recebidos em campo de batalha. As forças inimigas foram vencidas, saqueadas e queimadas e muitos deles foram mortos ou fugiram. No dia seguinte, os rebeldes voltaram com reforços e empreenderam uma nova batalha, sendo vencidos mais uma vez. A terceira e quarta batalha não foram descritas por Lacerda com riqueza de detalhes, talvez por prováveis revezes. Somente na quinta batalha, que o então Sargento-Mor afirma que os Mossuis estavam divididos em dois numerosos exércitos, pela vanguarda e retaguarda, os primeiros tiros mataram o Comandante da cavalaria, José Tomás de Proença.

Na *Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no ano de 1790, até o princípio do ano de 1791*,<sup>376</sup> há uma descrição do modo de guerrear dos Mossuis:

O modo com que investem nas suas batalhas é em massa, mas de diferentes figuras: umas vezes em semicírculo, ou meia lua; e outras em colunas de grande fundo a 15 e 20 de frente, e outras vezes em corpos irregulares dispersos à maneira dos nossos pelotões de infantaria. O seu fogo é sem ordem, mas sucessivo à maneira de fogo de alegria, mas violento o mais que é possível; tão violentos, e apressados são em investir, como o são em fugir quando piora o seu partido (...)<sup>377</sup>

Em ambos os lados, as técnicas africanas de guerra estavam presentes: *investem nas suas batalhas é em massa, mas de diferentes figuras: umas vezes em semicírculo, ou meia lua e outras vezes em corpos irregulares dispersos à maneira dos nossos pelotões de infantaria*. Armas de fogo também foram utilizadas por estes rebeldes, a exemplo das espingardas, da mesma forma usaram armas brancas, traçados e espadas, além de broqueis de couro para sua

---

<sup>376</sup> LACERDA, *Notícia da campanha, e paiz do Mosul*.

<sup>377</sup> LACERDA, *Notícia da campanha, e paiz do Mosul*, p. 131.

proteção, mesmo que não fossem resistentes a balas<sup>378</sup>. Por fim, os inimigos fugiram, o que para Paulo Martins Pinheiro de Lacerda significou completa vitória.

A importância da Guerra Preta foi ressaltada por Lacerda, já que com a falta dela a trincheira existente no Libongo teve que ser retirada. O ataque do inimigo neste momento fez com que a batalha fosse disputada com ardor por ambos os lados, apesar de mais uma vez Lacerda afirmar que seu exército saiu vitorioso<sup>379</sup>. Com a chegada de um novo governador, Manuel de Almeida e Vasconcelos, que governou entre os anos de 1790 a 1797, Lacerda continuou tendo o merecimento de um bom soldado, um perfeito comandante da Guerra Preta pelos serviços prestados anteriormente<sup>380</sup>. Em recompensa aos serviços relevantes prestados na Campanha contra o Marquês de Mossulo, o governador Manoel de Almeida e Vasconcelos, em 1791, solicitou ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, a mercê do posto de Coronel de Infantaria para Lacerda. Foram solicitadas mercês também para os outros homens que lutaram ao lado de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda nesta mesma campanha.

Após estes conflitos entre o marquesado e as forças portuguesas, representadas pelas tropas de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, o Marquês de Mossulo, Dom Antônio Manoel, aceitou, perante o governador de Angola, o termo de undamento, sujeição e vassalagem, neste caso após derrota militar. Assim, em 25 de abril de 1792, “(...) tendo sido derrotados, e vencidos pelas Armas de Sua Majestade Fidelíssima, vieram entregar-se, e deprecar o perdão dos seus excessos (...)”<sup>381</sup>, voluntariamente e sem constrangimento algum. Neste auto de vassalagem, confessam terem perdido as suas terras, conquistadas pelas Reais Armas, “à custa de sangue e vidas”, sendo expulsos e castigados pelos delitos praticados, como a destruição de Igrejas e Santos, roubos, por escravizarem pessoas livres, dentre outros crimes.

Manuel de Almeida de Vasconcelos lhes concedeu “o perdão que imploram, aceitando a sua vassalagem, e reconhecimento, que fazem de terem sido legítima e solidamente

---

<sup>378</sup> LACERDA, *Notícia da campanha, e paiz do Mosul*, p. 130.

<sup>379</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 29 de junho de 1791, Caixa 76, documento 28.

<sup>380</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 178.

<sup>381</sup> Termo de undamento, sujeição e vassalagem que faz o marquês do Mossulo Dom Antônio Manuel, sovas, macotas seus potentados que por impedimento deles não puderam comparecer a este ato, e que tendo sido derrotados, e vencidos pelas Armas de Sua Majestade Fidelíssima vieram entregar-se e deprecar o perdão dos seus excessos perante o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas que em nome de Sua Majestade lhe perdoa, e impõe as condições abaixo declaradas. Celebrado nesta cidade de São Paulo de Assunção de Luanda. 25 de abril de 1792. Documento original localizado no Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia do documento na íntegra transcrita na obra *Demonstração dos direitos que tem a Coroa Portuguesa sobre os territórios situados na Costa Ocidental d'África entre o 5º grau e 12 minutos e 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz pelo Visconde de Santarém*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

conquistados<sup>382</sup>, mas com as condições impostas no Auto de Vassalagem. Deste modo, ficaram obrigados a, em cada um ano, entregarem à Fazenda Real um escravo peça de Índia<sup>383</sup>, e, igualmente, cada um dos outros Sobas, um moleque de seis palmos. Também em toda ocasião de guerra, ou passagem de tropas pelos seus países, seriam obrigados a dar livre passagem e carregadores em auxílio, teriam obrigação de prenderem e remeterem a Luanda toda a pessoa que aparecesse nas suas terras sem autorização para ir comerciar, castigariam os responsáveis pelas desordens cometidas pelos de fora da terra, deviam ainda registrar quem passasse pelo Dande ou Libongo e tudo o que levavam. Como recompensa, poderiam os vassalos viver felizes, com a proteção de Sua Majestade, podendo ser admitidos em Luanda e em outros lugares com o seu comércio, mas sem contrabando. Era a auto-exaltação posterior de quem se julgava vitorioso.

Como recompensa ao distinto serviço contra o Marquês de Mossulo, realizado por Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, Manuel de Almeida Vasconcelos escreveu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a mercê de conceder o posto de Coronel de Infantaria, conservando-o governo do Forte de Penedo, com seu competente soldo. Lacerda também foi condecorado com o Hábito da Ordem de Santiago. Mais ainda, também foi solicitado para Felix Pinheiro de Lacerda, filho de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, o posto de capitão e comando da mesma artilharia em que servia como tenente. Os oficiais que, junto a Lacerda, se distinguiram na campanha tiveram um posto aumentando em relação aos ocupados anteriormente, além de serem condecorados com o Hábito da Ordem de Santiago. Os diários e ofícios escritos por Paulo Lacerda, na ocasião da campanha, contribuíram para a exaltação dos seus serviços e foram utilizados como documentos comprobatórios neste pedido de mercê<sup>384</sup>. Evidentemente, a promoção de seu filho e dos homens que nomeou em seu relato<sup>385</sup>, a exemplo de Antônio Gomes Cortezão, Antônio José, José de Almeida de Tovar, Custodio Simões, Pedro de Almeida Rego, Manoel da Costa Pinto e Antônio Fernandes da Silva demonstram como aspectos de ordem política e pessoal influenciavam no acesso e promoção aos postos militares. Outrora, durante o Triunvirato, o próprio Lacerda vivia no ostracismo político.

Em 4 de junho de 1793, o comandante Paulo Martins Pinheiro de Lacerda partiu de Luanda com quatro companhias de Infantaria que incluíam 440 soldados, uma artilharia com

---

<sup>382</sup> Termo de fundamento, sujeição e vassalagem que faz o marquês do Mossulo

<sup>383</sup> Cativo adulto. Cf. GUEDES. *Exóticas denominações*.

<sup>384</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 7 de agosto de 1791, Caixa 76, documento 75.

<sup>385</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 7 de agosto de 1791, Caixa 76, documento 75.

86 soldados, comandada pelo seu filho de Lacerda, o capitão Felix Xavier Pinheiro de Lacerda, três canhões portáteis de campanha e um esquadrão de cavalaria comandado pelo oficial Antônio de Medeiros Frazão. Na parada, realizada no Presídio do Dande, o objetivo era reunir a Guerra Preta e ali acharam 2.003 Empacaceiros e 2.525 carregadores<sup>386</sup>.

A marcha do Exército tinha como objetivo castigar os sobados de Namboangongo, Quinguengo, Lundo, Zala e os demais, até a Jinga e Holo, localizados ao norte de Luanda, que realizavam o comércio com outras nações, “(...) que com tantos excessos têm ultrajado o respeito das Armas de Sua Majestade”<sup>387</sup>. Por isso, a artilharia comandada pelo filho de Lacerda realizou um circuito das “Províncias Negrícias”, castigando-os, queimando suas Banzas<sup>388</sup>, com o objetivo de mostrar o poder português e retomar as rédeas do comércio dessa região. Durante todas as batalhas, o exército português enfrentou diversas dificuldades, a exemplo das doenças, deserções de soldados negros, morte de cavalos, fome, insubordinação, etc<sup>389</sup>. O próprio Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, em 12 de junho de 1793, já assinando como Coronel aludiu à ordem que recebeu para castigar estes rebeldes e à participação da guerra preta na sua campanha. Ao criticar o modo como a *Gente Preta* realizava seu acampamento, Lacerda afirmou que se sujeitou a segui-los pela esperança das ações realizadas no sertão de Benguela, Quissamã e no Mossulo<sup>390</sup>. Ora, assim, mesmo que os membros da guerra preta usassem armas europeias, no sertão prevalecia o seu comando, ou seja, mais do que uma questão de contingente, tratava-se também de submissão político-militar às tropas africanas. Qualquer recompensa que militares portugueses recebessem de “suas vitórias”, dependia de sua capacidade de se submeter e/ou se aliar à guerra preta.

Portanto, se, por um lado, Paulo Lacerda deixava explícito seus objetivos em participar destas campanhas e de relatar todo o ocorrido: “Deus queira dar me saúde, e luzes para acertar na minha comissão para merecer o agrado de Vossa Excelência pois com todas as forças me emprego no serviço da minha soberana”, ou seja, honras e mercês eram os maiores objetivos deste militar, por outro lado, ele também explicitou sua dependência da guerra preta. Um diário do exército referente ao mês de setembro de 1793 foi enviado ao governador Manoel de Almeida Vasconcelos, pelo então coronel comandante do exército, Paulo Martins

---

<sup>386</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v. 2, p. 179.

<sup>387</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 13 de junho de 1793, Caixa 79, documento 6.

<sup>388</sup> Povoação onde reside o governo de distrito ou concelho, sede. Pode ser considerado um lugar principal, cidade e pode ser entendida como capital política, ou seja, sítio onde se encontra o Dembo. TAVARES e SANTOS, *Africae Monumenta*, p. 381.

<sup>389</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 228.

<sup>390</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 13 de junho de 1793, Caixa 79, documento 6.

Pinheiro de Lacerda em 04 de dezembro de 1793. Lacerda demonstrou sua preocupação nas batalhas travadas com os chefes locais não aliados. Queixa-se da falta da Guerra Preta, já que tinha-lhe:

(...) toda desertado, sendo sem ela impraticável qualquer ação nos sertões de África, nada pode adiantar a Campanha, e tendo-me posto na precisão de ajuntar-lhe nova Guerra Preta, depois que o consegui, não recebi mais notícias.<sup>391</sup>

Seu êxito dependia de sua capacidade de arregimentar e manter a guerra preta. Por isso mesmo, deserções são queixas frequentes nesta documentação, sobretudo em relação a Guerra Preta. Tendo toda a Guerra Preta desertado, Lacerda precisou reunir outra, o que nos sugere um caráter itinerante deste segmento da tropa. O coronel registra mais duas deserções, a primeira, em 26 de setembro de 1793, quando desertaram 316 empacaceiros e carregadores das jurisdições de Ambaca, Pedras e Golungo. A segunda, em 28 de setembro do mesmo ano, quando desertaram 13 negros da Guerra Preta. A deserção também ocasionava problemas em relação aos armamentos, pois eram levados pelos desertores, como foi o caso do soldado João Antônio Ferreira, que carregou o frasquinho, a cartucheira, o martelinho, o saca-trapo e a mochila, ao passo que o soldado André Gomes “levou” o frasquinho, a cartucheira e a mochila.

Por fim, o diário relata a expedição destinada a castigar “os rebeldes deste Continente” e evidencia a relação destes conflitos com a escravização. Em 5 de setembro de 1793, sete escravos foram recolhidos dos régulos de Namboangongo, que, neste momento, não era um chefe local aliado. Outros 22 escravos, recolhidos do Namboangongo, estavam no Presídio de Massangano, presos pelo capitão José Antônio da Costa Calhão. Nesta ocasião, o Dembo Ambuila, que era um aliado, entregava “a gente de Sua Majestade que tinha em seu poder presa por serem de Muene Zambaxi, é de Guinguengo”<sup>392</sup>. No entanto, esta escravização não era aleatória como podemos ver na narrativa de Paulo Lacerda:

Dia 3 - Sexta-feira (...) Às seis horas da tarde se recolheu a gente que mandei a buscar mantimento, trouxeram muito e muita gente presa de uma Libata que esta na demarcação do Ambuela, de um morador antigo desta Jurisdição de Encoge, pelo que mandei aviso ao Capitão do Presídio que viesse no dia seguinte a minha barraca com todos os moradores.

---

<sup>391</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 13 de junho de 1793, Caixa 79, documento 6.

<sup>392</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 30 de setembro de 1793, Caixa 79, documento 59.

Dia 7, sábado – Às nove horas da manhã vieram o Capitão-mor e os moradores e sendo por mim perguntados sobre os escravos que ontem se tinham apanhado todos responderam que a Libata era de um morador antigo deste Presídio de Encoge, que eles todos conheciam, então mandei que fossem examinar os escravos e conhecer-se entre eles haveria algum de Namboangongo, ou Guinguengo, feito o exame, e não se achando nenhum que pertencesse aos ditos Régulos, os mandei soltar por não estar feita boa presa, e aos soldados e pretos que os tenham armado fiz saber que assim o devia praticar. Na madrugada deste dia se foi para a sua Banza o Dembo Ambuela D. Bernardo, com licença minha a fazer a diligência de prender a gente de Namboangongo que andasse pelas suas terras.<sup>393</sup>

Percebemos aqui que somente escravos dos rebeldes interessavam para o aprisionamento e, para isto, foi necessário interrogar o Capitão-mor de Encoge e os moradores. Mais uma vez, o Dembo Ambuela aparece como aliado e autorizado a efetuar a prisão das pessoas de Namboangongo. As guerras e as alianças estabelecidas com os chefes locais são parte do processo de escravização dos homens para o comércio de escravos. Digo para o comércio, porque fica evidente que era o fato, ou não, de ser um escravo de um rebelde o que definia se certos homens seriam encaminhados para o comércio Atlântico de escravos, ou talvez escravizados no Reino de Angola<sup>394</sup>. Outros casos de prisão de escravos de não aliados também são narrados, a exemplo dos escravos dos régulos Matheus Pinheiro de Souza Castanho e Pedro Rodrigues de Souza (refugiados nas Libatas de D. Suzana Holo), de Lourenço Rodrigues Barroso, Pedro Rodrigues Camelo e de Manoel da Silva Dias. Paulo Lacerda afirma que averiguou com os moradores e mandou soltar os escravos que não pertenciam aos régulos. Interessante, no caso de Mateus Pinheiro e Pedro Rodrigues, é que foram os moradores do Presídio de Encoge e os oficiais do Exército os questionados sobre a rebeldia e traição destes dois homens, suas afirmações que serviram de justificativa ao sequestro dos escravos.

Em 21 de setembro de 1793, o coronel informa ter marcado a “*gente de Sua Majestade*” e, no dia 23 do mesmo mês e ano, enviou 120 cativos para a cidade. Nesta ocasião, mais pessoas da Guerra Preta, das Pedras e de Ambaca fugiram<sup>395</sup>.

Na campanha contra o Marquês de Mossulo, como recompensa, Lacerda já havia sido condecorado com o posto de Coronel de Infantaria e com o Hábito da Ordem de Santiago Tiago. Após toda a participação do Coronel em outras campanhas contra os chefes locais,

---

<sup>393</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 30 de setembro de 1793, Caixa 79, documento 59.

<sup>394</sup> Candido explora em sua obra a escravização ilegal em Angola. CANDIDO, *Fronteras de Esclavización*.

<sup>395</sup> AHU, CCU, Avulsos Angola, 30 de setembro de 1793, Caixa 79, documento 59

Manuel de Almeida Vasconcelos informou a Sua Majestade sobre seus “*valorosos feitos*”. Por isso, em 22 de junho de 1794, a Rainha, D. Maria I, o premiou com o posto de Coronel efetivo do Regimento de Infantaria de Linha de Luanda e com o Hábito da Ordem de Avis. Elias Alexandre da Silva Côrrea afirma que Lacerda conseguiu sua reforma com a mesma patente, com soldo inteiro para gozar em qualquer parte do império português que escolhesse viver. Passou ao Rio de Janeiro, alcançou o posto de Brigadeiro, pago sempre como praça do Reino de Angola<sup>396</sup>.

Elias Corrêa, que tanto pleiteou galgar postos na carreira militar, não menciona seus próprios feitos militares, mas tentou, várias vezes, maior patamar na hierarquia militar sob a proteção do Barão de Mossâmedes. Partiu para Angola em 1782, com a promessa de Martinho de Melo e Castro de que em seis anos retornaria ao Brasil e seria nomeado no posto de sargento-mor em Santa Catarina, mas, somente em 1790, conseguiu a dita patente. Posteriormente foi nomeado a Coronel e comandante do corpo auxiliar na Ilha de Santa Catarina<sup>397</sup>. Todavia, além de seus próprios feitos militares, Elias Alexandre da Silva Corrêa silenciou também, assim como a historiografia africanista sobre Angola, sobre os motivos que levaram o expressivo contingente da guerra preta a atuar junto às “forças portuguesas”. Silêncio, aliás, compartilhado pelas fontes que consultamos. Mas, quem sabe?, essa será outra história.

---

<sup>396</sup> CORRÊA, *História de Angola*, v2, p. 230. PEREIRA, Magnus Roberto. Rede de mercês e carreira: o “desterro d'Angola” de um militar luso-brasileiro (1782-1789). *História. Questões e Debates*, v. 45, p. 97-128, 2007.

<sup>397</sup> GUEDES, *O cabeça de motim*. Nesta obra há um anexo com dados biográficos de Elias Alexandre da Silva Côrrea no Rio de Janeiro, escrito em coautoria com Ingrid da Silva Oliveira.

## *Considerações finais*

Este trabalho teve como objetivo explorar o universo militar no Reino de Angola na segunda metade do século XVIII. Como já dito, a historiografia destacou em diversos momentos a importância dos militares, mas estudos específicos sobre o tema ainda são escassos. Esta pesquisa tentou preencher um pouco esta lacuna. Sabemos que estamos longe de uma consideração final, pois muitas reflexões e discussões são ainda necessárias.

Ao longo do trabalho, abordamos diversos aspectos do universo militar em Angola. Em um primeiro momento partimos das reformas pombalinas na segunda metade do século XVIII, sendo a territorialização uma de suas principais propostas. Pela análise de algumas leis e discursos de governadores, vimos que a maior preocupação com o território estava relacionada ao comércio de escravos. A manutenção do território envolveu a construção de presídios, fortalezas e a presença dos militares, pois seriam os responsáveis por exercer, na prática, o domínio do território. Contudo, esta política encontrou alguns obstáculos, como os direitos costumeiros africanos e, também, forças políticas tradicionais de Antigo Regime. Além disso, o contingente militar não era europeu. Em suma, havia muitos limites ao projeto reformista pombalino em Angola.

Todavia, a quantidade de cartas patentes para determinadas regiões constata que certos locais, cruciais para o desenvolvimento do comércio de escravos, eram privilegiados nas nomeações. Ou seja, a necessidade de reforçar o comércio e as políticas propostas, principalmente no que diz respeito ao controle da posse, podem ter influenciado nas decisões sobre a guerra e a atividade militar. Mas, apesar da presença em pontos importantes, os militares estavam também envolvidos no comércio, já que, na maioria das vezes, conjugavam sua atividade militar a outras, evidenciando que interesses particulares muitas vezes estavam à frente dos interesses da Coroa. No entanto, não esquecemos que o recebimento de mercês, honras e privilégios também foram elementos importantes no preenchimento ou acesso aos postos. Homens encontraram no exercício militar meios de obter vantagens comerciais, mas também de galgar postos na hierarquia militar pelos serviços prestados. Até mesmo autoridades locais buscaram meios para se legitimarem perante o governo português.

A organização e as condições da carreira militar em Angola reafirmam a impossibilidade de operar o projeto de territorialização deixando de lado a realidade local. As formas de organização das tropas, a guerra preta, a presença de cargos da estrutura africana, a exemplo dos dembos, sovas, tendalas, quilambas, etc., demonstram como a Coroa dependeu desses agentes para implementar projetos. Igualmente, os africanos souberam se apropriar dos

códigos do Império português para atingir privilégios. Para além do choque entre duas formas distintas de guerra e organização militar, sem excluí-las, houve distintas apropriações. A própria manutenção do comércio de escravos dependia do controle territorial, dos militares e, logo, da negociação entre diversos agentes ali presentes.

Pelos relatos de Elias Alexandre da Silva Corrêa, pode-se notar a grande participação dos africanos nas tropas e a apropriação dos cargos africanos na estrutura militar portuguesa. Houve, ainda, a apropriação dos modos de guerrear dos africanos. Desse modo, pelas cartas patentes dos governos de D. Antônio Álvares da Cunha, Antônio de Vasconcelos e de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, bem como as passadas por D. José, algumas especificidades se evidenciaram. A principal diz respeito aos cargos, i. é, muitos foram criados de acordo com as necessidades locais. Do mesmo modo, alguns cargos africanos foram incorporados à estrutura militar portuguesa. Pela naturalidade dos nomeados, notamos que um número representativo de africanos ocupou importantes cargos, o que confirma sua participação na estrutura militar portuguesa, sobretudo no interior de Luanda.

Acreditamos que as relações de vassalagem estabelecidas com os chefes africanos nem sempre eram oriundas da violência, uma vez que a guerra e as relações políticas com os chefes locais foram usadas como recurso para o desenvolvimento de interesses comerciais em Angola. A violência era utilizada com chefes inimigos dos sobas avassalados, enquanto aos aliados vigia uma relação de negociação, até mesmo com a concessão de cartas patentes aos chefes locais. Só a guerra desarticulava as alianças políticas, inconveniente às forças portuguesas devido à sua dependência para com a guerra preta.

Assim, foi decisiva para a manutenção da administração portuguesa em Angola a coexistência de poderes e hierarquias locais, as diversas apropriações, a cooperação dos africanos, mais do que submissão pela violência. Se sociedades africanas participaram da monarquia portuguesa, fizeram-no a partir de seus interesses, ainda que os desconheçamos.

Em finais do século XVIII, o governo português ainda lutava para conquistar territórios, como foi o caso do conflito contra o Marquês de Mossulo. Os objetivos de manter o controle ainda não tinham sido alcançados neste período e as guerras de conquista ainda eram constantes. O mais interessante de tudo isso era o apoio da guerra preta, ou seja, dos africanos nestas expedições, como evidenciou Paulo Martins Pinheiro de Lacerda ao narrar os “seus feitos”. Então, devemos questionar se, de fato, a violência era a via principal da Coroa portuguesa, até mesmo porque, nas expedições militares havia uma expressiva presença de africanos. Nos relatos de Paulo Lacerda fica explícita a importância da Guerra Preta. Aliado a

isso, por meio das cartas patentes percebemos que o grosso dos oficiais das tropas angolanas era de “*filhos da terra*”, sobretudo no interior. A Coroa portuguesa, sozinha, com tropas débeis, não tinha condições de se impor. Sendo assim, todas as políticas propostas pela Coroa portuguesa precisavam contar com a participação dos africanos. Estas propostas reformadoras, principalmente no que concerne ao domínio territorial, ainda não tinham sido concretizadas em finais do setecentos, pelos conflitos com os chefes locais, pela presença de estrangeiros e pela própria realidade local.

No mais, tudo é, ainda, interrogação.

## **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- **Fontes Manuscritas**

### **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**

AHU, Angola, códice 555.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 05 de fevereiro de 1755, Caixa 40, documento 6.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 10 de março de 1755, Caixa 40, documento 16.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 13 de junho de 1793, Caixa 79, documento 6.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 14 de março de 1756, Caixa 40, documento 119.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 15 de março de 1756, Caixa 40, documento 121.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 20 de julho de 1764, Caixa 48, documento 24.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 22 de janeiro de 1756, Caixa 40, documento 74.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 23 de maio de 1759, Caixa 42, documento 67.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 23 de março de 1755, Caixa 40, documento 31.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 24 de fevereiro de 1765, Caixa 49, documento 11.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 29 de junho de 1791, Caixa 76, documento 28.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 30 de setembro de 1793, Caixa 79, documento 59.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 31 de maio de 1763, Caixa 46, documento 37.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 7 de agosto de 1791, Caixa 76, documento 75.

### **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

PADAB IHGB DVD 8,13 - Acervo Histórico de Angola - Códice 301 – C – 20 – 2

PADAB IHGB DVD 9,16 - Acervo Histórico de Angola - Códice 308 – C-21-3

PADAB IHGB DVD 10,23 - Acervo Histórico de Angola - Códice 309 – C – 21 – 4

IHGB, DL 32. 02\_doc 20.

IHGB, DL, 31.07.

IHGB, DA2G4Nº8.1.

### **Biblioteca Municipal de Luanda**

Manuscritos, Códice 24, fl. 6.

- **Fontes Impressas**

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937. Nota prévia pp., VIII, IX, X

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até princípio do anno de 1791*. Annaes Maritimos e Coloniaes redigidos sob a direção da Associação Maritima e Colonial, Sexta parte, parte não oficial, 1846, Lisboa na Imprensa Nacional.

MENEZES, Joaquim Antônio de Carvalho e, 1791- *Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependencias.* / por Joaquim António de Carvalho e Menezes. - Lisboa : Typografia. Carvalhense, 1834. - 41 p. ; 20 cm,

MENEZES, Joaquim António de Carvalho e (1848). *Demonstração Geographica e Politica do Territorio Portuguez na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguella e suas Dependências, causas da sua decadência e atrasamento, suas conhecidas produções e os meios que se podem applicar para o seu melhoramento e utilidade geral da nação*. Lisbon: Typographia Classica.

Ato de obediência, sujeição e vassalagem que ao muito alo e poderoso rei fidelíssimo dom José o I, nosso senhor, e seus reais sucessores faz nas mãos do ilustríssimo e excelentíssimo senhor dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, o potentado Holo Marimba Goge, por seus embaixadores dom Thomás Planga-a-Temo, Holo-Ria-Quibalacace e Quienda. In: Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não oficial. Série I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Pp. 523 547

Termo de undamento, sujeição e vassalagem que faz o marquês do Mossulo Dom Antônio Manuel, sovas, macotas seus potentados que por impedimento deles não puderam comparecer a este ato, e que tendo sido derrotados, e vencidos pelas Armas de Sua Majestade Fidelíssima vieram entregar-se e deprecar o perdão dos seus excessos perante o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, governador e capitão general

destes reinos e suas conquistas que em nome de Sua Majestade lhe perdoa, e impõe as condições abaixo declaradas. Celebrado nesta cidade de São Paulo de Assunção de Luanda. 25 de abril de 1792. Documento original localizado no Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia do documento na íntegra transcrita na obra Demonstração dos direitos que tem a Coroa Portuguesa sobre os territórios situados na Costa Ocidental d'África entre o 5º grau e 12 minutos e 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz pelo Visconde de Santarém. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

- **Legislação e sites**

Alvará de 11 de janeiro de 1758. Para ser livre o Comércio de Angola, e dando certas providências ao mesmo respeito.

[http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=814](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=814)

Consultado em 10 de janeiro de 2013.

Alvará de 25 de janeiro de 1758. Regulando os direitos dos escravos e do Marfim que vem de Angola.

[http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=817](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=817)

Consultado em 10 de janeiro de 2013.

BLUTEAU, Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, volume 3.

Trans-Atlantic Slave Trade Database

<http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1650&yearTo=1800&embarkation=7> Consultado em 10/02/2013 às 14:30h.

- **Artigos, Teses e Livros**

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 - 1775)*. São Paulo: Alameda, 2ª edição, 2007.

- BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870: Zambézia, Zaire e o Atlântico Sul*. Angola: ENDIPU, 1992.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- CANDIDO, Mariana. *Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII*, 2014 (no prelo).
- CANDIDO, Mariana Pinho. *O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico*. *Afro-Ásia*, 47 (2013), 239-268.
- CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de Esclavización: Esclavitud, Comercio e Identidad en Benguela, 1780-1850*. Mexico: Colegio de Mexico Press, 2011.
- CARVALHO, Ariane; GUEDES, Roberto. Piedade, sobas e homens de cores honestas nas Notícias do Presídio de Massangano, 1797. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; MACHADO, Cacilda da Silva; DECKMANNFLECK, Eliane Cristina; BERUTE, Gabriel Santos (Orgs). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. São Leopoldo: Programa de Pós Graduação em História da Unisinos, Ebook nº 2, 2014.
- CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial*. *Revista de História Regional* 11(2): 109-162, Inverno, 2006.
- COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 86.
- COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
- COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII. Subsídio para o Estudo da sua Actuação*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.
- CRUZ E SILVA, Rosa. *The saga of Kakonda and Kilengues: relations between Benguela and its interior, 1791-1796*. In CURTO, José C; LOVEJOY, Paul E. *Enslaving connections:*

- changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. New York: Humanity Books, 2004.
- CURTO, José C. *Álcool e Escravos: O comercio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central e Ocidental*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002.
- CURTO, José C. e GERVAIS, Raymond R. *A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844*. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo. *O Brasil e a Arte da Guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, 39, 2007, p. 4.
- FERREIRA, Roquinaldo A. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003.
- FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FILHO, Jorge da Cunha Pereira. “*Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX*”. In: Boletim do Projeto: Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira, 01/mar/1998, ano 03, nº. 12. [http://buratto.org/gens/gn\\_tropas.html](http://buratto.org/gens/gn_tropas.html).
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira. O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé. In: BOTELHO, Tarcício R.; LEEUWEN, Marco H.D. (orgs). *Mobilidade social em sociedades coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.
- GUEDES, Roberto, PONTES, Caroline de Souza. Notícias do presídio de Caconda (1797): moradores, escravatura, tutores e órfãos. In: PAIVA, Eduardo França, SANTOS,

- Vanicléia Silva (orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História – UFMG, 2013.
- GUEDES, Roberto. O cabeça de motim José Dias Vieira, o tráfico e a terrível falta d'água (Luanda, finais do século XVIII). In: GUEDES, Roberto (Org.). *África, brasileiros e portugueses: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012.
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- HESPANHA, A.M. e SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: editorial Estamba, s/d.
- HESPANHA, A.M. e XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: editorial Estamba, s/d.
- HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HEYWOOD, Linda M. De português a africano: a origem Centro-Africana das culturas Atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, Linda M. (org). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- LAPA, José R. Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1968.

- LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974.
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico, in: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das Redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
- MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In Selma Pantoja e José Flávio Sobra Saraiva (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MILLER, Joseph, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 1988.
- MONTEIRO, Nuno G. D. *José: na sombra de Pombal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- OLIVAL, Maria Fernanda. *Honra, mercê e venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789)*. Dissertação de doutoramento em História Econômica e Social Moderna. Universidade de Évora, 1999.
- OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: A construção do discurso de Giovanni Antônio Cavazzi*. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2011.
- PANTOJA, S. A. *Laços de afeto e comércio de escravos: Angola século XVIII*. Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU. Impresso), v. I, p. 23-42, 2010.
- PANTOJA, Selma Alves. *Inquisição, Degredo e Mestiçagem em Angola no século XVIII*. Revista Portuguesa de Ciência das Religiões, Lisboa, v. 01, 2005.

- PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos, São Leopoldo, v. 14, n. 3, p.237-242, 2010.
- PARKER, Geoffrey. *Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola. (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- PEREIRA, Magnus. *Rede de mercês e carreira: o “desterro d’Angola” de um militar luso-brasileiro (1782-1789)*. História: Questões & debates, Curitiba, n. 45, p. 97-127, 2006. Editora UFPR, p. 104.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PUJOL, Xavier Gil. *Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e territórios nas Monarquias europeias dos séculos XVI e XVII*. In: Penélope. Fazer e Desfazer a História. Lisboa: Cosmos, nº 6, 1991.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. *“Se faz preciso misturar o agro com o doce”: A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro Sul da América portuguesa (1748 - 1763)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, 2010.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. 1ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed, 1990.
- SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

- SANTOS, Maria Emília Madeira. *Em busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915)*. International symposium Angola on the move: transport routes communications, and history. Berlim, 2003.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *O Modelo Espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 49 – 51.
- SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva. (Org.). *África e Brasil no Mundo Moderno*. 1ed. Belo Horizonte: Annablume, 2012, v. 1, p. 135-152.
- STONE, Lawrence. *Prosopografia*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.
- TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.
- THORNTON, J. *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- THORNTON, John K. *The Art of War in Angola, 1575-1680*. Comparative Studies in Society and History, Vol. 30, No. 2, (Apr., 1988).
- VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII : um estudo de sociologia histórica*. Lisboa : Editorial Estampa, 1996.
- WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em História: Curitiba, 2009.
- XIMENES, Cristina Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos(1750-1808)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, p. 104.